

Maria Rita de Assis César

A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico

Campinas

1998

Maria Rita de Assis César

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida por

MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR
e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data:

Assinatura: _____

(Orientadora)

Dissertação apresentada, como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Metodologia de Ensino, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria Faccioli Camargo.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ana Maria Faccioli Camargo
(Orientadora)

Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes

Profa. Dra. Luzia Margareth Rago

Agradecimentos

O presente trabalho é a culminação de uma pesquisa sobre a invenção da “adolescência” no discurso psicopedagógico, ao longo da qual tive a feliz oportunidade de contar com o apoio e a dedicação de inúmeras pessoas e instituições, às quais gostaria de expressar o meu mais sincero agradecimento.

Primeiramente, agradeço à Profa. Dra. Ana Maria Faccioli Camargo, orientadora atenta e cuidadosa, capaz de acompanhar as diversas etapas de elaboração da pesquisa propondo sempre boas sugestões e críticas pertinentes, estimulando e respeitando o espaço da criação intelectual. Junto à Profa. Ana Maria, encontrei um campo vivo de reflexão, um lugar para as rupturas, para um pensamento que incorpora a idéia de tempo, possibilitando novas reflexões e diferentes formas de pensamento.

De Setembro de 1997 a Outubro de 1998, recebi financiamento da CAPES, instituição à qual sou grata pelo auxílio proporcionado.

Agradeço também aos professores que participaram do Exame de Qualificação, e que compuseram a Banca Examinadora, pelas críticas e sugestões: Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes, FE-UNICAMP, e Profa. Dra. Margareth Rago, IFCH-UNICAMP. Meus agradecimentos, também, à Profa. Dra. Salma Tannus Muchail, Prof. Dr. Milton Almeida, Prof. Dra. Elisa Kossovich, Profa. Dra. Ernesta Zamboni, Profa. Dra. Isaura R. F. Guimarães, bem como aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, e da Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Finalmente, expresso o meu muito obrigado a todos os amigos e colegas com quem pude discutir aspectos da minha Dissertação, entre os quais gostaria de mencionar Marcos Antonio Cintra, Denise Portinari, Heloísa Pait, Luís Carlos Rigo e Ana Beatriz Linardi. Agradeço também aos colegas do GEISH, Grupo de Estudo em Sexualidade Humana, FE - UNICAMP.

Agradeço à minha mãe, demais familiares e amigos, pelo apoio e amparo irrestritos, em todas as circunstâncias.

Evoco a memória de meu pai, homem da ciência de seu tempo, de quem herdei sua curiosidade pelo conhecimento e uma enorme paixão por livros e saberes.

Dedico esse trabalho ao André, com quem compartilho paixões, inclusive essa herdada de meu pai, e que me ensina a transformar sentimento em ferramenta de reflexão.

Campinas, outubro de 1998.

Todos os meus livros ... são, se você quiser, caixinhas de ferramenta. Se as pessoas querem abri-los, se servir dessa frase, daquela idéia, de uma análise como de uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, desacreditar os sistemas de poder, eventualmente até os mesmos que inspiraram meus livros... pois tanto melhor.

Michel Foucault

Já que se trata de reprovar os danos da sociedade e os abusos de quem abusa, ele não hesita (...). Acha mais difícil pronunciar-se sobre os remédios, primeiro porque gostaria de certificar-se de que não provocariam danos e abusos maiores (...). Só lhe resta expor esses belos pensamentos de forma sistemática, mas um escrúpulo o retém: e se daí decorresse um modelo? Assim, prefere manter suas convicções em estado fluido, verificá-las caso a caso e fazer delas a regra implícita do próprio comportamento cotidiano, no fazer ou não-fazer, no escolher ou no excluir, no falar ou no calar-se.

Italo Calvino

Índice

	página
Introdução	1
A mudança na ordem das coisas: A ciência inventa uma “adolescência”	14
“Adolescência”: Um novo território de investigação	30
Da adolescência em perigo à adolescência perigosa	63
O jovem masturbador e o <i>Clamor do sexo</i>	87
<i>Kids</i>: Fragmentos de uma morte anunciada (?)	110
Referências Bibliográficas	126

ILUSTRAÇÕES:

- I.** Capa de *Adolescência, o drama de uma idade*; NÉRICI, I. (1967, 3^a. ed.)
após p. 2
- II.** Parte do índice de *La Psicología de la Adolescência*; BROOKS, D. F. (1948)
após p. 9
- III.** Índice de *Adolescência, o despertar do sexo*; TIBA, I. (1994, 2^a. ed.)
após p. 30
- IV.** Capa de *L'Âme de L'Adolescente*; MENDOUSSE, P. (1955)
após p. 39
- V.** Parte do índice de *L'Âme de L'Adolescente*; MENDOUSSE, P. (1955)
após p. 40
- VI.** Capa de *A Adolescência*; DEBESSE, M. (1965, 3^a. ed.)
após p. 47
- VII.** Capa de *El niño de 13 y 14 años* e *El niño de 15 y 16 años*; GESELL, A.
(1967 3^a. ed.)
após p. 49
- VIII.** Índice de *A Adolescência*; DEBESSE, M. (1965, 3^a. ed.)
após p. 51
- IX.** Parte do índice de *La Psicología de la Adolescência*; BROOKS, D. F. (1948)
após p. 60
- X.** Foto de *Hooligans or Rebels? An Oral History of Working Class Childhood and Youth. 1889-1939*, p.202; HUMPHRIES, S. (1984)
após p. 64
- XI.** Foto de *The Vicious Girl and the Street Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movement. 1850-1940*, p.553;
MANHOOD, L.; LITTLEWOOD, B. (1994)

- após p. 69
- XII.** Capa de *O Livro do Adolescente*; CARDOSO, O. B. (1968)
- após p. 78
- XIII.** Foto de *L'Encyclopédie Roger Boussinot du Cinema*, p.1389; (1989)
- após p. 80
- XIV.** Parte do índice de *Adolescence et Sexualité*; VALENSIN, G. (1967)
- após p. 89
- XV.** Índice de *Psicologia do Adolescente*, FERRAZ, J. S. (1960)
- após p. 98
- XVI.** Foto de *Coming of age in Buffalo. Youth and Authority in the Postwar Era*, p.65; GRAEBNER, W. (1990)
- após p. 105
- XVII.** Capa de *A juventude diante do sexo*; GAIARSA, J. A. (1967)
- após p. 107
- XVIII.** Contracapa de *O Livro do Adolescente*; CARDOSO, O. B. (1968)
- após p. 116
- XIX.** Capa do Filme (VHS) *Kids*, (1995)
- após p. 119

Introdução

“A palavra ‘adolescência’ tem uma dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento, em resumo o indivíduo apto a crescer. Adolescência também deriva de *adolescere*, origem da palavra adoecer. Adolescente, do latim *adolescere*, significa adoecer, enfermar. Temos assim, nessa dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida).”¹

A adolescência vai mal: os adolescentes são difíceis; crescem os números de adolescentes infratores, criminosos, drogados, prostituídos; a gravidez na adolescência atinge proporções epidêmicas nas estatísticas; aumenta o contágio pelo vírus da AIDS.

Estes são alguns exemplos das manchetes que povoam os veículos de comunicação de massa, representando imagens sobre a “adolescência” já instaladas nas instituições e no senso comum. As queixas que elas expressam não são essencialmente novas; talvez, a novidade esteja apenas na velocidade da reprodução dessas imagens, assim como, também, na multiplicação dos ‘sujeitos’ em questão.

As primeiras pesquisas sobre a psicologia da “adolescência”, que a tomaram como objeto do discurso científico, no início deste século, constituíram o solo comum, ou o discurso hegemônico, que fixou imagens e representações sobre as quais ainda repousam certas análises contemporâneas. É evidente que as caracterizações atuais se distanciaram daquelas realizadas há quase cem anos, mas as suas bases fundamentais foram lançadas nos primeiros estudos psicopedagógicos, e repetidas à exaustão durante um século de investigação da “adolescência”.

A ciência da “adolescência” vem construindo e reafirmando uma idéia de ‘crise’, que já estava presente no momento fundador da caracterização dessa ‘fase’ da vida, e que ainda hoje povoa os textos sobre a “adolescência”: os “adolescentes” estão em ‘crise’, a “adolescência” é uma ‘fase de crise’. Já desde as primeiras investigações científicas, a “adolescência” foi estabelecida como uma ‘fase’ de ‘ajustes’ necessários em relação aos parâmetros estabelecidos de maturidade, e essas ‘difíceis’ acomodações foram

¹ Veja-se OUTERAL, J. O.: (1994) *ADOLESCER - Estudos sobre adolescência*. Artes Médicas, Porto Alegre, p.6. O autor refere-se ao Dicionário etimológico da língua portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha, para estabelecer o paralelo entre adolescência e adoecimento.

interpretadas como responsáveis por ‘tempestades’ e ‘tormentas’, pelas quais os “adolescentes” passariam inevitavelmente. Do começo do século até suas últimas décadas, os especialistas não cansaram de repeti-lo:

“Verifica-se em nosso meio cultural, períodos [*sic*] de elação, ensimesmamento, alternando com audácia, timidez, incoordenação, urgência, desinteresse ou apatia que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas onde podem oscilar do ateísmo anárquico ao misticismo fervoroso, intelectualizações e postulações filosóficas, ascetismo, masturbação e até homossexualidade ocasional. Tudo isso constitui uma entidade ‘semi-patológica’ ou uma ‘síndrome normal’ da adolescência, que é perturbadora para o mundo adulto, mas *absolutamente necessária* para o adolescente. A partir daí, o indivíduo chega à sua identidade adulta que é o objetivo fundamental desse processo.”²

Continuar a realizar pesquisas sobre a “adolescência” pressupondo a sua compreensão em termos de uma etapa da vida, marcada de maneira inerente pela idéia de ‘crise,’ significa persistir na desconsideração do caráter histórico desta concepção. Significa, também, insistir na manutenção de um modo específico de investigação científica, que ‘naturaliza’ ou ‘essencializa’ os seus temas de questionamento. As pesquisas que tomam a “adolescência” como um ‘objeto natural’ assumem como ponto de partida uma idéia extemporânea, datada e localizada, demarcada por conceitos e metodologias oriundas de uma configuração específica do saber ocidental: o positivismo científico do século XIX e suas derivações, tais como a medicina higienista e a eugenia.

Insistir na reflexão sobre a “adolescência” concebendo-a enquanto ‘sujeito’ da ‘crise’, tal como ela foi inscrita no campo conceitual da psicologia do desenvolvimento, significa comprometer a pesquisa com a interrogação de um ‘sujeito’ epistemológico estéril, posto que monolítico e a-histórico, isto é, um ‘sujeito’ portador de uma essência já conhecida, obstruindo assim a possibilidade de se chegar a novas conclusões. Todavia, foi justamente esse ‘sujeito’ “adolescente” que se instalou no universo das preocupações científicas e do senso comum, determinado *a priori* pela idéia da ‘crise’ fisiológica, psíquica, moral, social e sexual. Essa é a figura epistemológica subjacente às

investigações que contribuem para alimentar os bancos de dados de pesquisas sobre a ‘violência juvenil’, a ‘gravidez na adolescência’, o ‘uso de drogas’, os casos de contaminação pelo HIV/AIDS, a ‘promiscuidade sexual’, entre outras. Tais pesquisas apenas reafirmam a impotência dos especialistas diante de um ‘mal’ que continua a crescer de maneira descontrolada, a despeito das suas expectativas e intenções.

É desnecessário dizer que este trabalho não pretende negar a existência dos problemas acima mencionados, mas indicar que esses ‘sujeitos’ e esses ‘problemas’ vêm sendo apontados compulsivamente desde o início deste século, até o ponto em que, atualmente, ganharam vida própria, rompendo os limites dos discursos de médicos, psicólogos, pedagogos, juizes e assistentes sociais, a partir dos quais eles surgiram e se cristalizaram em diversas instituições: escolares, correcionais, da saúde física e mental, e da família.

O que se pretende demonstrar é que a reprodução de concepções e metodologias de pesquisa da “adolescência”, baseadas nos pressupostos que a fundaram, apenas contribui para a reduplicação das perplexidades e dificuldades que os próprios trabalhos pretendem sanar. Discutindo os ‘problemas’ da família, Jurandir F. Costa percebeu muito bem esse aspecto perverso da manutenção cega de metodologias e terapêuticas que acabam por desempenhar um papel inverso em relação àquele para o qual foram designadas:

“Os especialistas encarregados de reeducar terapeuticamente a família dão-se conta de que a desestruturação familiar é um fato social, mas raramente percebem que as terapêuticas educativas são componentes ativos na fabricação deste fato. Presos à ideologia do ‘cientificismo’, acreditam na isenção política de suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, permanecem atados ao ‘cientificismo’. Redobram as medidas de controle terapêutico. Analisam e interpretam a perplexidade e a fragilidade dos indivíduos como provas de que eles não estão suficientemente convertidos ou submissos às normas de saúde. Renovam o equipamento teórico-técnico de terapias e pedagogias terapêuticas, reforçando a engrenagem geradora do desconforto

² Cf. KNOBEL, M.: (1981) “Uma visão psicanalítica do adolescente e da adolescência” in KNOBEL, M.; PERESTRELLO, M.; UCHOA, D. M. (orgs.): *Adolescência na Família Atual: Visão Psicanalítica*, RJ, Livraria Ateneu, p. 1-2, grifos do autor.

familiar. Pedem, prescrevem e exigem mais exercícios físicos, mais educação sexual, mais ginásticas mentais e mais esforços intelectuais. Não vêem, ou fingem não ver, que, como atesta a evolução higiênica da família, todas estas injunções revertem, inevitavelmente, em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão.”³

Interrogando os paradigmas que orientaram as pesquisas sobre a ‘adolescência’, este trabalho foi desenvolvido a fim de investigar a sua constituição histórica, isto é, reconstruir o percurso do saber que configurou o ‘sujeito’ “adolescente” no discurso da psicopedagogia. Para isto, foi preciso identificar os discursos que constituíram a “adolescência” como ‘objeto’ de investigação, evidenciando ainda a formação das redes discursivas e suas relações com as estratégias de poder, o que implicou uma desconstrução do conceito de “adolescência”.

No curso destes procedimentos teóricos, ficaram evidentes os paradoxos constitutivos do conceito científico da “adolescência”, bem como as ‘apropriações’ teóricas que formaram verdadeiras ‘colchas de retalhos’, nas quais idéias conflitantes foram, na maioria das vezes, apenas incorporadas, tendo em vista forjar a coerência e a ‘cientificidade’ das próprias pesquisas, sem que fossem propriamente discutidas em sua pertinência. Com efeito, analisar o discurso psicopedagógico que inventou a “adolescência” como objeto de investigação científica, não significa buscar reconstituir a sua coerência interna, mas sim detectar a sua fragilidade epistemológica constitutiva. Por sua vez, isto não implicou o enfraquecimento do seu grande poder e autoridade, dado que os manuais foram a base de instrução das instituições que lidaram com os “adolescentes”.

Temas como a “prostituição”, a ‘infância’, a “família”, a “maternidade” e o “homossexualismo” vêm recebendo, já há algum tempo, um tratamento historiográfico específico, que problematiza a sua construção histórica, evitando assim tratá-los como se fossem ‘objetos’ naturalmente dados e imutáveis ao longo da história.⁴ Paul Veyne sintetizou os traços característicos dessa metodologia historiográfica, que ele referiu às pesquisas de Michel Foucault, afirmando tratar-se de uma forma de abordagem histórica

³ Cf. COSTA, J. F.: (1983, 2ª. ed.) *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Edições Graal, p.16.

⁴ Para uma discussão desses temas, vejam-se: ARIËS, P.: (1986) *História Social da Criança e da Família*. RJ, Ed. Guanabara; COSTA, J.: (1992) *A Inocência e o Vício - Estudos sobre o Homoerotismo*. RJ, Relume-Dumará; FOUCAULT, M.: (1984) *História da Sexualidade - I - A Vontade de Saber*. RJ, Ed. Graal; RAGO, M.: (1987, 3ª ed.) *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. RJ, Paz e Terra; RAGO, M.: (1991) *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo*, RJ, Paz e Terra.

que observa atentamente os momentos a partir dos quais os ‘objetos’ de uma dada investigação transformam-se em ‘problemas’. Ou, dito de outro modo, trata-se de investigar os momentos a partir dos quais um certo conjunto de práticas e discursos históricos transformam-se em ‘objetos naturais’ - a ‘infância’, a ‘maternidade’, a ‘família’, entre outros -, passando a orientar os discursos científicos sobre esse tema.⁵

Atentando para a construção histórico-discursiva dos ‘objetos’, pode-se fugir à tendência ‘reificante’, para a qual eles já estariam dados de antemão e desde sempre, segundo características imutáveis. A possibilidade de se instalar em lugares teóricos inusitados e de lançar uma nova luz sobre o tema investigado depende de que não se perca de vista a constituição histórica do conjunto de práticas e discursos investigados, no momento mesmo em que eles se transformam em ‘problemas’.⁶ Na medida em que o tema da “adolescência” ainda não foi analisado em termos de sua constituição histórico-discursiva, as pesquisas permanecem imersas no essencialismo do discurso das ciências médicas e psicopedagógicas, que reproduzem um modelo normatizador e totalizante quando elaboram seus saberes sobre essa figura.

A literatura científica sobre os ‘problemas’ da “adolescência” é bastante extensa, e pode ser observada já desde o final do século XIX e, mais precisamente, no início do século XX, quando o conceito apareceu no discurso de médicos, psicólogos e pedagogos, sendo posteriormente reproduzido à exaustão, sem que fosse discutido em seu caráter histórico. O discurso psicopedagógico que versa sobre a “adolescência”, a trata como se ela fosse um universal a-histórico, como se a figura específica do “adolescente”, que surgiu a partir das malhas do discurso científico, estivesse desde sempre presente na história. Para o discurso psicopedagógico, tudo se passa como se a “adolescência” fosse

⁵ Discutindo a obra de Foucault, Veyne afirma que o grande mérito das suas investigações históricas foi o de nos mostrar que “é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela.” Cf. VEYNE, P.: (1982) *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*, DF, Cadernos UnB, p.154.

⁶ Foi exatamente isso o que fez Foucault em relação ao nascimento do ‘problema’ homossexual, inexistente antes do século XIX: “Esta nova caça às sexualidades periféricas provocou a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*. A sodomia - a dos antigos direitos civil ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. (...) É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada - o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia - menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino.” Veja-se FOUCAULT, M.: *História da Sexualidade - A vontade de Saber*, op. cit., p.43.

constituída por um conjunto de determinações ou qualidades imutáveis, e é por isso que ele recorre a uma compreensão biologizante e inquestionável desse suposto substrato ‘natural’. Nesse registro discursivo, o “adolescente” é concebido como ‘objeto’ de um discurso científico totalizável, capaz de compreendê-lo em suas determinações essenciais, para então propor alternativas terapêuticas capazes de abordar e sanar os ‘problemas’ dessa época peculiar, em que os jovens ‘adoecem’ como que ‘naturalmente’:

“Na adolescência, o indivíduo se vê obrigado a assistir e sofrer passivamente toda uma série de transformações que se operam em seu corpo, e, por conseguinte, em seu ego. Cria-se um sentimento de impotência frente a esta realidade que poderá ser vivido em uma forma *persecutória* (com o corpo e/ou seus órgãos, transformando-se em um depósito de intensas ansiedades paranóides e confusionais), *maníaca* (com a negação onipotente de toda a dor psíquica que inevitavelmente acompanha o processo), ou *fóbica* (com uma evitação que coloca as transformações corporais tão distantes que nem o próprio adolescente ou seus familiares devem mencioná-las).”⁷

A fim de desconstruir o caráter essencialista da compreensão da “adolescência” como um objeto natural, esse trabalho pretendeu levar a cabo uma investigação genealógica da “adolescência” como ‘problema’. Tratou-se de tentar compreender como a “adolescência” começou a ser problematizada, ou melhor, de que forma e em que contexto ela passou a ser um *problema* que deveria ser apreendido e transformado por meio de saberes, que se reproduzem em determinadas instituições.⁸ Este trabalho questionou e investigou a constituição histórico-discursiva do ‘sujeito’ “adolescente”, enquanto ‘objeto’ trans-histórico das ciências médicas e psicopedagógicas. Assim, a sua elaboração implicou duvidar de uma concepção de ‘homem’ e de ‘corpo’, como dados simplesmente submetidos às leis da fisiologia, como se houvesse um ‘homem’ e um

⁷ Cf. OUTEIRAL, J. O.: *ADOLESCER - Estudos sobre adolescência*, op. cit., p.10.

⁸ Uma preocupação semelhante àquela desenvolvida nesse trabalho, isto é, uma caracterização não essencialista da “adolescência”, foi esboçada em um texto de Vera Paiva, no qual a autora afirma que “A sexualidade adolescente talvez seja a mais difícil de ser resgatada de uma visão essencialista do sexo, que concebe uma sexualidade natural e a-histórica. O poder dos hormônios é um conceito que define o discurso de sexólogos e educadores sexuais, quase sempre justificando a urgência e relevância da ação educativa de profissionais de saúde que trabalham com adolescentes. A explosão do desejo decorrente do amadurecimento hormonal é um declamado fator que agrava o risco da gravidez indesejada, de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS.” Cf. PAIVA, V.: (1996) “Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual”, in PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.) *Sexualidades Brasileiras*, RJ, Relume-Dumará, p.213. Cabe ressaltar que essa preocupação anti-essencialista limita-se apenas à primeira página de seu texto, não sendo levada adiante no decorrer do seu trabalho.

‘corpo’ que escapassem do jogo das significações históricas.⁹ Foucault nos mostrou que esse é um ‘erro’ a ser superado, pois “nada no homem -- nem mesmo seu corpo --- é bastante fixo” para que se possa estabelecer um regime universal e imutável de conhecimento sobre ele.¹⁰

O suposto saber essencialista e inquestionável sobre a “adolescência” é passível de uma reconstrução histórico-genealógica, tendo em vista detectar o regime discursivo que a configurou por meio da referência à “delinqüência juvenil”, à “juventude transviada”, ao “clamor do sexo” e à “explosão hormonal”. Bem entendido, não se trata aqui de produzir um novo discurso sobre a “adolescência”, mas de compreender exatamente a constituição do “adolescente” como ‘objeto’ de investigação nos discursos científicos da psicopedagogia. Como bem o afirmou Paul Veyne, a metodologia de pesquisa empregada por Foucault não visa revelar

“um discurso misterioso, diferente daquele que nós temos ouvido: unicamente ele nos convida a observarmos, com exatidão, o que assim é dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reenâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. (...) Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que as palavras nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais...”¹¹

A perspectiva genealógica nega justamente o que as demais abordagens sobre a “adolescência” pressupõem, isto é, a existência da figura *do* “adolescente”, como se se tratasse do mesmo ‘objeto’, quer na Grécia e na Roma antigas, na Idade Média cristã, no século dezenove ou no século vinte. Não se trata de relativizar as diversas formas históricas de abordagem e discussão dessa ‘fase da vida humana’, mas de analisar e questionar o conjunto de práticas e discursos que instituiu a figura da “adolescência” que hoje reconhecemos como tendo existido desde sempre, mas que, na verdade, surgiu

⁹ Cf. LAQUEUR, T.: (1990) *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*, Cambridge Mass., Harvard University Press, p.10: “Ao contrário de ser uma consequência do aumento de um conhecimento específico, as novas maneiras de interpretar o corpo foram resultado de dois amplos desenvolvimentos do pensamento analítico não distintos historicamente: um deles epistemológico, e outro político.” Veja-se também SENNET, R.: (1997) *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*, RJ, Record, *passim*.

¹⁰ Cf. FOUCAULT, M.: (1984, 4ª ed.) “Nietzsche, a Genealogia e a História” in *Microfísica do Poder*, RJ, Edições Graal, p.27.

¹¹ Cf. VEYNE, P.: *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*, op. cit., p.160.

apenas muito recentemente. Realizar uma genealogia da “adolescência” consistiu em identificar os saberes que se entrecruzaram a determinadas práticas institucionais, delimitando redes de saber-poder nas quais se produziu o ‘sujeito’ em questão, enquanto um ‘problema’. Ou, para retomar as formulações de Veyne, negar o caráter de ‘objeto natural’ da “adolescência” significa assumir que “não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar.”¹²

Esta pesquisa buscou estabelecer uma breve história de um saber específico, produzido em uma determinada época, e que foi reconhecido e qualificado como verdadeiro em sua positividade. Simultaneamente, também se analisou o espaço de interrelações entre práticas discursivas e práticas não discursivas, isto é, as instituições e as relações de poder que tornaram possível um certo conjunto de saberes.¹³ Trata-se de uma história que não se centra em um ‘sujeito’ histórico, mas sim em discursos e práticas institucionais e políticas, que constituíram os ‘sujeitos’ investigados. Foi tendo em vista este contexto teórico que o conceito foucaultiano de “dispositivo”, central para a presente investigação, foi empregado. Foucault o definiu da seguinte maneira:

“Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) Em suma, entre elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (...) O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.”¹⁴

A ‘genealogia’ diz respeito a uma história voltada para o presente, e deve ser compreendida em termos de uma crítica do presente. A história genealógica traz consigo a possibilidade de utilizar o conhecimento histórico, tendo em vista o objetivo político de mudar o nosso tempo, constituindo-se, deste modo, em uma crítica da cultura

¹² Cf. VEYNE, P.: *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*, op. cit., p.172.

¹³ Segundo Roberto Machado, “A genealogia é uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos.” Cf. MACHADO, R.: (1988, 2ª ed.) *Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault*, RJ, Graal, p.188.

¹⁴ Cf. FOUCAULT, M.: “Sobre a História da Sexualidade” in *Microfísica do Poder*, op. cit., p. 244.

dominante.¹⁵ Empreender uma história genealógica, significa perceber de que maneira as práticas discursivas e não discursivas resultam na produção de determinados ‘objetos’ e de determinados ‘sujeitos’ sociais, pois não é sem este conhecimento que ambos poderão ser transformados. Segundo Margareth Rago, “Em outras palavras, o ponto de partida se torna agora terminal. E nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização.”¹⁶

Desta perspectiva epistemológica, a “adolescência” representaria não o ponto de partida do presente trabalho, mas sim o término da investigação, ou o alvo da desconstrução, pois o que está em jogo não é uma história da “adolescência”, mas sim a história da constituição do ‘sujeito’ “adolescente”, por meio de um discurso específico, o discurso da psicopedagogia no século XX.

As fontes de pesquisa deste trabalho foram os manuais de psicologia da adolescência, textos nos quais se produziram e se difundiram as suas caracterizações fundamentais, constituindo-se em importante foco de autoridade na fixação da imagem típica da “adolescência”. Esses manuais foram elaborados tendo em vista formar e informar os indivíduos inseridos nas teias institucionais incumbidas de ‘educar’ os “adolescentes”, a família e a escola, a partir da produção de um ‘sujeito ideal’. Essas fontes assumem a forma de um *organon* ou tratado, e os seus autores acreditam abordar ‘todos’ os aspectos da vida do “adolescente”, constituindo-se em verdadeiros manuais de conduta.

Este trabalho percorreu um longo trajeto discursivo, que se iniciou com os primeiros tratados do início deste século, e que se prolongou até os anos setenta, quando se observou um importante decréscimo na produção dos textos de psicopedagogia da adolescência. Este evento pode ser interpretado como resultante de um embaralhamento das principais ‘figuras’ conceituais que desenharam o ‘sujeito’ da “adolescência”, a partir de transformações históricas e discursivas que demarcaram os finais dos anos sessenta e o

¹⁵ Cf. MUCHAIL, S. T.: (1985) “Notas sobre as relações entre a filosofia e as ciências humanas” in *Epistemologia das Ciências Sociais*, Série Cadernos PUC, p.193-197.

início dos anos setenta, determinando uma aproximação dos padrões de comportamento social e sexual entre adultos e “adolescentes”.¹⁷ Se se pode detectar o nascimento histórico-discursivo de um determinado ‘objeto’, a própria demarcação da sua historicidade também anuncia o seu possível desaparecimento, uma vez desestabilizado o registro histórico-discursivo que o constituía. Isto não significa o encerramento das preocupações do discurso científico sobre a “adolescência”, mas constitui um indício da sua transformação, o que transparece na literatura sobre a “adolescência” dos anos oitenta e noventa.

A “adolescência”, enquanto ‘objeto’ do discurso científico, nasceu dentro de um contexto teórico e de uma época histórica específicos, e somente poderia ter nascido então. Ela foi um resultado tardio, tanto da consolidação da biologia e da medicina como saberes verdadeiros sobre todas as naturezas, principalmente sobre a ‘natureza humana’, quanto da implantação das políticas de higiene, que lhes são precedentes, sendo ainda um resultado simultâneo da ampliação da educação secundária. ‘Esta’ “adolescência” dá sinais de sua própria ‘morte’, a partir do instante em que as instituições que a produziram e reproduziram, a escola e a família, entram em sua fase de profunda agonia e desestabilização, nos anos setenta, culminando com o surgimento da figura dos *kids*, nos anos noventa.

Se é incontestável a hegemonia discursiva que marcou as investigações científicas sobre a “adolescência”, por quase um século, também é preciso atentar para alguns importantes deslocamentos na representação da “adolescência” como um ‘problema’ constituído. Em um primeiro momento, a figura da “delinqüência juvenil” foi fortemente associada à constituição da imagem da “adolescência”. O ‘jovem masturbador’, outra das imagens fundantes da “adolescência”, também foi uma figura circunscrita na esfera da transgressão e da “delinqüência”. Com as transformações culturais e sociais dos anos cinquenta, a “sexualidade adolescente” passou a ser problematizada segundo referenciais próprios, distanciando-se das caracterizações que a haviam encerrado na esfera da “delinqüência”.

¹⁶ Cf. RAGO, M.: (1995) “O efeito Foucault na historiografia brasileira” in *Tempo Social - Foucault um pensamento desconcertante*, Rev. de Sociol. da USP, vol. 7, n. 1-2, outubro, p.74.

¹⁷ Gallatin observou esse decréscimo da produção de pesquisas e obras de psicologia da adolescência durante os anos setenta, sem, entretanto, se interrogar sobre os motivos e os significados desse fenômeno. Cf. GALLATIN, J.:

A partir dos anos cinquenta, os meios de comunicação de massa auxiliaram decisivamente na expansão e homogeneização da idéia científica de “adolescência”, principalmente por meio da veiculação dos ícones juvenis no cinema e na música: a antiga figura do “adolescente delinqüente” passou a ser compreendida segundo a imagem do “rebelde sem causa”, traduzida no Brasil em termos da “juventude transviada.” Posteriormente, vieram os movimentos políticos dos anos sessenta e setenta, e a imagem da estéril rebeldia “adolescente” passou a ter uma ‘causa’ vinculada às transformações políticas, sociais e sexuais. A “liberação sexual”, uma bandeira levantada principalmente pelos jovens, também demarcou um período de descontinuidade em relação ao discurso hegemônico que constituía a “adolescência” como a fase da rebeldia inócua, pois os jovens passaram a reclamar o direito de possuir uma vida sexual ‘diferente’ daquela pautada pelos ideais que haviam orientado a sexualidade monogâmica, heterossexual e reprodutiva.

Uma última figura representativa do discurso dos especialistas da “adolescência” constituiu-se em torno da metáfora da ‘explosão hormonal’, que retomava a anterior definição da “adolescência” como ‘sujeito’ preferencial da sexualidade. Essa associação entre “adolescência” e “sexualidade” permaneceu hegemônica no discurso da psicologia da adolescência, sendo inclusive reforçada pelas atuais interpretações da “adolescência” orientadas pela sexologia dos dias de hoje.

Desde sua invenção pelo discurso científico, a idéia de “adolescência” esteve centrada na dialética da produção de um indivíduo adulto ‘ideal’, para o quê foi necessária a instauração dos seus duplos negativos, isto é, os ‘delinqüentes’, os ‘perversos’, os ‘rebeldes’. Tais duplos foram produzidos, primeiramente, por meio dos dispositivos da higiene, que deslocaram a ênfase dos discursos sobre a “adolescência”, do campo das noções de moralidade para a esfera científica da ‘natureza humana’.

Mas os dispositivos de produção dos ‘sujeitos ideais’ também foram se transformando historicamente, e as políticas higienistas deram lugar a uma crescente ‘psicologização’ da pedagogia e das práticas educacionais, que também tinham por objetivo a produção de sujeitos ideais. Estes dispositivos psicologizantes permanecem ainda hoje na mentalidade e na prática das instituições escolares, traduzindo a antiga

idéia da formação do ‘sujeito higiênico’ em termos da formação e produção do ‘sujeito feliz’.

Alguns pesquisadores vêm desenvolvendo trabalhos no sentido de criticar a nova hegemonia do discurso pedagógico, e das práticas institucionais escolares, constituindo-se em fonte de inspiração para o presente trabalho. Basta substituir as figuras da ‘criança ideal’ e do ‘aluno disciplinado’ pelas figuras do ‘adolescente ideal’ e da ‘adolescência disciplinada’, na seguinte formulação de Leandro Lajonquière, para percebê-lo:

“(...) se o dia-a-dia da escola se estrutura com vistas a fabricar uma criança afetivo-cognitiva ideal, bem como a partir da ilusão de que tal coisa é possível na medida do apego a uma lógica *a priori* de desenvolvimento necessário, não devemos, então, nos surpreender que o surgimento do *imprevisto* (ou acontecimento) seja considerado um *desvio* em relação a uma norma. Isto é, tudo aquilo que foge a um programa moral e/ou natural é, inevitavelmente, considerado um *incidente* de indisciplina, em vez de ser pensado como o retorno *sui generis* da diferença que habita o campo subjetivo. Mais ainda, cabe afirmar que a psicologização crescente do cotidiano escolar (traço distintivo da educação deste século) não é mais do que o reverso da moral educativa moderna, bem como a tentativa ingênua de conseguir o impossível: garantir que a suposta criança ideal se revele, no futuro, um adulto a quem nada falta. (...) Dessa forma, o aluno disciplinado é aquele que se encaixa no molde de uma criança ideal, e o indisciplinado é, ao contrário, aquele cuja imagem aparece institucionalmente fora de foco.”¹⁸

A análise dos livros de psicologia do desenvolvimento não foi realizada visando uma crítica valorativa do seu estatuto de cientificidade. Por outro lado, este texto pretendeu justamente apontar, por meio da desconstrução do ‘objeto’ de investigação da psicopedagogia, como tais discursos objetivaram a construção de um modelo ideal de ‘sujeito’ e, principalmente, como os dispositivos pedagógicos trabalharam no sentido da reprodução desse ‘sujeito ideal’, produzindo também o seu avesso, o seu duplo negativo. A “adolescência ideal” foi uma imagem construída por meio da classificação e da separação de fronteiras, estabelecidas pelo discurso médico, entre ‘normalidade’ e ‘patologia’. Assumida essa perspectiva analítica, os saberes que configuraram a

Row do Brasil, p.2.

¹⁸ Cf. LAJONQUIÈRE, L.: (1996) “A criança, ‘sua’ (in)disciplina e a psicanálise”, in *Indisciplina na Escola - alternativas teóricas e práticas*, SP, Summus Editorial, p.31.

“adolescência” estavam de acordo com os objetivos históricos e políticos que regeram tal ordem de saber em suas relações com as estruturas de poder. Por estes motivos, fazia pouco sentido estabelecer uma crítica em relação ao passado, isto é, à formação daqueles saberes que configuraram a “adolescência” como um problema a ser solucionado pela produção de um ‘sujeito ideal’.

O presente trabalho pretendeu instaurar uma vigorosa instância crítica do presente, ao reconstituir o solo comum sobre o qual brotaram os elementos do discurso hegemônico da psicopedagogia da adolescência, bem como inúmeros aspectos das relações de poder engendradas por meio das instituições, os quais ainda são amplamente reproduzidos pelos estudos contemporâneos.

A mudança na ordem das coisas: A ciência inventa uma “adolescência”

Um mundo que se reinventa

A “adolescência”, enquanto ‘objeto’ de investigação do discurso das ciências médicas e psicopedagógicas, surgiu na Europa entre o final do século XIX e o início do século XX. Esta aparição somente foi possível no interior de uma determinada configuração de saberes, que possibilitou a apreensão do ‘homem’ como objeto de investigação das ciências empíricas.¹ Transformações que ocorreram no registro epistêmico dos saberes, determinaram as condições de possibilidade para o surgimento de novos campos de conhecimento, como, por exemplo, a Biologia e as Ciências Humanas, que tomam o ‘homem’ como ‘objeto’ de investigação.

A partir da reordenação das possibilidades de conhecimento no plano do discurso, tornava-se possível a explicação das etapas da vida humana por uma forma específica de investigação, inscrita a partir de então na esfera das novas ciências empíricas. A biologia, a medicina, a psicologia, e a velha pedagogia, renovada pela ciência positivista do século XIX, constituíram um novo campo de investigações sobre a evolução da vida em todos os seus aspectos, proporcionando novas problematizações sobre o homem e a vida humana. É assim que, a partir da primeira metade do século XIX, surge uma quantidade considerável de estudos sobre a psicologia do desenvolvimento infantil, marcando, no plano discursivo, o reconhecimento da infância como ‘objeto’ de investigação das ciências.

Mais tardiamente, na virada do século XX, apareceria o próximo ‘objeto’ das ciências médicas e psicopedagógicas, a “adolescência”, que se tornava mais um campo privilegiado de produção de saberes. Os mesmos discursos científicos que apreenderam ou ‘inventaram’ esses ‘objetos’, recriaram, ao longo dos séculos XIX e XX, as instituições apropriadas para o seu amparo e vigilância, tais como as escolas seriadas e

¹ Para Foucault, o surgimento da Biologia enquanto uma ciência empírica que toma o Homem como objeto de sua investigação é contemporâneo da mutação epistêmica que inaugurou a Idade Moderna, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Cf. FOUCAULT, M.: (1997) *As Palavras e as Coisas*, SP, Martins Fontes, cap. VIII e *passim*.

secundárias, as instituições jurídicas e correcionais especialmente desenhadas para a infância e a juventude, e, ainda, um ‘novo modelo’ de família, a ‘família burguesa’, centrada na ‘educação’ de seus filhos.

As ‘novas’ instituições, criadas ou remodeladas pelo discurso médico e psicopedagógico, surgiram a partir da necessidade de instituir dispositivos apropriados para a ‘educação’ de crianças e jovens, tendo em vista a ‘produção’ de ‘novos’ sujeitos. Assim, é possível pensar que a problematização da “infância” e, quase um século depois, da “adolescência”, tenha surgido a partir da necessidade de um contínuo e cuidadoso investimento físico, pedagógico e moral, tendo em vista a produção de um adulto ‘ideal’.²

Reorganizar a vida humana em geral, e, particularmente, a infância e a “adolescência”, tendo em vista um modelo ‘ideal’ de idade adulta, colocou-se como uma faceta importante das transformações nas relações de poder, que se estabeleciam em uma Europa que ‘modernizava’ suas relações econômicas e sociais. No contexto histórico de um processo massivo de industrialização e urbanização das metrópoles europeias, surgia um outro tipo de poder, diferente daquele que anteriormente emanava dos soberanos absolutos.

As novas relações sociais e econômicas passaram a ser orquestradas por uma sociedade burguesa emergente, determinando o estabelecimento de relações de poder que também se colocavam para além daquelas relações econômicas e sociais, investindo no espaço doméstico. O poder que surgia dessas transformações sociais não mais se investia de direitos de vida e morte, como o poder do soberano, mas configurava-se como um poder que organizava, gerenciava e investia produtivamente na vida humana. O novo poder, oriundo da burguesia emergente, orientava-se no sentido de investir nos corpos, para que estes fossem disciplinados e dóceis, instituindo a chamada sociedade disciplinar.

3

Neste contexto histórico, surgiram as preocupações científicas em relação à orientação cuidadosa das primeiras etapas da vida, pois a criança e o jovem

² Cf. WALKERDINE, V.: (1998) “Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista”, in SILVA, T. T.: (org.) *Liberdades Reguladas - A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*, Petrópolis, Editora Vozes, p.166: “O movimento que produziu a possibilidade do indivíduo como um objeto da ciência definida em termos dos pólos gêmeos da hereditariedade e do ambiente produziu simultaneamente a necessidade do desenvolvimento de aparatos e técnicas científicas e empíricas de detecção e alguma forma de medida institucional que ajudasse a produzir e normalizar esses indivíduos.”

representavam a possibilidade de continuidade e manutenção do modelo ideal de ‘homem’, instaurado pela sociedade burguesa. O processo de disciplinarização dos corpos determinou uma série de transformações que se fizeram sentir para além da esfera pública, instalando-se, prioritariamente, no interior da vida doméstica, restringindo cada vez mais o espaço da casa em torno da família nuclear.⁴ Foi assim que se instaurou um discurso em relação à anatomia das habitações, delimitando espaços específicos para os membros da família e para os empregados. Tais preocupações também foram estendidas às habitações populares, aos pobres e operários, instituindo uma política que deveria reorganizar as formas de habitar, bem como restringir e delimitar o espaço da própria família.

As modificações trazidas pela política de higienização dos modos de habitar representaram um aspecto de um processo maior, relativo à reorganização da vida segundo os padrões da medicina do século XIX, que tomou a sociedade burguesa como modelo ideal de esfera pública e privada.⁵ A instituição familiar passou por profundas transformações, que culminaram na idealização de uma noção de ‘intimidade’, iniciada no espaço físico da moradia e manifesta nas relações afetivas do território doméstico. No interior do discurso disciplinador que a criou, a vida doméstica constituiu-se como ‘objeto’ de investigação das ciências e de intervenções institucionais, não só para a burguesia, como também para os pobres.

A novidade instaurada pela sociedade disciplinar foi a noção de um investimento indiscriminado nos corpos, independente da condição social e econômica. O controle da sexualidade foi um alvo fundamental para as políticas de higienização, pois, por meio do controle do sexo, seria realizado um controle efetivo da população: crescimento, declínio, matrimônios, entre outros aspectos.⁶ No que diz respeito ao processo disciplinador, a

³ Cf. FOUCAULT, M.: (1984, 5ª. ed.) *História da Sexualidade. Vol. I - A vontade de Saber*, RJ, Graal, p.89. Veja-se também (1984, 3ª ed.) *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, Petrópolis, Vozes, p. 127 e *passim*.

⁴ Cf. DONZELOT, J.: (1986, 2ª. ed.) *A Polícia das Famílias*, RJ, Graal, p.23.

⁵ Cf. SOARES, C.: (1994) *Educação Física. Raízes européias e Brasil*, Campinas, Autores Associados, pp.28-9 e p.34.

⁶ Segundo Foucault, “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (...) Esse bio-poder sem a menor dúvida foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população ao processo econômico. Mas o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar.” Veja-se FOUCAULT, M.: *História da Sexualidade. Vol. I - A vontade de saber, op. cit.*, pp.131-32.

diferença entre pobres e ricos consistiu nos tipos de dispositivos utilizados, e nas instituições empregadas para cada grupo: os filhos da burguesia foram objeto das instituições escolares, enquanto as crianças pobres, que em sua maioria perambulavam pelas ruas das metrópoles, tornaram-se os ‘objetos’ consagrados das instituições correcionais e de assistência, que naturalizaram e patologizaram a pobreza. Essas instituições foram responsáveis pela criação de figuras célebres da patologia médica, constituindo os duplos negativos do modelo ideal de sujeito produtivo e moral.

O médico e a mãe: a colonização dos espaços domésticos

O caráter disciplinar da sociedade europeia, em especial a partir do século XIX, atribuiu ao discurso médico uma grande quantidade de poder. Além dos projetos de urbanização e higienização das metrópoles, o poder médico instaurou-se no interior das famílias, estabelecendo uma aliança da qual dependeria o sucesso nos cuidados e na educação física, intelectual e moral dos filhos. Assim, a instituição médica passou a atacar o tradicional sistema de contrato das amas de leite que cuidavam dos recém-nascidos. Passaram a ser elaborados manuais de cuidados para com os filhos dirigidos às famílias burguesas, contestando a presença das amas e demais pessoas estranhas à família, as quais poderiam marcar negativamente a educação das crianças.⁷ Nesse ponto, a nutrição, a higiene, assim como a educação inicial das crianças, passou a ser de responsabilidade da mãe, que orientada pelos médicos recebeu um papel de destaque na ‘nova’ família. Para Donzelot,

“Essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida familiar e introduzir sua reorganização em pelo menos três direções: 1. o fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo, contra os métodos e os preconceitos dos serviços, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais; 2. a constituição de uma aliança privilegiada

⁷ Cf. DONZELOT, J.: *A Polícia das Famílias*, op. cit., pp.21-22: “Conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrízes voltem a educá-los.”

com a mãe, portadora de uma promoção da mulher por causa deste reconhecimento de sua utilidade educativa; 3. a utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato.”⁸

O “médico de família” surgiu como uma figura fundamental para estruturar a nova instituição familiar, o *locus* privilegiado da educação sanitária e moral de crianças e jovens. Nas famílias burguesas, as mães foram revestidas de poder dentro do espaço doméstico, sendo responsabilizadas pela educação dos filhos, tendo a função de nutrizes e de vigilantes dos seus hábitos morais. Da mesma forma, a reestruturação das famílias pobres e operárias também passou por uma redistribuição do poder na família, e a mãe recebeu, das novas regras de higiene social, a tarefa de retirar os maridos do cabaré e suas crianças da rua, local demonizado pelo discurso de higienização das metrópoles.⁹

O planejamento educacional dos filhos passaria a representar um investimento caro e de longo prazo, e um pequeno aumento do interesse pela educação das filhas, consideradas como futuras mães, tomaria lugar. Dessa nova “família higiênica”, e, em particular, da figura da mãe, passou-se a esperar um tratamento educativo em relação aos filhos, e a criança começou a receber um lugar de destaque, através da sua problematização nos meios médicos.

A medicina, ao imiscuir-se no seio da família, foi simultaneamente ocupando um lugar de destaque nas políticas do estado, e o médico passou a empenhar-se de tarefas mais relacionadas à dinâmica social da vida urbana, determinando-se assim uma forma de intervenção nas esferas pública e privada. As transformações que aconteciam paulatinamente nas relações familiares e sociais, tais como a diminuição do poder patriarcal e, conseqüentemente, um aumento do poder do Estado laico, ao lado do nascimento de uma política médico-higienista, concorreram para tornar a ‘ciência’ a fonte de explicação e reprodução dos velhos controles morais.

⁸ Cf. DONZELOT, J.: *A Polícia das Famílias*, op. cit., p.23-4.

⁹ Cf. DONZELOT, J.: *A polícia das Famílias*, op. cit., cap. 1 e *passim*. Pensando esse processo de disciplinarização higiênica no Brasil, Margareth Rago afirma que “a estratégia de disciplinarização da figura do trabalhador e a redefinição das redes de relações familiares, a partir da construção das vilas operárias e de toda a organização do lazer operário, possibilitada por seu internamento num espaço arquitetônico literalmente cercado e fechado, caracteriza o período de formação do mercado livre no país, nas primeiras décadas do século.” Cf. RAGO, M.: (1997, 3ª ed.) *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*, RJ, Paz e Terra, p.188.

O futuro dos filhos da classe média emergente na Europa industrial não dependia apenas da família, mas também da escola, pois somente a educação poderia proporcionar-lhes posições sociais confortáveis. Assim, família e escola, com o auxílio da medicina higienista e das práticas da ‘ortopedia educacional’, representaram a possibilidade de delinear o modelo do ‘adulto ideal’: caucasiano, do sexo masculino, heterossexual, reprodutivo, livre de doenças e anomalias, e proprietário. A independência ou a resistência dos filhos dos pobres e trabalhadores com poucos recursos, que permaneciam nas ruas, fora do controle das instituições familiar e educacional, foi vista pelos especialistas como prova de sua inferioridade biológica e como fonte de problemas sociais.¹⁰

A “adolescência” e as instituições: um inventa o outro

Ao empregar seus métodos intervencionistas e normatizadores, que visavam uma melhoria da ‘qualidade de vida’, a medicina européia não se limitou apenas à restrita célula familiar, mas alcançou também as instituições educacionais e correcionais, fundamentais para a caracterização da “adolescência”.

Da mesma forma que a reinvenção da “família” foi concomitante à problematização da ‘infância’ pela ciência, a reorganização das instituições escolar e correcional, por meio das políticas médicas, foi fundamental para a posterior ‘invenção’ da “adolescência”, pela psicopedagogia. No discurso das práticas institucionais, a “adolescência” foi ‘descoberta’ como um ‘problema’ relacionado à educação, que visava a produção de um ‘sujeito’ higiênico e disciplinado. Desta forma, simultaneamente à invenção da “adolescência” pelo discurso psicopedagógico, inventaram-se também as figuras que sinalizavam a falta da aplicação dos dispositivos educacionais: a “delinquência juvenil” e a “sexualidade adolescente”, imagens dos ‘perigos’ que, segundo os especialistas, rondavam a “adolescência”, tornando-a perigosa.¹¹

¹⁰ GILLIS, J. R.: (1981) *Youth and History - Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present*, NY, Academic Press, p.115.

¹¹ Donzelot não se refere especificamente à adolescência, mas suas teses sobre a criança em perigo e a criança perigosa se aplicam perfeitamente ao caso em questão. Veja-se DONZELOT, J.: *A polícia das Famílias*, op. cit., p. 79 e p.92.

Foi a partir da consideração sistemática desses ‘perigos’ que apareceu o “adolescente”, constituído e definido como um grave ‘problema’ a ser investigado e solucionado pela ciência. A “adolescência”, enquanto ‘objeto’ científico de estudo e intervenção, não foi uma invenção isolada, mas fez sua aparição em uma teia de novos ‘problemas’ sociais, no centro dos quais se encontram a “família” e a “escola”, instituições consideradas pelos especialistas tanto como *causa* quanto como *locus* privilegiado de prevenção dos dilemas associados aos jovens.

As políticas higienistas surgiram sob a forma da necessidade de assistir constantemente tanto à família quanto à escola, para que elas não fossem focos geradores de desajustes no comportamento dos jovens. Assim, a análise científica do “problema-adolescência” só foi possível no contexto da “invenção” da família nuclear moderna e do desenvolvimento da escolarização compulsória, pilares de sustentação sobre os quais se edificou uma política de ‘produção’ do indivíduo.¹² Não por acaso, nos grandes manuais de psicologia do desenvolvimento, há diversos capítulos intitulados: “higiene física”, “higiene mental” e “higiene sexual”, nos quais se estabelecem regras de conduta destinadas à ‘produção’ de um indivíduo adulto sadio.

A família burguesa adentrou o século XX como uma ‘instituição’ caracterizada por sua fragilidade intrínseca, motivo pelo qual se exigiram as intervenções higienistas e psicopedagógicas, a fim de auxiliá-la na gerência das suas novas funções em relação à educação dos filhos. A família moderna foi modelada pelas normas ditadas por uma nova maneira de conceber os indivíduos, caracterizada por uma noção de intimidade apoiada no papel da mãe, supervisionada pelo estado ‘médico-higienista’ e pela ‘polícia pedagógica’.¹³ O ‘dispositivo’ médico-higienista e o ‘dispositivo’ psicopedagógico investiram a família e a escola da responsabilidade pelo futuro das crianças e dos “adolescentes”, culpando ambas as instituições pelos eventuais fracassos dos indivíduos

¹² Cf. MUCHAIL, S. T.: (1983) “Identidade Normalizada” in *Boletim do Grupo de Pesquisa sobre Identidade Social* - “Anais do Primeiro Encontro Interdisciplinar sobre Identidade”, SP, PUC-SP, pp.15-16: “Eis pois que na sociedade disciplinar dá-se ‘a entrada do indivíduo (e não mais da espécie) no campo do saber’. Introduce-se um modo de exercício do poder do qual uma descrição meramente negativa ou repressiva não pode dar conta, já que ele é uma sujeição extremamente positiva e produtiva: é o poder que controla, que adentra, isto é, que cria hábitos, produzindo comportamentos e gestos considerados capazes de caracterizar o indivíduo e definir o que ele [é] (ou ‘deve’ ser).”

¹³ Cf. DONZELOT, J.: *A polícia das Famílias*, op. cit., p.48: “Em torno da criança a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta.”

na maturidade. Desse modo, a família moderna nasceu do investimento contínuo desses ‘dispositivos’ que apontavam a todo instante a sua fragilidade inerente, ao mesmo tempo em que reforçavam e reproduziam aquelas mesmas deficiências que o saber médico buscava sanar com suas intervenções.¹⁴ A crescente cooperação entre pais e professores também foi encorajada no sentido de ampliar as áreas de atuação da educação para fora dos limites da escola, sempre enfatizando aspectos de caráter conservador.¹⁵

Na Europa do início deste século, surgiram organizações inteiramente dedicadas à recém-descoberta “adolescência”, as quais investiram em uma idéia de fortalecimento corporal e moral dos jovens. Mesmo já tendo desaparecido, os *Wandervogel*, uma organização juvenil de tradição medieval, foram uma fonte de inspiração para a construção da imagem da “adolescência” institucionalizada nas escolas e em organizações extracurriculares da Alemanha, país europeu que, como vários outros às vésperas da eclosão da primeira guerra mundial, contava com grande parte da juventude seduzida pelo nacionalismo e por segmentos conservadores da sociedade. Essas antigas associações juvenis, anteriormente associadas a atitudes de rebeldia, foram utilizadas como substrato para a organização de instituições educacionais e de associações privadas organizadoras do lazer, as quais, supostamente, atenderiam às necessidades dos “adolescentes”. Entre tais necessidades, a verdadeira obsessão dos educadores e especialistas foi a prática da educação-física e dos esportes de equipe, a partir da idéia de produção de um corpo saudável, que refletisse uma mente igualmente sã.¹⁶

Gradualmente, as idéias de imaturidade, dependência e conformismo, como características da “adolescência ideal,” tornaram-se o princípio operador das instituições

¹⁴ Como observou Jurandir Freire Costa, “Na família conjugal moderna os pais dedicaram-se às crianças com um desvelo inconcebível nos tempos coloniais. No entanto, e esse é um aspecto fundamental, de maneira permanentemente insatisfatória. Perante os novos técnicos em amor familiar os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não doentes. Há sempre um a mais a corrigir, um a menos a tratar. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobre-humano, mais precisamente, científico. Na família burguesa os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com as crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno. Em resumo, quando observamos os resultados da educação higiênica, uma conclusão se impõe: a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização. De fato, muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar, nada mais são que conseqüências históricas da educação higiênica. Em outros termos, as famílias se desestruturaram por terem seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostas.” Cf. COSTA, J. F.: (1983, 2ª. ed.) *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Graal, p.15.

¹⁵ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History ...*, op. cit., p.164.

¹⁶ Cf. SOARES, C.: *Educação Física. Raízes européias e Brasil*, op. cit., pp.60-1.

oficiais e voluntárias, responsáveis pela sua educação.¹⁷ O escotismo, na Inglaterra, mesmo se pretensamente apolítico, foi também um movimento de juventude que decalcou sobre o jovem as supostas características da “adolescência”, tais como a imaturidade, a dependência e o conformismo, concentrando-se na sua constituição física, social e moral. Sintonizados com as caracterizações da “adolescência” que nasciam com a psicologia, no século XX, esses movimentos de juventude trabalhavam com um ‘tipo ideal’ de indivíduo e cidadão, com um modelo físico, moral e político, que representava o ‘tipo’ ocidental dominante.¹⁸

Na medida em que se consolidava a figura da “adolescência”, nas primeiras décadas do século XX, foram reestruturadas prisões e cortes judiciais, especialmente designadas para os jovens infratores, os ‘delinquentes juvenis’, além de serviços especiais de emprego e agências de bem estar-social, em reconhecimento daqueles que não eram mais crianças, mas ainda não pertenciam ao mundo dos adultos. Segundo Alaimo, “Ao passo em que especialistas acadêmicos definiram o conceito de adolescência, outros popularizaram o conceito e visaram construir um espaço social para a adolescência. Não apenas psicólogos e médicos, mas educadores, trabalhadores sociais, legisladores, filântropos, criminologistas e oficiais de menores, tornaram-se atentos para a centralidade dos anos adolescentes no ciclo da vida.”¹⁹

Nesse contexto intervencionista, os jovens foram submetidos a um estado de dependência absoluta, tanto em relação aos pais como em relação às instituições sociais. As expectativas e apreensões públicas em relação à “adolescência” foram altíssimas

¹⁷ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History...*, op. cit., p.155. O autor acrescenta ainda que “Em 1933 o *status* de dependência daqueles entre 14 e 18 anos fora reforçado; a declaração Nazista daquele ano requereu oficialmente a associação de todos os jovens com a juventude hitlerista, completando uma tendência para a supervisão compulsória que já estava em andamento.” Há outros textos que tratam especificamente desse tipo de associação da juventude em um contexto político eminentemente conservador. Vejam-se: MALVANO, L.: “O Mito da Juventude Transmitido pela Imagem: O Facismo italiano”; MICHAUD, E.: “Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich”; PASSERINI, L.: “A Juventude, Metáfora da Mudança Social. Dois Debates sobre os Jovens: A Itália Fascista e os Estados Unidos da Década de 1950” in LEVI, G.; SCHMITT, J.: (1996) *História dos Jovens. Vol. II. - Da Antigüidade à Era Moderna*, SP, Companhia das Letras.

¹⁸ Impõe-se aqui a conclusão crítica de Jurandir F. Costa, para quem “A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável. (...) Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados.” Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.13.

¹⁹ Cf. ALAIMO, K.: “Shaping Adolescence in the Popular Mileu: Social Policy, Reformers, and French Youth, 1870 - 1920” in *Journal of Family History*, vol. 17, n. 4, p.423.

durante todo o século XX, mesmo se as preocupações com a falta de conduta dos jovens já viessem ganhando destaque desde o final do século anterior.²⁰

Assim, os “adolescentes” presentes nos tratados de psicopedagogia deste século são figuras históricas bastante recentes: os “adolescentes” nasceram como ‘objetos’ de investigação no contexto de ação dos ‘dispositivos’ definidos pelo saber médico. A “adolescência”, tal como ela ainda é compreendida no presente, diz respeito às investigações científicas da passagem do século XIX para o século XX, e ao seu modelo específico de separação entre juventude e idade adulta. Tal como formulado pela psicopedagogia, o conceito de “adolescência” deve ser pensado em relação a um conceito de maturidade compatível com a sociedade industrial contemporânea. Atingir esse ideal de maturidade significaria suplantar com êxito a ‘fase’ da “adolescência”, instaurando-se então aquela etapa da vida marcada pela independência afetiva e financeira, na qual o indivíduo estaria pronto para constituir a sua própria família, para provê-la adequadamente, para produzir rebentos saudáveis e educá-los de maneira satisfatória.

Do ponto de vista da sua institucionalização, a “adolescência” constituiu-se como a fase cronológica do desenvolvimento humano durante a qual o “processo de maturação” iria se iniciar e se concluir. Coube às ciências médicas e psicoeducacionais, que a ‘descobriram’, estudá-la no sentido de conhecê-la o mais profundamente possível, fazendo uso de todas as tecnologias disponíveis para que ela fosse normatizada e reproduzida, demarcando-se em relação à uma noção de maturidade livre de conflitos, essas “coisas da adolescência”.

Normatização e higienização nos trópicos

No decorrer do século XIX, o Brasil recebia influências de uma Europa industrializada, que tinha arruinado as estruturas do patriarcado rural e estabelecido

²⁰ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History ...*, op. cit., p.134 “Esperança e medo foram parceiros nessa jornada; e a ampla ambivalência em relação ao jovem pode ser observada em termos dos conflitos e contradições que cercavam os pais, professores e líderes de jovens, que procuravam impor uma única tradição de juventude sobre as outras. O resultado foi, por um lado, de grande conformismo, e, por outro, de grande delinquência, porque as condições não eram distribuídas de forma justa entre os diferentes estratos da sociedade européia. A imposição da adolescência provocou uma forte resistência na maior parte da população, particularmente, entre os trabalhadores pobres, com o resultado de que, na maior parte do período entre 1900-1950, as linhas entre conformismo e delinquência foram desenhadas juntamente com aquilo que eram, essencialmente, divisões de classe.” Cabe ressaltar apenas que, mais

novas formas de relações de poder, irradiadas por meio das ciências positivistas. No entanto, para que tais influências pudessem transpor o percurso oceânico entre a Europa industrializada e o Brasil escravocrata, tinham de se ‘acomodar’ à certas características peculiares da nossa paisagem urbana tropical. Ao desembarcarem na capital do segundo Império, e, posteriormente, da primeira República, as influências européias criavam uma brisa de *Belle Époque* no Rio de Janeiro de Machado de Assis. Entretanto, apesar dos ares de novidade, o país ainda permanecia em uma situação econômica, social e política muito próxima da antiga realidade colonial. A escravidão, estrutura intrínseca ao patriarcalismo colonial brasileiro, permaneceria vigente até 1888, e seus efeitos perversos ainda se fariam sentir com extrema força na República recém-fundada, marcada por estruturas arcaicas e patriarcais que contaminavam as relações entre as esferas pública e privada.²¹

Assim, para que os filhos da aristocracia rural graduados na Europa pudessem implementar as idéias e saberes relativos aos ‘problemas da família’, que eles traziam em sua bagagem de volta ao país, era preciso quebrar os portões da vida colonial e estabelecer novas relações, tanto entre o estado e a família, quanto entre o estado e a educação. É desnecessário ressaltar que o exercício dessas novas práticas, oriundas do poder das ciências médicas e da higiene, encontrou obstáculos estruturais consideráveis para sua execução. Como bem observou Jurandir F. Costa,

“O Estado brasileiro sempre encontrou na família um dos mais fortes obstáculos à sua consolidação. (...) A medicina, em sua atuação higiênica, recebeu a herança desta oposição. A higienização das cidades, estratégia do estado moderno, esbarrava frequentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo. A

importante do que associar conformismo e delinquência às divisões de classe social, é perceber que o fenômeno da delinquência é o ‘duplo’ ou o ‘negativo’ necessário para a configuração da própria idéia de “adolescência”.

²¹ Sérgio Buarque de Holanda está entre os primeiros teóricos a reconhecer o caráter predominante e persistente da instituição familiar patriarcal: “O quadro familiar torna-se assim tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. *A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública*. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma *invasão do público pelo privado*, do estado e pela família.” Veja-se HOLLANDA, S. B.: (1982) *Raízes do Brasil*, RJ, José Olympio, p.50, minha ênfase.

reconversão das famílias ao estado pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.”²²

Tanto quanto na Europa, também no Brasil as duas instituições a partir das quais se implantaram as “políticas higienistas” foram a ‘família’ e a ‘escola’. Para que o estado brasileiro pudesse implantar as políticas higienistas de investimento e produção dos indivíduos, houve a necessidade de que a escola e a família se tornassem instituições mais apropriadas para a educação de jovens e crianças, isto é, para que um modelo ideal de corpo e indivíduo, compatível com os moldes científicos, fosse reproduzido. No que se refere à “família brasileira”, era preciso que o despotismo do “*patrio poder*” fosse quebrado, a fim de que ela pudesse ser investida pelo saber médico. Basta lembrar que, dentro da estrutura familiar colonial, cujo modelo permaneceu vigente mesmo após a independência, a infância era desprezada, pois não tinha uma função social determinada, e a puberdade simplesmente marcava a passagem da condição infantil para aquela do adulto.²³

O processo de transformação da família implicava a aquisição ou a criação de uma atmosfera de intimidade antes inexistente, no sentido da valorização do convívio íntimo entre pais e filhos, a despeito da presença dos empregados e agregados no convívio da casa. A família deveria passar a se interessar pelo desenvolvimento físico e sentimental dos filhos, e o amálgama dessas novas relações domésticas deveria ser o ‘amor’ entre pais e filhos, sem o qual, a “polícia da higiene” conduzida pelo estado, não poderia se instaurar.²⁴ Dentro desse universo de preocupações, a prescrição do aleitamento dos recém-nascidos pelas próprias mães desempenhou um papel importante, para além de seus aspectos nutricionais, pois tornou-se um veículo de transmissão do amor e uma porta de entrada do saber médico higienista no interior dos lares.²⁵

²² Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., pp.30-1.

²³ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.159.

²⁴ Jurandir F. Costa observou que o sentimento de intimidade entre pais e filhos, no Brasil, foi bastante raro até os começos do século XIX, e que a medicina desempenhou um importante papel para que ele se fortalecesse. O ‘amor’ no interior da família transformou-se, “pela ação higiênica, num evento adequado à manipulação médico-estatal.” Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.64 e *passim*.

²⁵ Cf. RAGO, M.: *Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*, op. cit., p.78-9: “O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir ‘cientificamente’ a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos. Além das teses publicadas e das campanhas empreendidas por higienistas, assistentes sociais, pedagogos e pediatras, o dr. Moncorvo Filho imagina a realização de um concurso que funcionaria como incentivo às mães pobres para amamentarem seus próprios filhos.”

O modelo ideal de pai não era mais o severo déspota da colônia, mas, no contexto da “família higiênica”, passou a ser aquele comprometido com a saúde dos filhos, conhecedor de regras e normas determinadas por um saber externo ao universo familiar, que deveria ali se instalar. Os filhos tinham de passar a ser fruto de um investimento permanente, material e afetivo, e tornar-se-iam a instância a partir da qual o *patrio* poder do pai colonial seria quebrado e substituído pelo poder do estado-sanitário. Através das receitas dos higienistas sobre a alimentação, vestimenta e hábitos a ser desenvolvidos para com os filhos, atestou-se a ignorância dos pais no seu cuidado:

“Pela pedagogia higiênica procurava-se atingir os adultos. O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. (...) A criança, antes manipulada pela religião e pela propriedade familiar, ver-se-á, no século XIX, novamente utilizada como instrumento do poder. Desta feita, porém, contra os pais, em favor do Estado.”²⁶

As políticas médico-higienistas objetivaram a reprodução de um modelo de ‘infância’ investido pelo ideal de um “corpo saudável”, e passaram a reconhecê-la como uma fase destacada do desenvolvimento humano, a qual deveria ser separada de quaisquer vícios.²⁷ A pediatria já havia sido instituída como disciplina no *curriculum* médico em 1890 e, daí por diante, a criança passaria a ser o principal objeto de atenção dos médicos no Brasil, tendo em vista a sua constituição física e moral saudável, a partir dos moldes científicos.²⁸

Por seu turno, a instituição escolar nacional, do início deste século, era ainda débil e fragmentada, apresentando-se de maneira diversificada sob a forma da escola pública, dos colégios privados e das instituições religiosas, cada uma delas com objetivos e ideais educacionais próprios, e com noções contraditórias a respeito da formação dos indivíduos. Gerava-se assim um caleidoscópio educacional que nem ao menos

²⁶ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, *op. cit.*, p.175.

²⁷ Cf. RAGO, M.: *Do Cabaré ao Lar ...*, *op. cit.*, p.118: “A preocupação médica com a preservação da infância, no Brasil, esteve presente desde meados do século XIX e intensificou-se nas primeiras décadas do século XX, momento de constituição do mercado livre. Uma ampla literatura procura dar conta da infância, explicar suas fases, entender suas necessidades e definir seus contornos: dizer o que é a criança, como se caracteriza, como deve ser tratada e educada, impondo portanto uma infantilização exterior a ela.”

²⁸ Sobre a inserção da pediatria no *curriculum* das faculdades de medicina veja-se RAGO, M.: *Do Cabaré ao Lar ...*, *op. cit.*, p.119.

contemplava parcelas numericamente significativas da população.²⁹ Como ocorrera em relação à família, o poder médico-higienista se introduziu no ambiente escolar por meio de um investimento nos corpos: os corpos flácidos e doentios do passado deveriam dar lugar a corpos fortes e saudáveis, talhados pelo treinamento físico adequado através da ginástica e da prática de esportes.

Assim, também no Brasil a educação-física surgiu no horizonte das preocupações médicas do estado-sanitário emergente, como mais um dispositivo fundante das novas relações entre o estado e os corpos. Nas escolas, atividades extracurriculares como a educação física e o esporte ganharam uma importância fundamental na educação dos jovens. Já no final do século XIX as faculdades de medicina produziam teses sobre o tema da educação física; nos colégios, o treinamento dos corpos era considerado fundamental para a disciplina e, conseqüentemente, para a criação desse novo corpo saudável, que deveria ser elegante, harmonioso, forte e livre de enfermidades físicas e morais, em suma, livre dos vícios. Segundo Jurandir F. Costa,

“A regra de ouro do desenvolvimento físico era a separação por idade e por sexo. Os exercícios físicos deveriam ser prescritos em função da faixa etária e das características sexuais das crianças. (...) Os médicos faziam apelo a todo tipo de argumento para justificar a importância da educação do corpo. (...) Observando a noção de discriminação por idade nos exercícios físicos pode-se acreditar que sua lógica atendia exclusivamente ao reconhecimento das diferentes capacidades biológicas das crianças. No entanto, a criança também era mostrada como um ser em evolução, a fim de chamar a atenção dos pais para os cuidados específicos que os filhos necessitavam. Buscava-se, por este meio, reforçar a idéia da necessidade de conhecimentos médicos que pais e educadores deveriam ter para se tornarem aptos a cuidar das crianças.”³⁰

²⁹ Cf. ARAÚJO, R.M. B.: (1993) *A Vocação do Prazer - A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*, RJ, Rocco, pp.179-80: “No Rio de Janeiro a educação variava de acordo com rígida estratificação social. (...): a criança abandonada era analfabeta, a de elite aprendia alemão em casa com uma preceptora, o filho de um comerciante estudava numa escola pública, o de um médico num colégio particular leigo, o de um advogado numa escola religiosa, e os filhos de famílias aristocráticas ou recentemente enriquecidas podiam ser educados num colégio interno. O Estado não garantia instrução a todos. (...). A maioria da população era analfabeta. Os ex-escravos e seus filhos jamais pisaram numa sala de aula. O número de escolas era insuficiente em relação ao crescimento demográfico. Enquanto as crianças de recursos tinham várias alternativas, restava ao pobre lutar por um lugar na escola pública. Isto, quando podia conciliar os serviços prestados em casa, a contribuição para a economia doméstica, como uma ocupação temporária ou mesmo um emprego com horas livres para estudar.”

³⁰ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., pp.184-86. Veja-se também SOARES, C.: (1998) *Imagens da Educação do Corpo*, Campinas, Autores Associados, p.121.

Nos colégios e internatos, a preocupação com a sexualidade deu-se por meio da idéia de “higiene sexual”. Assim, a ciência tomava o lugar da moral ao ditar as regras de comportamento que não mais distinguiram entre o moral e o imoral, mas sim entre o normal e o patológico. Nesse universo sinistro das ‘verdades’ da ciência, a condenação à masturbação seria matéria-prima para a produção de discursos de controle dos corpos dos jovens no espaço das micropolíticas de produção do ‘sujeito ideal’:

“As teses sobre a educação-física, moral e intelectual das crianças, absorviam a atenção dos higienistas. A importância deste enquadramento disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos, que viam na educação-física um fator capital na transformação social (...). O internato pode ser visto como o protótipo deste espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente, prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre educação-física moral. (...)“A preocupação com o controle da sexualidade das crianças internas foi longamente explorada pela medicina. O sexo desregrado foi objeto de uma atenção desmedida. Em particular, a masturbação que aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens.”³¹

Enquanto no Brasil do início do século XX, a produção científica começava a problematizar a infância, na Europa e nos Estados Unidos já havia trabalhos consagrados à puberdade e à própria “adolescência”, considerada a partir de então como o alvo preferencial das preocupações médicas e psicopedagógicas. Se no Brasil das primeiras décadas deste século, a ‘infância’ já fora transformada em uma figura discursiva específica, isto é, se ela já fora tornada ‘objeto’ de investigação do saber médico, a “adolescência” ou o “adolescente” ainda não existiam, ao menos nesses termos.³² No Brasil, a problematização da “adolescência” na literatura psicopedagógica especializada foi um fenômeno relativamente tardio, aparecendo em traduções de textos europeus e norte-americanos no final dos anos vinte, e fortalecendo-se a partir dos anos cinquenta

³¹ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., pp.179, 187.

³² Cf. ARAÚJO, R. M. B.: *A Vocação do Prazer - A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*, op. cit., p.169. Araújo trabalha a partir da hipótese de que, no Brasil do início do século XX, a infância fora privilegiada em detrimento da ‘adolescência’, que seria ignorada na esfera das preocupações científicas. Para a autora, “A concepção das chamadas ‘idades da vida’ ou ‘idades do homem’ não consagrava à adolescência o mesmo tipo de atenção que lhe damos hoje. Não que ela fosse confundida com a infância, como ocorria até o século XVIII; mas

com a produção de manuais brasileiros, bem como com a tradução massiva dos textos estrangeiros.

Na produção científica, o discurso sobre a “adolescência” relacionou-a à uma idéia de ‘crise’ e de ‘problema’. Dentro dessa configuração discursiva, a “adolescência” foi estabelecida como diretamente vinculada às imagens da ‘delinquência’ e da ‘sexualidade’. A partir da importação das problematizações estrangeiras, a produção brasileira seguiu os mesmos moldes dos manuais estrangeiros: a mesma organização dos capítulos, dos temas, e das formas de abordagem dos assuntos, sempre enfatizando uma normalização da conduta física, psíquica, social e sexual.

essa idade não era marcada como categoria. Tanto nas famílias de recursos como nas pobres, passava-se de criança a adulto sem considerações específicas para o período de transição do jovem.”

“Adolescência”: Um ‘novo’ território de investigação

O jovem e o púbere

As investigações médicas sobre a puberdade foram as precursoras diretas dos chamados ‘estudos científicos’ da “adolescência”.¹ Durante o século XIX, o discurso médico foi prolífico em relatar as transformações corporais pelas quais moças e rapazes passavam, a caminho da vida adulta. A fisiologia da puberdade foi estudada em detalhes, e cada modificação dos corpos foi observada pelos olhos atentos dos especialistas, que a transcreveram para suas teses e tratados: a menarca, o aparecimento dos pêlos pubianos, as emissões espermáticas, a mudança de voz, o crescimento dos seios, o arredondamento dos quadris. Era preciso descrever e analisar as mudanças por meio das quais aqueles corpos infantis se transformavam em corpos adultos, prontos para exercer seus papéis sexuais e sociais em uma sociedade que, como eles, também se transformava.

A preocupação dos médicos residia no descompasso entre corpos que se mostravam sexualmente maduros, antes que se lhes pudesse atribuir padrões de maturidade social. Deste modo, tais corpos tinham de ser obrigados a esperar, a aguardar o momento ‘certo’, até que estivessem preparados para viver em conformidade com os padrões sociais de sua época.

A preocupação em torno do período de espera para o exercício de uma sociabilidade ordenada e uma sexualidade lícita, anteriormente de caráter moral, transferiu-se para o universo da ciência representado pela ‘norma’, isto é, por um discurso que começou a ditar regras e condenar condutas em nome da higiene e da saúde dos indivíduos. O sexo ‘ilícito’, como a masturbação, o sexo com prostitutas, as práticas homoeróticas, e demais atividades sexuais destituídas de fins reprodutivos, foram denominadas como ‘perversões’, assim como também a iniciação sexual “precoce”, fora

¹ Cf. BIERENT, L.: (1896) *La puberté chez l’homme et chez la femme*, Paris, Société d’éditions scientifiques; JOLY, H.: (1894) *Adolescent de treize à dix-huit ans*, Paris, Librairie de la “Nouvelle Revue”; MARRO, A.: (1899). *Le rôle social de la puberté*. *Revue Philosophique* 47: juin, 606-631; citados in ALAIMO, K.: (1992) “Shaping Adolescence in the Popular Milieu: Social Policy, Reformers, and French Youth, 1870-1920 in *Journal of Family History*, Vol.17, no. 4. No Brasil, veja-se MELLO, J. P.: (1846) *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento do fluxo catamenial*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, citado in COSTA. J. F.: (1983, 2ª. ed.) *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Graal.

do casamento. Todas essas condutas receberam um tratamento discursivo que as condenou, não mais em nome de uma moral ‘vitoriana’, mas em nome da ciência e da natureza.

O relato das ‘perversões’ deslocou-se da escuta dos confessionários para a auscultação dos consultórios médicos, onde elas foram cuidadosamente classificadas. Nesse novo ambiente científico, as práticas ‘perversas’ foram preservadas e catalogadas no âmbito do ‘bestiário’ das enfermidades médicas, tal qual uma coleção de besouros com asas e patas fora dos padrões. Foram também referidas a modelos psíquicos ‘anômalos’, isto é, a modelos de enfermidades psíquicas que, no caso dos jovens, foram inúmeras vezes associadas às transformações físicas pelas quais seus corpos passavam. No interior do universo discursivo da medicalização das perversões, a medicina esteve aliada à psicologia e, posteriormente, à psicanálise. Nesse contexto discursivo, a puberdade e as práticas sexuais atribuídas a esse período da vida, foram estreitamente relacionadas à uma idéia de patologia, tanto física como psíquica.²

A partir de uma concepção científica de saúde, a puberdade recebeu uma caracterização médica e uma prescrição higiênica que norteariam as práticas pedagógicas futuras. A partir da puberdade, o desejo sexual, foco de problematização dos especialistas, foi reconhecido como um ‘instinto’ que irrompia com uma força quase indomável, sendo classificado como a origem dos problemas, mas também como uma fonte de energia vital. Assim, os ‘instintos’ foram compreendidos como manifestações da obscuridade bestial da alma humana, mas também como um elemento propulsor da vida, necessitando, portanto, de um treinamento adequado.

A premência dos ‘instintos’ suscitou a idéia de uma plasticidade da figura do “adolescente” pois, quanto mais jovem o indivíduo, mais próximo ele se encontraria de sua natureza animal, de tal modo que a “adolescência” apresentava-se como o momento decisivo da transformação da besta em homem. Por esse motivo, tratava-se de um período da vida que necessitava de contínua observação vigilante, e da prescrição de um

² Jurandir F. Costa cita um parecer do médico Miguel Antônio Herendia de Sá: “(...) entrou neste mesmo ano para o hospital da Santa Casa da Misericórdia um menino epilético e já idiota pelos efeitos do onanismo; sua face estampava o vício e o padecer; teria ao muito doze anos; seu corpo era franzino e atrofiado, mas os órgãos genitais eram prodigiosos e tão completamente desenvolvidos como se fossem de um homem”. Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.188.

conjunto de atividades que mantivessem corpos e mentes ocupados e cansados, sem dar espaço para o aparecimento do menor traço do ‘desejo.’

O ‘nascimento’ e a consolidação da “adolescência”, nas três primeiras décadas do século XX, configurou-se a partir da união de duas figuras já estabelecidas no imaginário ocidental: o **jovem**, figura social descrita das mais variadas maneiras no decorrer do tempo, e o **púbere**, figura biológica e psíquica construída pelo discurso médico no decorrer do século XIX. Associada à idéia de puberdade, a “adolescência” irrompeu em um universo discursivo fortemente impregnado pela imagem da sexualidade, devendo ser vigiada nos jogos, nas leituras, na saúde e, principalmente, na sua solidão. O “adolescente” do discurso médico apareceu como um indivíduo instável, um rebelde contra os adultos e os valores da tradição, sujeito de uma sexualidade que lhe é negada mas que, ao mesmo tempo, está estampada em seu rosto.³

Os primeiros especialistas que colocaram a “adolescência” na ordem do discurso médico-psicológico, celebraram a demarcação dessa fase da vida humana como o coroamento alcançado pela civilização iluminista. Esta, com seus ideais de emancipação e liberdade, resultantes do uso da razão, engendrou idéias sobre o sujeito ideal, aquele que serviria de modelo para as gerações futuras: o macho, europeu, branco, colonizador.⁴ Para os especialistas do início do século, o iluminismo em sua variante cientificista havia retirado das ‘trevas’ a figura de uma adolescência que, supostamente, sempre existira, mas que somente o apogeu da ciência positivista, com seus novos métodos de investigação, fora capaz de resgatar.

A celebração dessa nova “descoberta” voltou os olhos da ciência para esse intervalo etário, e os pesquisadores passaram a apontar os ‘problemas’ constitutivos desse ‘novo’ grupo humano, tais como o aumento da incidência das desordens mentais juvenis, a ociosidade, o sexo desregrado, o aumento da criminalidade e as crescentes evidências do aumento da delinquência entre os jovens.⁵

³ Cf. BARRÁN, J. P.: (1996) “El adolescente, una creación de la modernidad?” in BARRÁN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (org.) *Histórias de la Vida Privada en el Uruguay. El Nacimiento de la Intimidad 1870-1920*, Tomo 2, Montevideo, Ediciones Santillanas, p.175.

⁴ Cf. VEIGA-NETO, A. J.: (1995) “Michel Foucault e Educação: Há algo de novo sob o sol?”, in VEIGA-NETO, A. J.: (org.) *Crítica Pós-Estruturalista e Educação*, Porto Alegre, Sulina, p.12.

⁵ Cf. GILLIS, J. R.: (1981) *Youth and History - Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present*, NY, Academic Press, pp.131-32.

O *début* da “adolescência” no discurso da ciência

O psicólogo americano G. Stanley Hall publicou, em 1904, *Adolescence: its psychology and its relations to anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*, obra contendo 1300 páginas divididas em 18 capítulos, separados em 2 volumes.⁶ A pretensão totalizadora do título e o número de páginas redigidas demonstram uma preocupação de dimensões enciclopédicas e universalizantes, bem como a pretensão de pronunciar-se definitivamente sobre seu ‘objeto’: não por acaso, Hall se auto-proclamava o ‘pai’ da “adolescência”. Anunciando a descoberta desse ‘novo estágio evolutivo’ de forma apocalíptica, Hall celebrou-o como se houvesse descoberto e catalogado um ‘novo’ ser vivo.⁷

A obra de Hall, como o próprio título o enuncia, apresenta a “adolescência” como associada às mais diversas esferas da vida humana, mapeando um campo de problematizações infinitamente mais amplo do que o das anteriores configurações biológicas e psíquicas da puberdade. A “adolescência” passou a ser inscrita nos mais diversos contextos da vida humana, isto é, no campo sócio-cultural da educação intelectual, física, sexual, religiosa e moral, além das próprias esferas física e psíquica. A “adolescência” tal como produzida ao longo daquelas 1300 páginas, ou seja, como um ‘novo sujeito’ definido a partir de um conjunto de ‘problemas’ como a “delinqüência” e a “sexualidade”, configurou, de certa forma, as caracterizações ainda presentes nos estudos contemporâneos sobre essa ‘etapa’ da vida.

Homem das ciências e conhecedor de literatura e filosofia, Hall construiu sua conceitualização ‘científica’ da “adolescência” realizando um *bricolage* em que se superpuseram elementos oriundos desses três domínios discursivos. O caráter supostamente universal do ‘seu’ novo objeto de pesquisa tentava confirmar-se por meio do recurso a textos de Platão, Aristóteles e Agostinho, entre outros filósofos, os quais, segundo Hall, teriam antecipado, em suas especulações filosóficas pré-científicas, as suas próprias caracterizações científicas da “adolescência”. Hall afirmava ter seguido as pistas

⁶ Cf. HALL, G. S.: (1904) *Adolescence: its psychology and its relation to antropology, sociology, sex, crime, religion and education*. Vol. I - II. NY, Appleton.

⁷ Cf. GILLIS, J. R.: (1981) *Youth and History...*, op. cit. pp.33-34.

deixadas pelos escritos dos sábios da cultura ocidental, munindo-se das ferramentas do iluminismo e da ciência positivista.⁸

No campo discursivo da filosofia, Hall utilizou-se sobremaneira das idéias de J. J. Rousseau, em sua obra *Emílio*. As suas caracterizações científicas da “adolescência” foram tomadas de empréstimo da descrição da adolescência por Rousseau, que a considerava como uma etapa da vida marcada pela crise e determinada por um ‘novo nascimento’.⁹ Rousseau, ao criticar a sociedade de corte, com seus jogos, suas máscaras e seu teatro, tinha em ‘seu’ *Emílio* a antítese de um mundo coberto de perucas e maquiagem, onde se distorce e se corrompe a natureza humana, de tal modo que o seu modelo ideal de ‘homem’ pôde ser posteriormente apropriado pela sociedade burguesa, mas então já segundo os termos do naturalismo biológico do século XIX.

Para Hall, as caracterizações de Rousseau sobre a “adolescência” representam o solo pré-científico sobre o qual poderiam ser instaladas as suas investigações científicas sobre a “adolescência”, o que também lhe parecia confirmar as bases universais de suas pesquisas. Particularmente importante para Hall é a seguinte descrição proposta por Rousseau:

“Aos sinais morais de um humor que se altera, juntam-se modificações sensíveis no aspecto. Sua fisionomia desenvolve-se e assume um caráter; a pelugem escassa que cresce nas suas faces escurece e toma consistência. As voz muda, ou antes ele a perde: não é nem criança nem homem e não pode pegar o tom de nenhum dos dois. Seus olhos, esses órgãos da alma, que nada diziam até então, encontram uma linguagem e uma expressão; um ardor nascente os anima. Seus olhares mais vivos ainda têm uma santa inocência, mas não tem mais sua imbecilidade primeira: ele sente que podem dizer demais; ele começa a saber baixá-los e enrubecer; torna-se sensível antes de saber o que sente; mostra-se inquieto sem razão de sê-lo. Tudo isso pode ocorrer lentamente e podereis ter tempo ainda de atender. Mas, se sua vivacidade se faz demasiado impaciente, se sua exaltação se transforma em furor, se ele se irrita e se entenece de um momento para outro, se verte lágrimas sem motivo, se, perto dos objetos que começam a tornar-se perigosos para ele, seu pulso se acelera e seu olhar se inflama, se a mão de uma mulher pousando na sua o faz fremir, se se perturba ou se intimida perto dela, Ulisses, ó

⁸ Cf. MUUSS, R. E.: (1971) “The Philosophical and Historical Roots of Theories of Adolescence”, in MUUSS, R. E.: (ed.) *Adolescent Behavior and Society: A Book of Readings*. NY, Random House, pp.4-11.

⁹ Cf. ROUSSEAU, J. J.: (1992) *Emílio ou da Educação*, RJ, Bertrand Brasil, p. 233-4.

sábio Ulisses, toma cuidado; os odres que com tanto cuidado fechavas, estão abertos; os ventos já se desencadearam; não largues um só momento o leme, ou tudo estará perdido.”¹⁰

O que interessa a Hall nessa passagem de Rousseau é a sua descrição minuciosa de certos traços que, segundo o autor americano, constituiriam os indícios fisiológicos e psíquicos da “adolescência”. No entanto, não se pode perder de vista que a problemática geral dos dois autores não é a mesma: enquanto Rousseau preocupa-se em preservar a natureza humana das corrupções e vícios da sociedade, Hall, por outro lado, preocupa-se justamente em controlar e cercear os vícios da natureza humana, tendo em vista prepará-la e domesticá-la para a vida social burocrática.

No campo discursivo da literatura, Hall inspirou-se em especial no romantismo alemão de Goethe e Schiller. A partir das ‘torturas’ amorosas do jovem *Werther*, de Goethe, Hall também definiu a “adolescência” como um período de ‘tempestades e tormentas’ - *Sturm and Drang* -, como uma etapa da vida marcada por um espírito idealista que se rebela contra o ‘velho’, e como o momento das paixões.¹¹

No âmbito das ciências biológicas, base epistemológica fundamental de seu pensamento, Hall foi profundamente influenciado pela teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, e, em especial, pelo naturalista Ernest Haeckel, autor da ‘teoria filogenética’.¹² A teoria de Haeckel foi fundamental para o desenvolvimento de uma das teses de Hall, a de que a infância e a “adolescência” seriam etapas distintas e sucessivas do desenvolvimento humano pós-embrionário, marcadas por características que recapitulariam as etapas evolutivas da própria espécie humana. Hall postulava que o ser humano, até chegar à maturidade, passaria pelas fases mais significativas do processo da evolução da espécie, reconstruindo assim uma história evolutiva tanto biológica como cultural e psíquica, que se repetiria na evolução de cada indivíduo, e na qual a maturidade representaria o apogeu da civilização ocidental.¹³

¹⁰ Cf. ROUSSEAU, J.J.: *Emílio ou da Educação*, op. cit., p. 234.

¹¹ Cf. GOETHE, J. W.: (s/d) *Werther*, Lisboa, Verbo.

¹² O princípio de que a “filogênese repete a ontogênese” ainda está presente nos textos de biologia das escolas secundárias, em que aparece ao lado de figuras em que se comparam o desenvolvimento embrionário em espécies diferentes, tendo em vista demonstrar que a espécie humana, no seu desenvolvimento embrionário, repete as etapas da evolução de espécies inferiores.

¹³ Veja-se (1975) *Adolescência e Individualidade*, SP, Harper & Row do Brasil p.28.

Aos conceitos das ciências biológicas foi acrescido um conjunto de outros corpos de conhecimento, tais como as ciências matemáticas e estatísticas, determinando assim uma forma de investigação ‘mensurativa’, que seria observada no decorrer deste século. A ‘antropologia criminal’ e a ‘tipologia antropológica’ de Cesare Lombroso, por sua vez, favoreceram a introdução de uma quantidade de observações antropométricas nesses estudos. Orientando-se por estas metodologias e pelas teses sobre a eugenia e sobre os estudos raciais, os estudos psicopedagógicos sobre a “adolescência” passaram quase um século construindo tabelas de crescimento físico, de aumento da ossatura, da massa muscular e da caixa craniana, determinando os padrões ‘normais’ de desenvolvimento.

São conhecidos os desdobramentos funestos de tais correntes científicas, como os mais variados racismos, a homofobia e a misoginia e, como exemplar máximo do horror, os campos de extermínio humano.¹⁴ Os textos de psicopedagogia da adolescência, ao trabalharem em um registro epistemológico que se pretendia isento politicamente, nunca atentaram para as suas conseqüências perversas. O caráter a-crítico dos manuais de psicologia da adolescência revela-se claramente nas observações de Pfromm Neto, comentando, entusiasmado, certas conclusões avançadas por Stanley Hall:

“(…) Hall atribui aos adolescentes um papel fundamental na formação de uma “nova sociedade”, chegando mesmo a imaginar a criação de uma super-raça utópica. Para tanto, propõe um sistema educacional que cuidaria mais do desenvolvimento físico e emocional sadios do que da educação intelectual. Esta última ficaria reservada apenas para um grupo relativamente pequeno de jovens bem dotados.”¹⁵

A tese da evolução cultural, decalcada sobre a evolução natural, seria prontamente contestada por antropólogos contemporâneos de Hall, entre os quais Franz Boas, precursor do culturalismo. Boas tentava romper com as teorias vigentes na antropologia colonialista, que relacionavam o evolucionismo biológico à uma idéia de evolucionismo

¹⁴ Cf. SOARES, C.: (1998) *Imagens da Educação no Corpo*, Campinas, Autores Associados, p.88: “A biologia, por sua vez, atingia de modo direto o homem social e estava vinculada ao conceito de evolução, cuja importância já era incontestável ao final do século XIX. Mas, há um outro ângulo a ser considerado nesta importância atribuída à Biologia. Conforme observa Hobsbawm, sob a forma de racismo, a Biologia fornece os elementos essenciais para a elaboração da ideologia igualitária da burguesia, deslocando a culpa das desigualdades humanas da sociedade para a ‘natureza’. Desse modo, a biologia acabou se tornando ... ‘potencialmente a ciência da direita política como também a ciência dos que desconfiavam da ciência, da razão e do progresso.’”

¹⁵ Cf. PFROMM NETTO, S.: (1976, 5ª. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, Pioneira/MEC, p.14.

cultural, e que, aplicadas à interpretação das sociedades ‘primitivas’, afirmavam que elas representavam um espelho do passado das sociedades “desenvolvidas”.¹⁶

Outra teórica que se afastou das teses de Hall foi Leta Stetter Hollingworth que, em um trabalho de 1928, *The Psychology of the Adolescent*, criticou a idéia da “adolescência” como um salto ou um “novo nascimento”. Para essa pesquisadora, a “adolescência” consistiria de um período de desenvolvimento gradual e harmônico, diferente daquela fase de desenvolvimento complicado e repleto de distúrbios, afirmando ainda não haver conexão entre as alterações biológicas e as mudanças de *status* social que, segundo ela, dependeriam de instituições e cerimônias sociais.¹⁷ É certo que muitos autores tentaram se distanciar das reflexões de Hall, na medida que o pensamento deste autor estava plenamente circunscrito dentro das teses eugênicas e do colonialismo europeu da virada do século XX. Entretanto, também é verdade que foi ele quem delineou a imagem do “adolescente” contemporâneo. Por mais que muitos especialistas tentassem se afastar de suas idéias, sempre acabavam reproduzindo, em algum grau, as imagens e idéias determinadas por ele. No caso de Hollingworth, por exemplo, mantinha-se inquestionável a idéia de que “adolescência”, como uma etapa bem demarcada da vida, seria o ‘objeto’ por excelência da psicologia do desenvolvimento.

Stanley Hall e sua obra aparecem citados nos estudos posteriores como um marco da investigação científica da “adolescência”, e isto tanto por seus seguidores, como por seus críticos. Segundo o próprio Hall, a partir de sua obra a “adolescência” se constituía como um ‘novo’ território de investigação para a ciência. Até os anos setenta, os estudos apontaram o trabalho de Hall como o primeiro tratado sobre a “adolescência”, repetindo exaustivamente a proclamação do autor quanto ao seu direito de paternidade em relação àquele ‘objeto’.¹⁸ Assim, a partir de sua publicação, o texto de Hall tornou-se um campo de referências obrigatório, seja porque influenciou decisivamente outros

¹⁶ Cf. BOAS, F.: (1978) “The Aims of Ethnology” in STOCKING.-Jr, G. W.: (ed.): *A Franz Boas Reader. The Shaping of American Anthropology, 1883-1911*, Chicago, The University of Chicago Press, p.68. Para Boas, os povos ‘primitivos’ possuíam uma longa história própria e desenvolvida de maneira particular.

¹⁷ Cf. Hollingworth, L. S.: (1928) *The Psychology of the Adolescent*, NY, Appleton.

¹⁸ Cf. GRINDER, R. E.; STRICKLAND, C. E.: (1968) “A significação da obra de G. S. Hall”, in BRITTO, S.: (org.) *Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*, RJ, Zahar, *passim*. Esse artigo discute o pensamento de Hall, sua trajetória e as resistências que ele gerou entre outros psicólogos. Os autores observam que, nos Estados Unidos e na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, as referências à obra de Hall deixam de ser explícitas, por causa das críticas correntes ao seu racismo e eugenismo, muito embora as suas caracterizações da “adolescência” continuem sendo reproduzidas. Grinder e Strickland, escrevendo nos anos sessenta, julgaram ser importante recuperar a importância e relevância da obra de Hall.

estudos, seja porque constituiu o marco que deveria ser criticado para a construção de novas abordagens.

Não se trata de tentar resgatar algo como uma ‘origem’ da “adolescência” na obra de Hall, mas de demonstrar como a própria mitologia instaurada e disseminada pelo autor, em torno do seu direito de paternidade em relação à adolescência como ‘objeto’ do discurso científico, funcionou, retrospectivamente, no sentido de transformar a sua obra e o seu nome como as referências fundantes para os estudos posteriores. Hall foi um intelectual de grande poder e prestígio nos Estados Unidos, possuidor de uma visão cosmopolita do saber, e dotado de recursos financeiros suficientes para estabelecer uma rede de comunicação por meio da qual ele pôde exportar suas idéias, imediatamente, para os principais centros de produção do conhecimento no mundo ocidental.

Na França, a conceitualização da “adolescência” deu-se com o surgimento de novos discursos e dispositivos criados pelos reformistas sociais do início do século XX, tais como novas políticas de educação, de trabalho, a criação da educação vocacional e as novas políticas correcionais para a juventude, todas elas já utilizando pressupostos das teorias da psicologia da adolescência. Psicólogos, políticos e pedagogos determinados a criar uma nova imagem de juventude foram influenciados pelas idéias que circulavam simultaneamente entre os E.U.A e Europa, e os reformistas persistiram na implantação de mudanças sociais baseados na idéia da vulnerabilidade do período da “adolescência”. Os alvos das políticas reformistas foram a educação, o treinamento vocacional, o trabalho, a disciplina e a recreação, e a própria escolha dos alvos já estava fortemente relacionada à uma conceitualização da “adolescência”, em sua interdependência com a educação formal e informal.¹⁹

¹⁹ Cf. ALAIMO, K.: “Shaping Adolescence in the Popular Milieu ...”, *op. cit.*, p.421: “Na França, a psicologia que reconheceu a adolescência como um estágio diferenciado do ciclo da vida emergiu na virada para o século XX. (...) Foi organizada uma grande quantidade de instituições, em especial as instituições escolares e recreacionais, dirigidas por adultos para os adolescentes; estas organizações representaram um esforço tanto da esfera pública como privada. Nesse cenário de transformações os especialistas articularam as teorias psicológicas e sociais da adolescência. (...) De acordo com os especialistas, a puberdade tomou importância pedagógica e social devido à natureza particular da dimensão psicológica da adolescência. (...) Os especialistas franceses em psicologia da criança e do adolescente insistiam em uma associação entre psicologia e pedagogia, estabelecendo assim uma ligação entre o mundo mental do indivíduo e o mundo social das instituições. (...) A visão da psicologia como uma ciência social levou os especialistas acadêmicos a identificar as implicações do trabalho. O estudo científico da adolescência almejava isolar os problemas e tensões daquele estágio particular da vida no sentido de assegurar o desenvolvimento apropriado do jovem. A psicologia do adolescente contribuiu para, e também justificou a fundação das instituições por especificidade de idade, com o objetivo de continuar e estender o processo de socialização para além do estágio da infância, alcançando aqueles com idade entre de treze e dezoito anos. Foi a articulação da psicologia do adolescente com uma frutífera utilização da ciência, desenhando e implementando programas sociais

Em 1906, o político e pedagogo francês Gabriel Compayré publicou *L'Adolescence*, e em 1909 foi a vez do psicólogo Pierre Mendousse, com *L'Âme de L'Adolescent*. Mesmo se os autores franceses tentavam diferenciar-se de Hall, cuja influência já se encontrava disseminada, esses autores invocavam conceitos e pressupostos que orientavam uma concepção de “adolescência” nascida do outro lado do Atlântico. O tratamento científico dado às investigações da “adolescência” no discurso desses autores franceses, pretendia-se menos marcado pelo determinismo do evolucionismo biológico de Hall, deixando uma margem maior para especulações de coloração supostamente ‘filosófica’, que permitiam questionamentos sobre a ‘alma do adolescente’ ou, ainda, investigações mais enfáticas sobre a importância das transformações institucionais, em especial, sobre a escola e o lazer, tanto mais dado que esses psicólogos estavam envolvidos nas reformas educacionais que ocorreram na França no início do século.

Os franceses Compayré e Mendousse tentavam diferenciar-se de Hall criticando a ênfase excessiva que este dera às modificações fisiológicas, enfatizando, por outro lado, as modificações emocionais e intelectuais da “adolescência” nos seus trabalhos.²⁰ Entretanto, independentemente dos modos de investigação demarcados por peculiaridades e idiosincrasias nacionais, a psicologia da adolescência assumiu um discurso homogêneo sobre seu ‘objeto’, definindo a “adolescência” como um período de modificação e instabilidade, o que determinou a visão pessimista da psicopedagogia da adolescência, que produziria uma pedagogia da vigilância influenciada pela obra de Stanley Hall.

Eduard Spranger, psicólogo alemão seguidor da filosofia de Dilthey, foi um outro teórico que tentou estabelecer uma relação crítica para com o trabalho de Hall, muito embora também tenha sido influenciado pelo teórico americano em sua própria conceitualização da “adolescência”.²¹ Spranger afastava-se de Hall na medida em que, como Hollingworth, negava a existência de correlações entre a psicologia e as ciências naturais, afirmando que as leis da causalidade não poderiam ser obtidas pela psicologia,

para os jovens, que estabeleceu um conceito de adolescência à parte das experiências históricas anteriores. O moderno conceito de adolescência (...) dependeu da associação entre psicologia e desenvolvimento fisiológico dentro do contexto de parâmetros sociais, mais especificamente, na segregação institucional por idade e subordinação.”

²⁰ Cf. ALAIMO, K.: *idem*, *op. cit.*, p.422.

já que cada indivíduo seria único e inefável. Ao separar a psicologia das ciências naturais, suas teses não seriam aceitas na terra de Hall, visto que nos Estados Unidos a relação entre psicologia e ciências naturais era tida como um dado inquestionável; entretanto, as idéias de Spranger exerceram forte influência nos países de língua alemã, na primeira metade do século.

Spranger propunha a psicologia da “compreensão” da “adolescência”, e evitava referi-la à puberdade e às transformações corpóreas, postulando que as mudanças psíquicas não poderiam ser explicadas por meio das mudanças endocrinológicas, embora sem negar a existência de uma relação entre as funções psíquicas e corporais. Spranger negava o método de “explicação” da “adolescência” por meio das relações entre causa e efeito, e seu método consistia em “compreender” as estruturas psíquicas que produziam transformações de comportamento. Para ele, a “adolescência” não consistia de um período de mera transição fisiológica, mas de transformações das estruturas mentais da psique, as quais, na criança, seriam pouco desenvolvidas e indiferenciadas, transformando-se na “adolescência” até atingir uma completa maturidade.

No entanto, ao propor a existência de três modelos distintos de “adolescência”, Spranger deixava aberta a possibilidade de uma aproximação e mesmo de uma comprovação das teses de Hall. Seu primeiro modelo situava-se bastante próximo daquele proposto por Hall, e descrevia uma “adolescência” que representaria um salto, uma ruptura brusca no curso do desenvolvimento, um período de ‘tempestade e tormenta’, um tempo de crise e *stress* que resultaria em uma outra personalidade, configurando a “adolescência” como um período comparável à uma conversão religiosa. Em seu segundo modelo, Spranger pensou a “adolescência” em termos de um desenvolvimento contínuo, gradual e vagaroso, enquanto o “adolescente” adquiria novos valores culturais, sem que ocorresse uma modificação básica em sua personalidade. O terceiro e último modelo apresentava uma “adolescência” em que ocorreria uma participação consciente do próprio indivíduo, no qual o jovem se formaria a si mesmo superando crises e distúrbios por meio de seus próprios esforços, controlando-se e disciplinando-se a si próprio.²²

²¹ Cf. SPRANGER, E. (s/d) *Psicologia de la Edad Juvenil*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz.

²² Cf. MUUSS, R. E.: “The Philosophical and Historical Roots of Theories of Adolescence”, *op. cit*, Cap. III, e *passim*.

Apesar da teoria de Spranger ter tido pouca aceitação nos Estados Unidos, sua ‘tipologia’ tripla da “adolescência” foi aceita com menos resistência, pois, de certa forma, poderia ser utilizada nos estudos em que os “adolescentes” observados não correspondessem exatamente ao modelo exato de ‘crise’ proposto por Hall, e assumido pela maior parte dos especialistas.

Os textos de psicopedagogia da adolescência persistiram obstinadamente na apresentação das características supostamente imutáveis da “adolescência”, tratando de seu desenvolvimento físico com tabelas e resultados de testes numéricos, relatando o crescimento das gônadas e o surgimento das características sexuais secundárias, bem como o desenvolvimento intelectual, moral e religioso, além de oferecer dados sobre a delinquência e, finalmente, um guia de orientação preventiva da sexualidade precoce.²³

A influência predominante de Hall pode ser observada inclusive na forma de apresentação das obras subsequentes, as quais, em sua maioria, tratam especificamente das mais variadas configurações que a “adolescência” recebera daquele autor. Apresentando a “adolescência” como um ‘objeto’ recém descoberto pela ciência, os especialistas foram prolíficos em atribuir à essa fase da vida ‘novas’ designações e representações que, na verdade, apenas repetiam a velha associação entre a “adolescência” e o período de ‘tempestades e tormentas’. Deste modo, a “adolescência” foi descrita e caracterizada segundo termos tais como “crise da adolescência”, “drama da adolescência”, “fase inquieta”, “tempo de transtorno”, “idade ingrata”, “fase negativa”, entre outros.

A grande colcha de retalhos

Já nas primeiras décadas deste século, a psicologia do desenvolvimento encontrou na antropologia culturalista norte-americana uma instância crítica da idéia universal de “adolescência” como período de ‘crise’. As antropólogas Ruth Benedict e Margareth Mead, envolvidas nos novos projetos educacionais da sociedade norte-americana, e influenciadas pela obra de F. Boas, foram chamadas para opinar e

desenvolver pesquisas que subsidiassem tais reformas.²⁴ Objetivando contribuir mais efetivamente para esses novos projetos educacionais, ambas realizaram pesquisas sobre a “adolescência” em diferentes culturas.

Estudando culturas distintas entre si, Ruth Benedict determinou ‘padrões culturais’ diferenciados para cada uma delas e, a partir da observação destes padrões, desenvolveu os conceitos de “continuidade” e “descontinuidade” na cultura. A partir de suas análises, Benedict concluiu que sociedades marcadas por descontinuidades dos padrões culturais expõem os indivíduos à vulnerabilidade durante o seu processo de desenvolvimento, proporcionando períodos de crise para esses indivíduos nos momentos de ruptura entre um padrão e outro.²⁵

Margareth Mead, pesquisando padrões culturais diferenciados em relação ao período da “adolescência”, também concluiu que, na cultura urbana ocidental, onde ocorrem descontinuidades dos padrões culturais, o indivíduo vê-se marcado durante o seu desenvolvimento por uma ruptura entre uma situação de ‘dependência’ infantil e de ‘independência’ esperada na idade adulta, este sendo o motivo responsável pela geração de um conjunto de tensões e inseguranças a respeito do novo papel social desconhecido, que deverá ser desempenhado em breve. Mead descaracterizou a idéia de crise como sendo inerente à uma dinâmica específica da natureza fisiológica ou instintiva da “adolescência”, recolocando suas causas na dinâmica cultural da sociedade, que não oferece ao jovem um conjunto estável de valores, deixando o “adolescente” rodeado de incertezas e conflitos em quase todos os setores da vida.²⁶ Assim, na sociedade urbana ocidental, o período que antecede o padrão de independência foi reconhecido como um período de crise inerente à própria dinâmica social, reafirmando-se, entretanto, a vinculação proposta por Hall entre a “adolescência” e um momento de ‘crise’.

O debate aberto entre culturalismo/relativismo e positivismo/universalismo contestou a universalização da “adolescência” como uma fase de ‘tempestade e tormenta’, exclusivamente determinada a partir de fatores fisiológicos e psicológicos, uma caracterização que vários pesquisadores lutaram para que fosse consolidada de

²³ Vejam-se, por exemplo, BROOKS, D. F.: (1948) *La Psicología de la Adolescência*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz, S.R.L; PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, op cit.

²⁴ Cf. GALLI, M.: (1993) “*Antropologia Culturale e Processi Educative*”, Firenze, La Nuova Italia, pp.79-81 e 83-97.

²⁵ Cf. BENEDICT, R.: (1934) *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil, *passim*.

maneira a-histórica e transcultural. O culturalismo trouxe um problema epistemológico para as teorias da “adolescência” pois, para o positivismo, se essa fase da vida não fosse caracterizada como um ‘objeto’ universal, tornar-se-ia um campo frágil de pesquisa e investigação científica. O culturalismo, ao trazer para o plano teórico a idéia de relativismo cultural, contribuiu para o estabelecimento de uma forma diferenciada de condução das investigações e de interpretação dos dados obtidos no trabalho de observação da “adolescência”, diferenciando-se do positivismo científico e do determinismo biológico.

Alguns dos especialistas em teoria do desenvolvimento reconheceram os problemas epistemológicos que o culturalismo trouxera para as suas pesquisas sobre a “adolescência”, e buscaram criticá-lo prontamente, visando reforçar os critérios científicos de determinação da universalidade de seu ‘objeto’ de pesquisa. Ao traçar um panorama geral sobre as várias abordagens da “adolescência”, o psicopedagogo brasileiro Pfromm Neto buscou amparo no pensamento do psicólogo D. P. Ausubel, que criticara o culturalismo na medida em que este descaracterizara a universalidade da “adolescência”:

“(...) a colocação da adolescência na perspectiva da antropologia cultural e o consequente realce atribuído a diferenças associadas à variabilidade das culturas fizeram com que se perdesse de vista, às vezes, o propósito mais importante e positivo ... de abstrair os fatores comuns que existem nessas diferenças, e formular princípios gerais do desenvolvimento adolescente, aplicáveis de modo válido a qualquer ambiente cultural, conforme observava Ausubel. O mesmo autor mostra que a atribuição de importância exagerada à influência da sociedade e da cultura no desenvolvimento adolescente pode conduzir a generalizações levianas, como a seguinte: ‘não há relação entre as mudanças biológicas e as características psicológicas da adolescência; não há um estágio diferenciado no desenvolvimento da personalidade, que possa ser localizado durante o período da adolescência; não podem ser formulados princípios psicológicos universais do desenvolvimento adolescência; da adolescência é fenômeno exclusivamente social, em certas culturas, onde prevalecem práticas restritivas’.”²⁷

²⁶ Cf. MEAD, M.: (1988, 3ª ed.) *Sexo e Temperamento*, SP, Perspectiva, *passim*.

²⁷ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, *op. cit.*, p.15.

Por outro lado, entretanto, grande parte dos textos de psicologia da adolescência simplesmente incorporou o relativismo cultural, tomando-o como apenas mais uma variante teórica destinada a auxiliar na compreensão desta ‘complexa’ temática. Os textos escritos após a década de trinta, freqüentemente se limitaram a ‘canibalizar’ as idéias da “descontinuidade cultural” dos “padrões culturais diferenciados”, e do “relativismo cultural”, incorporando o culturalismo à interpretação dos dados obtidos, sem contudo alterar a sua forma de condução das pesquisas. Assim, os especialistas deixavam transparecer um aparente diálogo com as novas linguagens metodológicas, sem que abandonassem uma forma de investigação e interpretação consolidadas desde as primeiras pesquisas que inventaram a “adolescência”. Aparecia deste modo a idéia recorrente de que todos os procedimentos teóricos e todas as escolas do pensamento poderiam ser incorporadas sem quaisquer prejuízos metodológicos, pois, ao tratar de um objeto de ‘rara complexidade’, todas as teorias prestariam auxílio à sua elucidação.

Assim, é comum que o “relativismo cultural” apareça de maneira ‘oportunista’ quando os dados obtidos nas pesquisas sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente apresentam variáveis díspares, mostrando diferenças entre as culturas e mesmo dentro de uma mesma cultura. Nesta perspectiva sincrética, o *gap* metodológico deixa de constituir um problema, e as interpretações simplesmente reapropriam o culturalismo como apenas mais um ‘dado’, isto é, como mais um elemento naturalizado, que vem preencher as ‘lacunas’ que até então estavam sem explicação pela psicologia do desenvolvimento.

Esse procedimento cria uma verdadeira colcha de retalhos em que, por exemplo, à caracterização da “adolescência” como “idade emocional” - tempo de frustrações, conflitos, problemas, desajustes face a situações novas -, aparecem ressalvas estipulando a sua não obrigatoriedade, criando assim um mecanismo de dupla-face. Por um lado, determina-se uma faixa de ‘normalidade’ para as idiossincrasias do comportamento daqueles ‘sujeitos’. Por outro, reforça-se a idéia de que eles necessitam de uma assistência atenta e vigilante. No discurso dos psicopedagogos, os limites entre as idiossincrasias próprias àquela fase e as patologias confundem-se facilmente, pois os traços ‘normais’ da personalidade “adolescente” transformam-se rapidamente em ‘problemas’ de extrema gravidade.

Do mesmo modo como o culturalismo foi incorporado de forma apenas aparente nos textos de psicologia da adolescência, também o conceito de ‘instinto’, bastante central para uma compreensão da ‘natureza’ do “adolescente”, foi empregado de modo superficial, a partir de empréstimos conceituais da psicologia geral e da psicanálise. O ‘instinto’ foi interpretado pela psicologia da adolescência como um elemento fundamental na constituição da psique ‘adolescente’, sendo concebido como uma força muito próxima da natureza animal do ser humano, isto é, como uma força poderosa e anti-social, que deveria ser treinada e normalizada. Sendo o “adolescente” um ser ainda próximo da ‘animalidade’, mas a caminho de se tornar um adulto racional, o treinamento desse indivíduo seria a única forma de transformá-lo em um adulto maduro e saudável.

Para isso, a psicologia da adolescência necessitava conhecer as obscuridades daquela alma, para melhor prescrever sua orientação. Stanley Hall estava ao par do desenvolvimento da psicanálise na Europa, e a ligação entre o ‘pai’ da “adolescência” e o ‘pai’ da psicanálise, Sigmund Freud, constituiu um campo fértil para que os teóricos da adolescência proliferassem associações entre a teoria psicanalítica e a teoria do desenvolvimento.

Freud publicara os *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* em 1905, causando escândalo e inúmeras controvérsias no mundo acadêmico vienense. Embora uma grande quantidade de publicações sobre sexualidade infantil já circulasse no período vitoriano, essa literatura era uniforme em advertir para as práticas da sexualidade infantil como patologias, como anormalidades e, acima de tudo, como deploráveis. A dificuldade para os especialistas era a de que Freud havia colocado às claras a existência da sexualidade na criança, resgatando a sexualidade infantil do campo da patologia e recolocando-a na esfera da normalidade.²⁸

Foi Stanley Hall quem orquestrou a visita de Freud aos Estados Unidos, para proferir conferências, em 1909, na Universidade Clark, da qual ele era reitor. A Freud, aquele convite convinha muito, e ele o aceitou porque a psicanálise ainda não se afirmara teoricamente, e nem nas práticas médicas e psicológicas da Europa, e ele imaginou que sua viagem prestaria um importante serviço para inserção da psicanálise em um panorama teórico mais amplo. Quando Freud chegou à América, os teóricos americanos

com os quais ele se encontrou já conheciam as idéias e teses desenvolvidas nos *Três Ensaio...*, dividindo-se em prós e contras. Fruto de sua visita, aquela obra seria publicada na América já em 1910.²⁹

Muitas das idéias que, na verdade, eram apenas esboços de uma teoria psicanalítica ainda em construção, idéias que seriam posteriormente reorganizadas, contestadas, abandonadas ou redefinidas pelo próprio Freud, foram tomadas como ‘dados naturais’, ou, ainda, como elementos de uma suposta ‘essência humana’, e passaram a ‘recheiar’ e ‘temperar’ as caracterizações da “adolescência”. Delineava-se assim um arcabouço teórico fundado em uma abordagem sobre os ‘instintos sexuais’ e as ‘estruturas de recalque’, isto é, na repressão desses instintos, que, segundo Freud, eram afetados por influências externas como a experiência e a educação. A partir desses pressupostos, os teóricos e educadores orientados pela psicologia do desenvolvimento possuíam uma forma de justificação das práticas pedagógicas, que visavam educar aqueles instintos que deixavam o ser humano tão próximo dos seus ancestrais não-humanos.³⁰

As teorias psicopedagógicas sobre a “adolescência” incorporaram conceitos freudianos interpretando-os a partir dos escritos de Anna Freud. Trabalhando com crianças e jovens, ela criou uma teoria sobre o desenvolvimento da “adolescência” que corroborava a idéia de ‘crise’ apresentada inicialmente por Hall. Também para ela, a “adolescência” constituía o período por excelência das perturbações, transtornos e rebeliões, sendo essas características indícios de um desenvolvimento normal. A fase de ‘tempestade e tormenta’, enunciada primeiramente por Hall, marcava também a representação da “adolescência” no trabalho de Anna Freud, para quem esta era uma fase essencial do desenvolvimento humano. Dado que a autora afirmava a necessidade da crise para que o indivíduo se tornasse um adulto normal, tais ‘tormentas’ eram novamente naturalizadas, isto é, tornadas um dado da natureza do “adolescente”.³¹

²⁸ Cf. MARCUS, S.: (1975) “Introduction” in FREUD, S.: *Three Essays on the Theory of Sexuality*. NY, Basic Books.

²⁹ Cf. GAY, P.: (1991) *FREUD - Uma Vida para o Nosso Tempo*. S. P., Companhia das Letras, pp.199-200.

³⁰ Esses comentários não têm a intenção de discutir as incompatibilidades entre a teoria psicanalítica de Freud e a educação. Seu objetivo é apenas o de mostrar como a psicologia do desenvolvimento se apropriou de conceitos freudianos. Sobre o assunto, vejam-se MILLOT, C.: (1987) *Freud Antipedagogo*, RJ, Jorge Zahar Editor; LAJONQUIÈRE, L.: (1993) *De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens*, Petrópolis, Vozes.

³¹ Cf. GALLATIN, J.: *Adolescência e Individualidade ...*, op. cit., pp.77-8. Gallatin cita a seguinte passagem de Anna Freud, extraída do texto de 1958, “Adolescence” in *Psychoanalytic Study fo the Child*, 13, p.264: “‘Há ... uma

A delimitação (im)possível da “adolescência”

Apesar das incompatibilidades teóricas, os estudos e as teorias que configuraram o panorama discursivo da “adolescência”, estabeleceram-se no imaginário ocidental definindo de forma hegemônica aquilo que se chamou de “fenômeno da adolescência”. Seja sob influências positivistas, evolucionistas, do culturalismo, da psicanálise ou das teorias do comportamento, a “adolescência” foi sempre tomada como um ‘problema’, como uma ‘crise’.

No interior do discurso hegemônico da psicopedagogia da adolescência, a idéia de ‘crise’ como definidora da “adolescência”, além de todo um conjunto de características constituídas a partir dessa idéia, deixa transparecer um grau de tensão entre a necessidade infinita de definir a “adolescência”, e a dificuldade na construção do seu conceito. Quase cem anos após os trabalhos pioneiros, as características que definem a “adolescência”, isto é, aquele conjunto de conceitos amplamente difundidos e aceitos, presentes tanto nos textos científicos quanto no senso comum, ainda se amparam em uma idéia de ‘negação’: o conceito de “adolescência” caracteriza o período da vida ou a fase do desenvolvimento em que o indivíduo **não é**. O “adolescente” é aquele que **não é** mais uma criança, mas ainda **não é** um adulto, idéia expressa coloquialmente na imagem da “adolescência” como ‘idade do retalho’: trata-se de indivíduos grandes demais para serem ‘descartados’, e pequenos demais para serem ‘aproveitados’.

O discurso hegemônico da psicologia da adolescência e das práticas educacionais é sempre orientado para a compreensão do “adolescente” como uma forma de vida dirigida para o ‘futuro’, de modo que seu objetivo primeiro é a constituição ideal do indivíduo adulto. Assim, as negações que definem a “adolescência” são consideradas como as ‘patologias normais’ dessa “fase do desenvolvimento”, marcando-se sempre a

questão sempre presente que é se a revolução da adolescência é bem vinda e benéfica enquanto tal, se é necessária e mais do que isso, se é inevitável. Neste ponto a opinião psicanalítica é decisiva e unânime. As pessoas da família e escola da criança que se deparam com estes comportamentos podem deplorar a desordem do adolescente, que para eles significa a perda de qualidades relevantes, da estabilidade de caráter e da adaptação social. Enquanto analistas que consideram as personalidades do ponto de vista estrutural, nós pensamos de outra forma. Nós sabemos que a estrutura de caráter da criança ao final do período de latência representa o resultado de grandes conflitos entre as forças do id e do ego. O equilíbrio interno alcançado, embora característico de cada indivíduo e precioso a ele, é apenas preliminar e precário. Ele não é seguido por um aumento quantitativo da atividade impulsiva, nem por mudanças na qualidade dos impulsos que estão inseparáveis da puberdade. Conseqüentemente, ela tem que ser abandonada para que uma sexualidade adulta se integre na personalidade do indivíduo. O assim chamado turbilhão da adolescência não é mais que um índice exterior de que estão ocorrendo tais ajustamentos internos’.”

ressalva de que se esses ‘problemas normais’ não forem suplantados com sucesso, impedirão uma situação de maturidade normal.³² Deste modo, a linha de separação entre normalidade e patologia, fundamental para os especialistas da “adolescência”, mostrou-se desde sempre tênue e sinuosa em se tratando daquele ‘objeto’. Por isso, distinguir um comportamento normal de um comportamento patológico tornou-se uma dificuldade intrínseca àqueles estudos, evidenciando a própria fragilidade conceitual que ronda as teorias sobre a “adolescência.”

No entanto, foram as supostas ‘certezas’ teóricas e metodológicas desses estudos, que suprimiram a “adolescência” de características e conceitos que orientaram as intervenções, tanto no campo familiar como no campo das instituições públicas, tais como a escola, o lazer organizado e as instituições correcionais. Estas instituições também assumiram uma voz homogênea, quanto à necessidade de que novos estudos e pesquisas fossem realizados, absorvendo as tecnologias que se desenvolviam e proliferavam no campo da psicopedagogia do desenvolvimento. As novas aquisições técnicas foram uma infinidade de testes psicotécnicos e fisiológicos, além da seleção de novos campos de investigação, tais como os diários, as cartas, os desenhos, a observação direta do comportamento, as entrevistas, ou qualquer outra forma de obter informações sobre as ‘verdades escondidas’ dos “adolescentes”.³³ Estas precisavam ser conhecidas, pois permitiriam elucidar um universo que teimava em permanecer na obscuridade, tanto para o pesquisador como para o próprio “adolescente”, permitindo ainda comprovar aquilo que antes permanecera no terreno das hipóteses.

Simultaneamente à consolidação da “adolescência” como uma fase da vida dotada de características próprias, os teóricos reafirmaram a necessidade de estabelecer os limites cronológicos dessa fase. No entanto, enquanto as pesquisas e os escritos avolumavam-se nas estantes das bibliotecas e nas escrivatinhas dos especialistas, uma definição exata da faixa etária em questão mostrava ser algo impossível de ser precisado, e mesmo hoje as instituições ainda insistem em rever constantemente os limites estabelecidos anteriormente.³⁴

³² Cf. KNOBEL, M.: (1981) “Uma visão psicanalítica do adolescente e da adolescência” in KNOBEL, M.; PERESTRELLO, M.; UCHOA, D. M. (orgs.): *Adolescência na Família Atual: Visão Psicanalítica*, R.J., Livraria Ateneu, p. 1-2.

³³ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., p.19-24.

³⁴ Cf. ALAIMO, K.: “Shaping Adolescence in the Popular Milieu ...”, op. cit., p. 422.

Arnold Gesell, embriologista, pediatra e pedagogo fortemente influenciado pela teoria da recapitulação de Stanley Hall, formulou sua teoria sobre o desenvolvimento humano desde o nascimento até o final da adolescência. Seu estudo estabeleceu uma ordenação cronológica ano a ano, descrevendo os comportamentos e a personalidade dos indivíduos, de modo a estabelecer um padrão de normas e comportamentos específicos para cada idade. Em sua cronologia, Gesell não se preocupou em estabelecer os limites etários da “adolescência”, estudando as características comportamentais que surgiam e desapareciam a cada novo aniversário, desde o nascimento até os dezesseis anos de idade. Para ele, aos doze anos a criança seria despertada para o sexo oposto; aos catorze, surgiriam as tendências para a sociabilidade; aos quinze, apareceria um período de maturidade vulnerável, podendo acarretar problemas de comportamento e até mesmo a delinquência, conduzida por um espírito de independência que instaurava o desejo de deixar a casa dos pais e a escola. Aos dezesseis anos, o jovem já apresentaria um comportamento “pré-adulto”, tendo suplantado com sucesso quase todos os problemas que surgiram em sua cronologia pregressa.³⁵

Além da escala proposta por Gesell, outros especialistas insistiram em definir limites cronológicos mais exatos para a “adolescência.” Delimitar a amostra pela faixa etária era fundamental para as pesquisas pois, afinal, os pesquisadores deviam saber exatamente quem eram os seu ‘objetos’ de investigação, e as instituições, quem eram seus alvos.

Compayré estabeleceu a “adolescência” entre catorze e dezoito anos, mas, no entanto, os trabalhos dos especialistas posteriores, não apresentariam concordância, já que nem médicos, nem biólogos, nem psicólogos nem pedagogos conseguiram chegar a uma conclusão definitiva sobre esses limites etários. A puberdade era um indício imprescindível e as transformações corpóreas apresentavam-se como uma chave para a resolução do problema. Assim, para as jovens, a menarca delimitaria o início da “adolescência” e, para os jovens, as emissões espermáticas cumpririam o mesmo papel.

Contudo, também essas tentativas de delimitação não apresentavam consistência, pois a idade da menarca variava do mesmo modo como a idade das primeiras emissões, sem mencionar ainda a dificuldade de sua observação. Outras transformações

³⁵ Cf. GESELL, A.; ILG, F. L.; AMES, L. B.: (1956) *Youth: The years from ten to sixteen*, NY, Harpor, *passim*.

fisiológicas, as chamadas características secundárias da puberdade, tais como o aparecimento de pêlos, a mudança de voz, o fortalecimento e o arredondamento das formas, também não coincidiam entre os indivíduos pesquisados, revelando-se insuficientes como indício da entrada na “adolescência”. Além do mais, estas eram caracterizações já utilizadas nos estudos sobre a puberdade realizados no século passado, parecendo pouco confiáveis aos novos especialistas para a determinação da entrada na “adolescência”.

Dada a impossibilidade de estabelecer uma cronologia exata para a “adolescência”, os especialistas criaram subterfúgios metodológicos para melhor compreendê-la, dividindo-a em sub-etapas: a “pré-puberdade” seria a fase vigente dos doze aos catorze anos, a “puberdade” ocorreria dos catorze aos dezesesseis, e a “nubilidade” apareceria dos dezesesseis aos vinte anos.³⁶ Muitos especialistas concordaram com essa delimitação, acrescentando que o final da “adolescência” ocorreria quando o indivíduo cessasse de crescer, já que o próprio vocábulo significava ‘crescer’, em latim. Outros teóricos ainda apresentaram um modelo um pouco mais extenso, onde a “adolescência” abarcaria as idades entre doze e vinte anos, com a “puberdade” marcando o início da fase e a “virilidade” determinando o seu final.³⁷ Uma outra forma de divisão apresentava a “adolescência”, a “mocidade” e a “idade adulta”, sendo a “puberdade” o marco da eclosão dos instintos sexuais que determinariam o início do período da “adolescência.”³⁸

Mesmo consolidando a puberdade como a fase inicial da “adolescência”, permaneciam os problemas para identificá-la, especialmente nos rapazes, o que se pretendeu resolver com a criação dos testes de laboratório para medir a quantidade dos hormônios produzidos pelas gônadas e lançados na corrente sangüínea. Assim, quando a jovem ou o jovem apresentassem uma taxa hormonal especificada pelos especialistas, estariam dentro da “adolescência”.³⁹

Resolvido o problema para os especialistas, iniciavam-se os problemas para os “adolescentes”, pois, a partir do resultado positivo dos testes, eles haveriam de enfrentar

³⁶ Cf. BROOKS, D. F.: *La Psicología de la Adolescência*, op. cit., passim.

³⁷ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência* op. cit., passim.

³⁸ Cf. SANTOS, D. M.: (1962) *Noções de Psicologia do Adolescente*, SP, Cia Editora Nacional, passim.

³⁹ Cf. SANDSTRÖM, C.E.: (1969) *A Psicologia da Infância e da Adolescência*, RJ, Zahar. A primeira edição do texto sueco é de 1961.

crises e tempestades, tendo de contar com o auxílio vigilante dos especialistas, que estariam ao seu redor para auxiliá-los. As transformações fisiológicas representavam uma das facetas da “adolescência”, mas ela não se resumia apenas aos seus traços biológicos, já que estes também foram identificados como um fator de desequilíbrio da face psicológica do indivíduo. Alteravam-se assim, por sua vez, os aspectos social, intelectual, moral, sexual e religioso desses indivíduos, engendrando-se uma cadeia de ‘afetações’ que se expandia do ‘centro fisiológico’ para todas as outras esferas da vida.

Meio século de “adolescência” na ciência: uma história sem mudanças

A partir dos anos quarenta, a França foi um território fértil para o desenvolvimento dos trabalhos sobre a “adolescência.” Após os livros de Compayré e Mendusse, o psicólogo Maurice Debesse tornou-se mundialmente conhecido com seu livro *L'adolescence*, de 1943, uma referência importante nos textos posteriores de psicologia da adolescência, especialmente para os teóricos brasileiros.⁴⁰

A exemplo da conceituação de Hall e de seus seguidores em território francês, os estudos de Debesse já partiram da associação estabelecida entre “adolescência” e ‘crise’, implicando-se aí um estado de perturbações e conflitos agudos que, no entanto, não constituiriam uma ‘fase’ nem uma ‘ruptura’, e nem mesmo uma descontinuidade no processo evolutivo. Ao contrário de Hall, Debesse afirmou que o período da “adolescência” não implicava uma ruptura em relação à infância, de modo que o curso do desenvolvimento se daria de maneira contínua, ocorrendo, entretanto, uma crise orgânica, social, cultural e espiritual.

A “adolescência”, para Debesse, não seria uma simples transição entre a infância e a idade adulta, e o “adolescente” possuiria uma ‘mentalidade própria’, ainda que os seus aspectos morais permanecessem mal conhecidos. A “adolescência” recebeu de Debesse a denominação de ‘idade ingrata’ ou ‘período negativo’, momento em que o corpo é desajeitado, o humor é instável e onde falta o encanto que será reencontrado anos

⁴⁰ Cf. DEBESSE, M.: (1965, 3ª. edição) *A Adolescência*, Lisboa, Publicação Europa-América. Em 1948, o autor publicaria ainda *Comment étudier les adolescents* e *La crise d'originalité juvénile*.

depois.⁴¹ Debesse definiu a “adolescência” como um conjunto de transformações corporais e psicológicas que ocorreriam entre a infância e a idade adulta, sendo que a “puberdade” abarcaria o tempo das mudanças orgânicas e a “juventude” marcaria o seu aspecto social. Em *L'Adolescence*, há uma verdadeira obsessão por organizar o estudo das características da “adolescência”, e o autor propôs uma separação da terminologia reiterando a necessidade de determinar os limites cronológicos desta fase da vida. Atento às implicações críticas do discurso culturalista, ao mesmo tempo em que incorporava algumas de suas teses, Debesse alertou para os perigos daquilo que chamou de ‘relativismo extremado’, enfatizando a tese da “adolescência” como fenômeno universal e defendendo a idéia de uma ‘essência adolescente’, pois, do contrário, os estudos se resumiriam a meros relatos de casos:

“(…) erro seria pensar que a juventude muda conforme as épocas, quase tão depressa como a moda. Descreveu-se a juventude de 1900, a dos anos 1920, isto é, do “pós-guerra”, a da crise econômica mundial; surgiram numerosos estudos acerca da juventude posterior a 1940. É certo que ela reflete as preocupações do seu tempo, tanto mais que não se tendo ainda fixado, é mais acessível às influências sociais novas. Mas acreditar que ela se identifica com esses sucessivos vestuários de empréstimo, que cada geração tem a sua juventude, é uma ilusão de moralista amador e apressado. (...) Mas por detrás do aspecto da juventude existe a juventude eterna, notavelmente idêntica a si própria no decurso dos séculos, nas suas tendências, nas suas leis de desenvolvimento, na sua maneira de representar o mundo das coisas e dos seres. São estas permanências que é necessário descobrir e definir.”⁴²

Quarenta anos depois de sua ‘descoberta’ ou ‘invenção’ enquanto ‘objeto’ do discurso científico, a “adolescência” ainda era tratada pelos especialistas como uma novidade no cenário das investigações, e Debesse chegou mesmo a propor uma denominação ‘erudita’ para a nova ciência: *Hebelogia*, inspirado em *Hebe*, a deusa da juventude.⁴³ A *Hebelogia* seria uma ciência abrangendo a psicologia, a psicanálise, as ciências psicotécnicas, as ciências biológicas e as ciências médicas, em especial, a

⁴¹ Debesse apropriou a expressão ‘idade negativa’ dos textos de Charlotte Bühler, psicóloga como uma obra extensa sobre psicologia infantil e da adolescência. Também para Bühler, o ‘período negativo’ coincide com a puberdade, quando o corpo fica desajeitado, o humor instável e falta o encanto. Veja-se BÜHLER, C.: (1950) *La Vida Psíquica del Adolescente*, Buenos Aires, Espasa-Calpe.

⁴² Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.15-16.

endocrinologia, fundamental para a compreensão da “adolescência”. Mesmo afirmando que o trabalho de Stanley Hall fora realizado de forma incompleta e desigual, dado o seu caráter enciclopédico, Debesse reconhecia e reverenciava o autor americano como o ‘pai’ da “adolescência”, considerando-o como o pesquisador que, calçado com as ‘botas do explorador’ que viaja por territórios desconhecidos, abria um caminho a ser seguido e indicara os obstáculos a ser transpostos, acumulando no curso de sua ‘viagem’ grandes quantidades de observações e pormenores essenciais.⁴⁴

A metáfora do colonizador parece bastante condizente com a mentalidade dos especialistas: era preciso descobrir e pilhar as verdades da “adolescência” escondidas numa terra obscura, dominar o seu caráter rebelde e domesticá-la no sentido da civilização.⁴⁵ Debesse foi um autor importante na medida em que, repetindo muitas das teses formuladas quarenta anos antes do seu texto, reproduziu uma forma de investigação e de análise, além de um modelo de “adolescência” centrado na idéia de ‘crise’, que contribuiu para a consolidação do discurso hegemônico da psicopedagogia da adolescência, o qual, com algumas poucas modificações, ainda permanece vigente no cenário das instituições de ensino.

Para os teóricos dos anos cinqüenta, a “adolescência” também permanecia um território a ser melhor explorado. Os problemas a ela relacionados, como a delinquência, a rebeldia, a sexualidade, se reproduziam na mesma velocidade e na mesma proporção com que se multiplicavam os estudos, investigações e intervenções, gerando assim uma constante ansiedade entre os especialistas. Quanto mais trabalhos e pesquisas eram produzidos, mais ainda os pesquisadores detectavam os crescentes problemas relacionados à “adolescência”, reafirmando a necessidade da realização de novos trabalhos: à medida que as pesquisas eram produzidas, os problemas eram reproduzidos,

⁴³ Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.18.

⁴⁴ Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.19: “O trabalho não está terminado. Ao debruçarmo-nos sobre uma carta da adolescência, percebemo-nos como diante das cartas da África dos meados do século passado, percebemo-nos da existência de vazios significativos. Além disso, nem todas as cartas concordam exatamente... Quer isto dizer que, ao lado das lacunas inevitáveis, há sem dúvida erros. Talvez novos trabalhos tragam sérias retificações. Desconfiemos, também aqui, das miragens, das falsas montanhas e dos rios misteriosos, como o Níger dos geógrafos do século XVIII”.

⁴⁵ DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.19: “(...) a adolescência é uma idade fechada, de boa vontade secreta, que se furta às perguntas ou fornece respostas que devem ser aceitas com reserva; que é também uma idade em mudança, cujo comportamento pode desconcertar até mesmo o observador experimentado, e que, finalmente ela se engana com facilidade acerca de si própria.”

o que, por sua vez, ressaltava a necessidade da utilização de novas tecnologias de investigação.

O debate crescente a respeito das pressões exercidas pela sociedade industrial sobre o indivíduo e, em especial, sobre a “adolescência”, começou a assumir colorações cada vez mais sombrias. Em um panorama científico em que a ‘máxima’ era buscar conhecer os indivíduos que necessitavam ser salvos, foi crescente a influência dos testes psicotécnicos, que buscavam desvendar o “adolescente” sob todos os seus aspectos, físico, psíquico, intelectual, cultural e afetivo. Os testes brotavam dos laboratórios na Europa e nos Estados Unidos, e eram rapidamente exportados para os mais variados pontos do globo terrestre. Testes de Q.I. (coeficiente de inteligência) eram aplicados nos “adolescentes” de seus países de origem sem qualquer consideração das diferenças de estratificação social, bem como, posteriormente, nos “adolescentes” das ex-colônias e demais países do chamado ‘terceiro mundo’: os resultados eram posteriormente comparados e as conclusões de grande previsibilidade.

No Brasil, esses testes foram empregados durante muitas décadas e, já em 1949, a “prova de Rorschach” era aplicada em 79 rapazes nordestinos com idade entre 14 e 19 anos, sendo constatada “uma facilidade à desorganização afetiva central”. Em 1960, aplicaram-se as “provas expressivas de personalidade - Psicodiagnóstico Miocinético (PMK)”, em 200 jovens com idade entre 14 e 18 anos, constatando-se uma “desestabilidade nas emoções”, e, em 1963, aplicaram-se os “testes de completção de sentenças” de Sacks e Levy em 1364 adolescentes de Minas Gerais, detectando-se “situações de conflito em todos os aspectos da vida”.⁴⁶ Mais recentemente, vários estudos criticaram a aplicação indiscriminada dos testes psicológicos e psicotécnicos, apontando a sua inadequação face às diferenças culturais e sócio-econômicas entre os indivíduos, bem como as próprias disparidades existentes nas culturas que os inventaram. Os resultados e as “provas” produzidas pelos testes foram prolíficos na criação de preconceitos sociais, inspirando noções segregacionistas tanto de origem racial como econômica, as quais repercutiram em concepções que ainda povoam o universo científico e o imaginário social.

⁴⁶ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., passim. Veja-se também MIRA Y LOPES, E.: (1954, 2ª ed.) *Psicologia Evolutiva da Criança e do Adolescente*, RJ, Editora Científica, ‘Apêndice’, pp.267 e 307.

No decorrer deste século, a “adolescência” enquanto ‘objeto’ do discurso científico permaneceu como um ‘problema’ crescente, e alguns especialistas passaram a observá-la a partir de um prisma mais relacionado às realidades do mundo do pós-Guerra, amplamente interpretado como um tempo de ‘caos dos valores’. Reconhecendo a “adolescência” como fenômeno universal e como um período inerente de crise, o psicólogo e educador inglês W. D. Wall esboçou relações entre o ‘caos dos tempos’ e a ‘crise da adolescência’, agregando às suas análises ainda um outro fenômeno, a extensão do período educacional, garantindo assim a influência decisiva que os psicólogos educacionais representariam daí por diante.⁴⁷ A ampliação da idade escolar compulsória, tanto na Europa com nos Estados Unidos, fortaleceu a relação entre “adolescência” e escola, responsabilizando-a pelo aumento dos problemas daquela categoria de ‘sujeitos’, ao mesmo tempo em que munia aquela instituição de práticas voltadas para a reprodução de um modelo de adulto ideal para o futuro.

Na medida em que a “adolescência” era definida como uma ‘fase crítica’, um tempo de ajustes para as demandas da vida adulta, um período de luta com os ‘impulsos’ emocionais que ameaçam ser insuportáveis em sua força, permanecia a idéia da escola secundária como uma força controladora das tais crises e ameaças ao ‘futuro ideal’. Na visão dos especialistas, o aumento compulsório do tempo de permanência no ambiente escolar foi interpretado como uma forma de preservar a “adolescência”, protegendo-a das pressões econômicas e dos danos de um casamento precoce. O fenômeno da “adolescência” se generalizou com as políticas de extensão do tempo de escolarização, em um mundo que tentava modificar e ampliar a instituição escolar, popularizando-a por meio do aumento e da reforma da escola secundária e da instituição das escolas vocacionais.⁴⁸

⁴⁷ Cf. WALL, W. D.: (1948) *The Adolescent Child*. London, Methuen & Co. Tradução para o português: WALL, W. D. (s/d) *A adolescência*. RJ, Livros Horizonte.

⁴⁸ Durante os primeiros cinquenta anos do século XX, os Estados Unidos passaram a colocar oitenta por cento de sua população “adolescente” nas escolas. Se os teóricos franceses dos primeiros livros de psicologia da adolescência tentavam se diferenciar dos teóricos americanos, clamando por uma compreensão mais abrangente das transformações psíquicas e sociais dos “adolescentes”, e associando a psicologia à pedagogia, na América, apesar da perspectiva biológica das pesquisas sobre a “adolescência”, esse vínculo entre as instituições escolares e a “adolescência” já havia sido institucionalmente estabelecido. No Brasil, a seriação do ensino, isto é, a separação entre as escolas de primeiro e segundo graus, deu-se apenas em 1932, e a partir daí surgiram projetos para o ensino de segundo grau tendo em vista tanto o sistema francês como o americano. Veja-se a este respeito ALMEIDA JÚNIOR, A: (1951, 2ª. edição) *A Escola Pitoresca e outros trabalhos*, SP, Companhia Editora Nacional, p.442.

No Brasil, os tratados sobre a “adolescência” chegaram por meio do intercâmbio das informações que já circulavam pelo mundo ocidental. A partir das primeiras décadas deste século, as casas editoriais brasileiras traduziram e publicaram os textos europeus, americanos e sul-americanos, especialmente os argentinos. Na década de trinta, juntamente com as traduções, começou a surgir uma literatura nacional sobre a psicologia do desenvolvimento nos moldes epistemológicos dos manuais estrangeiros. A partir do início da década de cinquenta, começaram a aparecer os textos nacionais específicos sobre a psicologia da “adolescência”, configurados dentro do discurso hegemônico da psicopegadogia, isto é, retratando-a como um período de ‘crise’.⁴⁹ Foi a partir da década de sessenta que esses livros se popularizaram, ganhando um público mais amplo, como o das escolas normais. O psicólogo e educador J. S. Ferraz, cuja obra foi publicada em sua primeira edição em 1960, repetia uma caracterização da “adolescência” que fora elaborada cinquenta anos antes, baseada integralmente no evolucionismo biológico e no positivismo científico. Permaneciam também as idéias de Hall, que associavam a “adolescência” à uma etapa da vida marcada por ‘tempestades e tormentas’, além da noção de um ‘entusiasmo’ responsável pelas possibilidades criadoras de uma ‘força adolescente’. Para Ferraz,

“A adolescência é um momento importante do processo evolutivo, com transformações físicas, mentais e morais de ritmo acelerado, a puberdade traz ao indivíduo uma série de apreensões, de inquietações e de estranhezas, a par com uma sede de emoções novas e de inusitado entusiasmo de viver. (..) No processo evolutivo de crescimento e desenvolvimento o ser humano passa por diferentes períodos de ajustamento e de integração progressiva, um complexo mecanismo de adaptação, que visa a preencher as necessidades vitais. O êxito adaptativo depende essencialmente de fatores inatos, mas necessita o homem de assistência e amparo, de proteção e orientação educativa para a sua sobrevivência”.⁵⁰

Assim, o “adolescente” brasileiro também permanecia fundado em características inatas, que necessitavam de um ajuste educacional desejável para se alcançar uma conduta adequada em sociedade. Ao repetir aquelas caracterizações da “adolescência”, Ferraz, assim como os seus contemporâneos, reproduziam teses extemporâneas e

⁴⁹ Cf. LEÃO, A. C.: (1950) *A Adolescência e sua Educação*. SP, Companhia Editora Nacional.

anacrônicas, como a “teoria da recapitulação” de Hall, além das teses científicas positivistas e eugênicas, demonstrando assim a estabilidade de uma configuração discursiva que se estabeleceu sem grandes tensões. A intervenção educativa deveria se dar em concordância com as transformações dos “adolescentes”, ocorrendo dentro de um padrão de conveniência: “Educar, em última instância, consiste em operar mudanças no indivíduo, cujas disposições e impulsos inatos tenderiam a fazê-lo reagir desacertadamente, e capacitá-lo a realizar no mundo mudanças que se consideram de utilidade.”⁵¹

O julgamento sobre a conveniência de tais medidas ficaria a cargo das ‘regras de sociabilidade’ e de ‘realização pessoal’, de modo que a psicopedagogia da “adolescência” estaria auxiliando na aplicação de medidas educativas fundamentais para o desenvolvimento do jovem saudável. Se o “adolescente” reagia contra as regras sociais, isto se devia ao caráter antisocial dos seus instintos, os quais necessitavam de um treinamento para transformá-lo em um adulto realizado, que, por sua vez, materializar-se-ia na figura imaginária da independência financeira e emocional, reprodutora da nova célula social da família.

Diferenciar os sexos e manter a hierarquia de gênero

Os especialistas da psicopedagogia da “adolescência” também chamaram a atenção para a necessidade de uma educação diferenciada pelo sexo biológico, a fim de que as diferentes características ‘inatas’ a ambos os sexos fossem preservadas e adequadamente tratadas. Segundo um discurso unânime, essas características de suposta determinação biológica seriam a prova da presença de instintos diferenciados conforme o sexo biológico, a partir dos quais se definiriam as orientações para os papéis sexuais e sociais que ambos os ‘sexos’ iriam desempenhar durante a vida, em especial, na maturidade futura.

Os especialistas ressaltaram as diferenças entre meninos e meninas, e alguns apontaram a necessidade de que fossem organizadas áreas de estudos separadas,

⁵⁰ Cf. FERRAZ, J. S.: (1960) *Psicologia do Adolescente*, Limeira, Edições “Letras da Província”, pp.5-6.

chegando mesmo a propor uma nomenclatura diferenciada, a *hebelogia* para o estudo das moças, e a *efebologia* para o estudo dos rapazes.⁵² Nem todos os especialistas chegaram a tal grau de minúcia, mas todos classificaram os ‘instintos’ pelo sexo biológico dos “adolescentes”. Assim, entre os ‘instintos’ atribuídos aos rapazes estava o ‘gregarismo’, uma característica que os especialistas achavam preocupante, pintando-a com forte teor negativo, pois viam nesta tendência inata para a vida em grupo o risco do “adolescente” formar *gangs*, praticar desordens, protagonizar atos anti-sociais, cometer delitos e se tornar delinqüente. O desejo de vencer obstáculos também era visto como uma característica fundamental para a aquisição de atitudes positivas em relação à procura de estabilidade profissional e material. Atribuía-se ainda ao “adolescente” do sexo masculino uma atitude de curiosidade, traço importante para o indivíduo lançar-se no mundo das oportunidades profissionais e financeiras, bem como a ‘ânsia’ por um mundo novo, importante para a criação de uma nova ordem social. A atração dos rapazes pelos esportes era vista como uma característica fundamental para a saúde perfeita e uma mente livre de vícios, tais como as práticas sexuais ilícitas da masturbação, do ‘homossexualismo’ e do sexo com prostitutas. A tendência inata dos jovens para freqüentar os bailes e logradouros públicos era tida como relevante para o encontro com os amigos e com as garotas, entre as quais se escolheria a ‘futura esposa’. Os psicopedagogos notaram ainda que os “adolescentes” do sexo masculino desajustavam-se temporariamente: tornavam-se instintivamente ‘perdulários’, ‘glutões’, ‘beberrões’ e inclinados a desregramentos sexuais; mostravam-se lerdos, cansados, dorminhocos, preguiçosos, caprichosos, instáveis, oscilando entre o pessimismo e o otimismo extremos, buscando momentos de intimidade aos quais alternavam momentos de grande expansividade.⁵³

Para as “adolescentes”, as características relatadas estavam muitas vezes relacionadas às características fisiológicas, tais como a menstruação e as mudanças de humor que os especialistas atribuíam a esse fator. Essas caracterizações foram importantes para estabelecer conceitos que alocavam o ‘sexo feminino’ muito mais

⁵¹ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia do Adolescente*, op. cit., p.13.

⁵² Cf. CALCANO, A. D.: “Prólogo de *Psicologia de la Adolescência*” in BROOKS, D. F.: *La Psicología de la Adolescência*, op. cit.; Cf. também: MENDOUSSE, P.: (1955) *L’Âme de l’Adolescente*, Paris, P.U.F., e (1955, 6ª edição) *L’Âme de Adolescent*, Paris, P.U.F.

próximo da natureza do que da cultura. Dentre os ‘instintos’ atribuídos às “adolescentes”, estavam aqueles que os especialistas chamavam de impulsos inibitivos, como o medo, a compaixão, o desgosto, submissão, os quais preservavam as garotas da delinquência e as colocavam, ‘naturalmente’, em uma posição de passividade. Os problemas atribuídos às adolescentes eram a falta de quietude, o mal-humor, que podia estar associado ao período menstrual, a indiferença ao estudo, a hostilidade, a agressividade e as mentiras, bem como o grave problema de uma certa tendência para atentar contra a própria vida. O gosto pela música, pela poesia e pelo cinema eram considerados inatos, pois as garotas possuíam uma natureza sonhadora, o que, às vezes, também aparecia na literatura especializada como um problema. Os prospectos de casamento também eram caracterizados como instintivos, sendo que a preocupação com o casamento seria mais importante do que com a carreira profissional, que ficava para segundo plano, representando algumas vezes uma instância de tensão para elas próprias. Das caracterizações de passividade inata, os especialistas avançavam para assinalar o seu comportamento caseiro e submisso nas relações sociais.

Por meio de uma caracterização diferenciada de ambos os ‘sexos’, os especialistas da “adolescência” transpuseram para a esfera da ciência as regras de comportamento que antes ficavam restritas à esfera da moral. Em um mundo crescentemente laicizado, as proibições do campo da moral passavam a ser justificadas por meio dos discursos médicos, psicológicos e pedagógicos, e aqueles comportamentos antes classificados como amorais, passavam a ser descritos como pertencentes à esfera da anti-natureza. Ao distribuir as características da “adolescência” por meio do recurso ao ‘sexo biológico’, a influência do discurso da psicopedagogia do desenvolvimento foi marcante na atribuição de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres, em nome de uma ‘natureza humana’.

A influência das tendências ‘naturalistas’ na construção do ‘sexo social’, decalcado a partir do ‘sexo biológico’, é ainda hoje bastante forte no universo simbólico e imaginário de pais e educadores. Determina-se assim uma expectativa bem definida e diferenciada para rapazes e moças, condenando-se em nome da ciência qualquer ‘desvio’ nos padrões de uma sociabilidade e de uma sexualidade ‘esperadas’. Neste sentido, os

⁵³ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia do Adolescente*, op. cit., passim; NÉRICI, I. G.: (1967, 3ª ed.) *Adolescência - O*

manuais de psicopedagogia criaram uma verdadeira ‘ortopedia pedagógica’, não sendo casual que a maioria desses textos traga capítulos sobre os ‘problemas da delinquência juvenil’ e os ‘problemas da sexualidade’ a partir de um recorte de gênero, aconselhando procedimentos diferenciados para pais e professores, no sentido de tratar os ‘males’ da “adolescência”.

Da higiene à felicidade

A psicopedagogia do desenvolvimento produziu volumosos compêndios, livros e textos nos quais a “adolescência” foi delimitada como um momento de ‘crise’ e ‘problema’, e os pais e educadores foram responsabilizados pela boa constituição do seu caráter. Nesses textos, tornava-se explícita a intenção dos autores no sentido de instruir cientificamente pais e educadores, para que eles pudessem compreender o “adolescente” e seus dois ‘problemas’ básicos e constitutivos: a delinquência e a sexualidade.

Neste projeto de esclarecimento das características da “adolescência”, os autores procuraram elucidar os comportamentos esperados nessa etapa da vida, além de enumerar os comportamentos que demonstravam as dificuldades naturais do trabalho educativo. Ao longo dos textos, os especialistas ressaltaram o caráter plástico e instável desses indivíduos, aspecto que passaria a requerer cada vez mais a sofisticação das instituições e de seus dispositivos, a fim de se definir a correta metodologia educativa.

Com o passar do tempo, particularmente a partir dos anos sessenta, os teóricos da “adolescência” começaram a exigir que pais e professores autoritários se transformassem em amigos e confidentes, e que oficiais de menores e assistentes sociais se convertessem em agentes compreensivos e atenciosos. Foi assim que a moral higiênica do início do século começou a se transformar em instância regrada de busca da felicidade, e o modelo ideal do ‘adulto higiênico’ começou a dar lugar ao modelo ideal do ‘adulto feliz’, transformando-se o dispositivo da ‘higiene’ em dispositivo da ‘felicidade’.

Dentro deste quadro teórico, em que a “adolescência” foi definida em termos da instabilidade gerada pelos instintos, os seus ‘problemas’ passaram a ser delimitados com

maior acuidade, e os discursos científicos se fortaleceram, criando figuras que se enraizariam no imaginário e ganhariam vida própria. Os “adolescentes” estão hoje por toda parte e povoam as escolas, *boites*, *clubs*, *shopping centers* e reformatórios de jovens infratores. Com os desdobramentos da ordem discursiva que deu origem à figura do “adolescente”, enquanto ‘objeto’ da ciência, no fluxo das transformações sociais deste século, a família passou a desempenhar uma função mais complexa, para além do papel coercivo e normatizador já estabelecido anteriormente, dentro dos preceitos do higienismo.

O novo papel dos pais consistiu na necessidade de compreender o “adolescente” o mais profundamente possível, com o auxílio da ciência psicopedagógica. Esta, além de fornecer elementos para a elucidação do fenômeno da “adolescência”, deveria orientar pais e educadores no sentido de uma atitude que superasse a mera repressão, exigindo-se comportamentos mais sutis e mais amorosos, que encorajassem os “adolescentes” a abri-lhes sua intimidade. De pais repressores a melhores amigos, de professores severos a mestres compreensivos, definiu-se um novo dispositivo de controle e normatização, atento e vigilante, para garantir a ‘felicidade’ futura daqueles indivíduos.

Os especialistas passaram a enfatizar as dificuldades desse ‘novo’ papel educativo, especialmente em relação aos pais, pelo fato deles não terem recebido uma formação educacional nesse sentido. Diante dessa realidade, o melhor seria encaminhar os “adolescentes” para profissionais especializados, visto que uma intervenção mal realizada poderia causar mais danos que uma não-intervenção. Deste modo, os psicopedagogos afirmaram que os ‘instintos anti-sociais’ deveriam ser reprimidos, mas também não deixaram de considerar que uma repressão conduzida exclusivamente nos moldes da moral e da higiene, poderia deixar o “adolescente” com sérias perturbações psíquicas, tais como inibições, timidez e psicoses:

“As tendências instintivas são expressões de necessidades biológicas fundamentais destinadas à preservação da vida vegetativa, não podendo ser sumariamente reprimidas, represadas ou eliminadas sem graves danos pessoais, embora possa parecer de utilidade para o convívio social a anulação de certos impulsos naturais, como por exemplo a agressividade e as violências sexuais. (...) As reações instintivas de natureza sexual são da ordem da multiplicação da espécie e desabrocham com particular vigor na puberdade e enchem

de interesse e apetites a adolescência. Devem ser disciplinadas e policiadas, o que acontece não raro com excessivo vigor, fruto de tabus, surperstições e preconceitos de índole moral e religiosa. Essas necessidades naturais imperiosas criam problemas difíceis às relações humanas reclamando complicados processos adaptativos pois devem atender não somente aos interesses individuais, mas também aos interesses da família e da comunidade, sem o que conflitos permanentes, de alta nocividade ao viver em comum, não permitiriam condições de paz, de concórdia, de ordem ou de relativa segurança, que a existência normal impõe à vida mais ou menos estável dos grupos em intercâmbio social permanente.”⁵⁴

O ‘novo’ elemento introduzido pela psicopedagogia, a partir dos anos sessenta, foi a noção de “medida”, a ênfase na “medida” correta, no meio termo entre os extremos da ‘liberdade’ e da ‘repressão’. A “medida” surgia agora como a chave de uma educação perfeita, a qual, no entanto, mostrava-se impossível de ser realizada, pois a tarefa de determinar tal ‘medida’ para a educação dos “adolescentes” encontrava dificuldades semelhantes àsquelas que os especialistas haviam experimentado quando tentaram definir as características precisas de cada sexo biológico e sua respectiva faixa etária.

Várias gerações de pais e educadores partiram em busca da ‘medida exata’, e ainda hoje se angustiam com a impossibilidade nunca reconhecida de encontrá-la, culpando-se pelas falhas na educação dos filhos. O que realmente ficou faltando em meio a tantos e tantos livros e compêndios, foi uma reflexão que questionasse o absurdo implicado na própria busca da exata medida, obsessão que acabou por adquirir proporções quixotescas. Ao mesmo tempo em que pais e educadores se frustravam, os especialistas da “adolescência” criavam e reforçavam as figuras dos ‘pais ideais’, dos ‘adolescentes ideais’ e dos ‘professores ideais’, figuras imaginárias que sufocaram uma discussão sobre a microfísica dos poderes nas relações sociais, sexuais e afetivas. Reforçaram-se assim os dispositivos de observação nos moldes dos aparelhos ‘panópticos’, aproximando cada vez mais do cotidiano de pais e educadores os profissionais encarregados de auxiliar a família e a escola na empreitada da educação do “adolescente”.⁵⁵

⁵⁴ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia do Adolescente*, op. cit., pp.19-20.

⁵⁵ Cf. FOUCAULT, M.: (1984, 3ª ed.) *Vigiar e Punir - Nascimento das Prisões*, RJ, Vozes, pp.177 e 180: “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (...) O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em

todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.”

Da adolescência em perigo à adolescência perigosa

A rua e o risco

Na Europa do século XIX, e no Brasil das primeiras décadas do século XX, a implantação das ‘reformas higienistas’ nos centros urbanos foi responsável pelo aparecimento de ‘figuras’ que se encontravam à margem da ordem burguesa, constituídas e reproduzidas pelas práticas discursivas e institucionais. Entre essas figuras ‘marginais’ estavam a “família disfuncional”, a “jovem prostituta” e o “delinqüente juvenil”.

O alvo dessas práticas intervencionistas e disciplinadoras, provenientes dos movimentos filantrópicos e, posteriormente, das instituições públicas e privadas recém-criadas, era a ‘família’, em especial a ‘família operária’, com sua presença maciça nos centros urbanos. A ‘família operária’ e a ‘família pobre’ foram compreendidas não apenas em termos da ausência de recursos financeiros, mas também, e principalmente, como carentes de recursos morais e intelectuais para educar seus filhos, sendo portanto ‘objeto’ de investigação e intervenção das ações sociais. Dentro dessa família, os seus filhos representaram um alvo particularmente importante de investimento, pois, segundo o discurso intervencionista, tais crianças e jovens encontravam-se em situação de desatenção e vulnerabilidade nas ruas das cidades.

Uma vez assim identificadas pelos reformadores, essas famílias disfuncionais foram responsabilizadas pela produção e reprodução dos problemas ligados à uma infância e à uma juventude sem assistência. A organização social estaria na dependência de normas elaboradas pelos reformadores, implicando a retirada da criança e do jovem do círculo de privação/depravação gerado por uma família deficiente, aquela que simplesmente ‘criava’ seus filhos, ao contrário de ‘educá-los’, permitindo e estimulando que esses jovens e crianças permanecessem nas ruas, em busca de sustento próprio e da própria família. A rua, que representava um espaço de sociabilidade para os jovens e crianças, foi considerada pelos reformadores como o espaço físico e social responsável pela construção de uma vida de ‘vícios’, de ‘depravação’ e de ‘vagabundagem’. Como o afirmou Margareth Rago,

“No discurso do poder médico, a rua era representada como ‘a grande escola do mal’, espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos irrecuperáveis.”¹

No discurso dos reformistas brasileiros do início do século, já era marcante o surgimento de uma preocupação para com os jovens ociosos e pobres, agrupados na figura dos ‘menores vagabundos’. Para esse discurso, tais jovens já haviam deixado a infância e circulavam livremente fazendo algazarras pelas ruas, atrapalhando a ordem e o trânsito. Para esses ‘menores vagabundos’, a sociedade possuía um aparato correcional e, principalmente, de segregação, internando-os nos asilos de menores abandonados ou enviando-os à escola de aprendizes de marinho.² Táticas como esta, utilizadas para disciplinar e segregar jovens e crianças perigosos ou em perigo, foram comumente observadas nas metrópoles, que se reestruturavam por meio de uma engenharia de guerra para o combate às recentes ‘patologias’ sociais, reconhecidas e delineadas pelas ciências médicas e biológicas. Em decorrência das políticas de reforma social, surgiu todo um ‘exército’ de profissionais acrescido de um aparato jurídico especialmente concebido para prevenir e combater a criminalidade infantil e juvenil:

“A partir do final do século XIX, surgiu uma nova série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Todas elas se reúnem em torno de uma nova bandeira comum: o trabalho social. Essas profissões encontram-se, atualmente, em plena expansão. (...) Não se vinculam a uma única instituição, mas, ao contrário, enxertam-se como apêndice nos aparelhos pré-existentes: judiciário, assistencial, educativo. Disseminados numa multiplicidade de lugares de inserção, guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, que assume os contornos das classes ‘menos favorecidas’. No interior dessas camadas sociais eles visam um alvo privilegiado, a patologia da infância na sua dupla forma; a infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, a da delinquência. Toda a novidade do trabalho social, toda a sua modernidade, consistia justamente nessa atenção mais concentrada com relação aos problemas da infância, num questionamento

¹ Cf. RAGO, M.: (1997, 3ª. ed.) *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*, SP, Paz e Terra, p. 121.

² Cf. ARAÚJO, R. M. B.: (1993) *A Vocação do Prazer. A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*, RJ, Rocco, p.160.

conseqüente das antigas atitudes de repressão ou de caridade, na promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando mais a compreensão do que a sanção judiciária, substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes.”³

Investidos de uma teorização ‘médico-científica’, os movimentos de reforma social transformaram a diferença cultural e sócio-econômica em ‘patologia’, concluindo pela necessidade de separar jovens e crianças de suas famílias disfuncionais. Nelas estariam os males físicos e morais da sociedade, colocando crianças e jovens em situação de ‘risco’ ao permitir a sua permanência nas ruas, o que constituiria a causa maior das transgressões sociais. Assim, os especialistas caracterizaram a “delinqüência juvenil” como conseqüência da pobreza, da ruptura dos laços familiares, e também de condições precárias de moradia e lazer, compreendidas como patologias sociais. Somente uma educação adequada, ou a segregação, poderiam restituir esses indivíduos a um futuro minimamente aceitável. Com efeito, as ‘instituições totais’, os reformatórios, internatos ou as escolas profissionalizantes, foram preparados para receber, além dos jovens “delinqüentes” e daqueles abandonados pelas famílias, todo e qualquer jovem e criança que vivessem em um ambiente favorável ao desenvolvimento dos vícios e transgressões.

No centro dessas preocupações com a juventude e a infância, formou-se uma teoria a respeito da “delinqüência juvenil” que, delineada pelas práticas reguladoras da sociedade, produziu tanto a figura da criança e do jovem estigmatizados, como também o seu contra-modelo ‘idealizado.’ Simultaneamente às primeiras teorizações sobre a “adolescência”, as instituições responsáveis pelos cuidados e educação dos jovens definiram um tratamento discursivo que configurava e produzia a figura do “delinquente juvenil”.

A caracterização das transgressões que delineou a imagem da “delinqüência juvenil” foi circunscrita por meio de um recorte de gênero e da sexualidade.⁴ A

³ Cf. DONZELOT, J.: (1986, 2ª. ed.) *A Polícia das Famílias*, RJ, Graal, p.91-2. Cf. também MANHOOD, L.; LITTLEWOOD, B.: (1994) “The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940, in *Journal of the History of Sexuality*, Vol. 4, No. 4, abril, Chicago, The University of Chicago Press, p.550.

⁴ Cf. MANHOOD, L. & LITTLEWOOD, B.: “The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940” in: *Journal of the History of Sexuality*, op. cit., p.550. Neste texto, as autoras trabalham a idéia da construção da ‘delinqüência’ por meio de um discurso produzido pelas instituições correcionais para jovens dos estratos pobres da população. Para as autoras, que estudaram esse processo de institucionalização da juventude na Escócia, o discurso da ‘delinqüência’ foi produzido a partir de um recorte de

transgressão dos rapazes foi descrita através da desordem social, isto é, os pequenos furtos, a bebida, o cigarro, a ociosidade e a prática do onanismo, enquanto para as garotas a transgressão foi demarcada pelo exercício ‘ilícito’ da sexualidade. Além do exercício consentido da sexualidade, também as situações de abuso sexual, tanto em casa como nas ruas, foram consideradas como uma forma de condução à “delinqüência”, colocando a garota em ‘situação’ de transgressão: a iniciação sexual fora do casamento foi vista como a porta de entrada da repetição do vício.⁵ Em relação aos garotos, o exercício da sexualidade não representou um problema de acentuada gravidade, excetuando-se a masturbação e os comportamentos e as práticas ‘homossexuais’, classificados como vícios próprios da “delinqüência juvenil” masculina.⁶

Na medida em que aumentaram as preocupações com a educação e a formação moral de jovens e crianças em ‘situação de risco’, avolumaram-se os relatos de crimes cometidos por jovens, ao mesmo tempo em que a imprensa policial também contribuía para a criação e reprodução das figuras criminosas juvenis, alimentando a imaginação dos adultos.⁷ Na França do início deste século apareceu a figura dos *apaches*, caracterizando os grupos de jovens que viviam nos subúrbios parisienses e circulavam pelos *boulevards* e *cafés*, com seus modos e roupas extravagantes, transgredindo as regras sociais de uniformização e segregação estabelecidas pelas políticas de higienização da cidade. Os *apaches* foram uma criação da crônica policial, e os jornais apresentaram esses jovens suburbanos como figuras extravagantes e “delinqüentes”, que aterrorizavam as ruas de Paris. Ao mesmo tempo em que descreviam os crimes cometidos por tais grupos, os

gênero, e as figuras ‘delinqüentes’ aí produzidas foram a *Vicious Girl* e o *Street-Corner Boy*, figuras marcadas por caracterizações distintas e separadas pelo sexo biológico.

⁵ Cf. MANHOOD, L. & LITTLEWOOD, B.: “The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940” in: *Journal of the History of Sexuality*, op. cit., p.568.

⁶ Cf. MANHOOD, L. & LITTLEWOOD, B.: “The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940”, in *Journal of the History of Sexuality*, op. cit., p. 564-65.

⁷ Cf. WEGS, R. J.: (1992) “Working-Class ‘Adolescence’ in Austria, 1890-1930” in *Journal of Family History*, Vol. 17, No. 4, London, JAI Press Inc., p.442: “A ansiedade sobre o aumento do número de jovens foi conjugada com o aumento dos relatos de crimes entre jovens, no final do século XIX, levados às autoridades para ser conduzidos à legislação, sendo tratados com um novo problema social. (...) Relatos de crimes juvenis sugeriam que o jovem e a juventude acusados de delitos haviam aumentado rapidamente. Schweidland relatou que o número de condenados entre os adultos, na Áustria, havia diminuído em 16% entre 1880 e 1905, enquanto que as condenações de jovens com idade entre 10 e 14 anos aumentaram 86%, e de jovens dentre 14 e 20 anos elevaram-se em 6%. Entre os condenados, 92% do sexo masculino eram trabalhadores manuais e 2/5 haviam sido presos anteriormente. O número de condenação entre os jovens por indecência, roubo e brutalidade aumentou rapidamente nos anos de 1880. Entretanto, o argumento para o aumento da criminalidade juvenil pode ser considerado, primeiramente, como o resultado de um alargamento da definição de crime, e um aumento da atenção policial para esse tipo de ‘crime’; no entanto, a percepção existente era de um aumento da criminalidade juvenil.”

jornais também os mitificavam por seus modos independentes, por suas atitudes de coragem, por seu desejo de estar bem vestidos, e por seu ódio ao convívio com os operários, visto que eles se recusavam a trabalhar muito e ganhar pouco. O *apache* foi considerado um “*dandi* combativo”, uma espécie de *flâneur* “adolescente” e pobre, acrescido do tempero da transgressão, da violência e da “delinquência”.⁸ Na Paris dos *apaches*, as figuras femininas da “delinquência” foram as pequenas costureiras e as floristas, que circulavam, como os rapazes, pelos *boulevares*, *cafés*, salões de dança e *rendez-vous*, e cuja atividade também foi circunscrita no âmbito das transgressões: para os reformadores, o simples fato da mulher se encontrar no espaço público, já determinava a sua condição de transgressora sexual.⁹

Para os jovens e crianças das famílias desprovidas de recursos financeiros, a rua representava um espaço de convívio público e de lazer sem as normas das instituições, além de ser o local de aprendizado das regras de sobrevivência. A rua constituía um campo de possibilidade de pequenos trabalhos para vendedores de jornal, entregadores de folhetos, carregadores de pacotes, floristas e plumistas, entre outras atividades. Entretanto, aos olhos dos reformadores e especialistas da “adolescência”, a rua era o local por excelência do aprendizado dos vícios e da “delinquência”, do lazer sem regras e do ócio, em suma, da “delinquência juvenil”, cuja versão feminina centrava-se especialmente na “prostituição.”¹⁰ Foi a partir desta concepção negativa do espaço da rua que se iniciou um trabalho de organização do lazer como prevenção das formas viciosas de convívio social, decorrendo daí uma valorização dos esportes e das práticas esportivas em equipe para os jovens.¹¹

⁸ Cf. PERROT, M.: (1994) “A Juventude Operária. Da Oficina à Fábrica” in LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) *História dos Jovens*, Vol. II, SP, Companhia das Letras, p.86. Veja-se também HEINE, W. S.: (1992) “The Development of Leisure and the transformation of Working-Class Adolescence, Paris, 1830-1940” in *Journal of Family History*, op. cit., p. 452: “O termo *apaches* (...) surgiu quando um jornalista, em 1902, grafou o termo da tribo norte-americana para as *savage gangs* de jovens adolescentes - com idade entre os quinze e vinte e poucos anos - que transpassavam as fronteiras dos subúrbios do leste de Paris e, periodicamente, desciam para o centro da cidade para aterrorizar a burguesia.”

⁹ Cf. PERROT, M.: “A Juventude Operária. Da Oficina à Fábrica” in LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) *História dos Jovens*, Vol. II, op. cit., p.86-87.

¹⁰ Cf. RAGO, M.: *Do Cabaré ao Lar...*, op. cit., p.122: “No discurso de um criminologista, Noé Azevedo, a profissão de jornaleiro, por exemplo, era considerada como altamente perigosa, justamente por se efetuar na rua, espaço público contaminado moralmente.”

¹¹ Isto aconteceu na Inglaterra e nos Estados Unidos já logo na virada do século. Na França, somente depois da Primeira Guerra Mundial as moradias populares receberam praças esportivas e foi implementado um sistema de parques. Cf. HEINE, W. S.: “The Development of Leisure and the transformation of Working-Class Adolescence, Paris, 1830-1940”, in *Journal of Family History*, op. cit., p. 464.

Aos olhos dos reformistas, a rua tingia-se de cores sombrias e assustadoras, sendo considerada como o lugar da ‘precocidade juvenil’, interpretada como uma ‘patologia’ associada à pobreza e à falta de controle por parte dos pais, que permitiam a jovens e crianças iniciar-se precocemente em atividades designadas aos adultos, tais como a vida em grupo ou em *gangs*, os pequenos trabalhos, as práticas sexuais e as lutas corporais pela manutenção de um ‘território’ de ação e circulação na cidade. No interior do discurso dos reformistas, a precocidade foi considerada uma característica degenerada e anômala, temida pela sociedade e associada, em termos da ‘inferioridade racial’, aos povos mediterrâneos e tropicais, relacionando-se ainda às imagens da ‘pobreza’ e da falta de ‘civildade’.

Com a consolidação do discurso da psicologia da “adolescência”, no início do século XX, a precocidade deixaria de ser uma preocupação no que se refere ao desenvolvimento ‘normal’ da infância e da “adolescência”, isto é, deixaria de ser um problema. A partir de então, a “transgressão” seria concebida como uma característica própria dessa fase da vida, ao passo em que os transgressores adultos seriam agora considerados como indivíduos imaturos ou ‘adolescentes tardios’.¹²

¹² Cf. GILLIS, J. R.: (1981) *Youth and History. Tradition and Change in European Age Relation, 1770-Present*, NY, Academic Press, p.173: “Nenhuma das explicações vitorianas clássicas sobre a influência do ambiente quanto ao crime juvenil foi totalmente descartada da literatura dos anos de 1890, mas já havia uma tendência de colocar a nova psicologia no lugar do voluntarismo moral. Cinquenta anos antes, nos tempos de Dickens, a influência perniciosa dos adultos havia contado como explicação para os crimes juvenis. Por volta de 1890, seria a conduta da própria criança que, supostamente, seria determinante da criminalidade adulta. O influente psicólogo infantil americano, G. Stanley Hall, escreveu, em 1904, que os criminosos são como crianças crescidas, quando apenas uma década antes era comum descrever pequenos criminosos como miniaturas de adultos.”

A delinquência: um paradoxo insolúvel entre o ‘social’ e o ‘natural’

Ao longo do século XIX, foi se constituindo um aparelho judicial especialmente concebido para o cuidado da infância e da juventude, tendo em vista tratar da “delinquência juvenil”.¹³ Foram instalados os ‘tribunais de menores’, instituídas as figuras de juízes e delegados designados para o cuidado e atenção dos menores infratores, bem como ‘assistentes sociais’ diretamente ligados ao aparelho jurídico, estabelecendo uma ligação entre a família e a instituição jurídica que deveria punir e orientar os jovens, prevenindo seus delitos.¹⁴

Esses novos personagens já apareceram orientados pela psicologia da “adolescência”, e não mais pelas regras moralizadoras dos filântropos do século XIX. Na medida em que aumentaram as demandas para as medidas preventivas, aumentaram também as taxas de “delinquência juvenil”. Nos Estados Unidos, por volta de 1910, as acusações se voltavam para furtos de frutas, de brinquedos, cigarros, ou, ainda, por brincar nas ruas e provocar arruaças. Entre os jovens, as acusações mais comuns eram as ofensas a policiais, a prostituição e os crimes contra a propriedade, classificados como condutas anti-sociais. Nos anos vinte, observou-se que 60% dos delitos cometidos por rapazes eram atentados contra a propriedade, enquanto que para as moças, entre 60 a 80% dos casos de “delinquência”, eram relativos à ‘imoralidade’.¹⁵

¹³ Cf. MANHOOD, L. & LITTLEWOOD, B.: “The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940,” in *Journal of the History of Sexuality*, op. cit., p.552: “O movimento de salvação da infância do século XIX teve suas raízes na reforma do sistema das prisões de 1830 e na crítica do sistema jurídico que falhou tanto na reforma quanto na detenção de jovens ofensores.” Veja-se também DONZELOT, J.: *A Polícia das Famílias*, op. cit., p.75: “Desde a década de 1840 até o final do século XIX, as leis que editam normas protetoras da infância se multiplicam: lei sobre o trabalho de menores (1840-41), lei sobre a insalubridade das moradias (1850) ... (...) Se quisermos compreender o alcance estratégico desse movimento de normalização da relação adulto-criança é preciso entender que o que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política, que elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adultos-crianças, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias.”

¹⁴ Cf. DONZELOT, J.: *A Polícia das Famílias*, op. cit., p.95: “Em vez de um lugar de deliberações e de julgamentos públicos, o tribunal de menores faz pensar na reunião de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada.” Cf. também GILLIS, J. R.: *Youth and History. Tradition and Change in European Age Relation, 1770-Present*, op. cit., p. 173: “O novo sistema judicial para a juventude foi o reflexo da mudança que alargou a jurisdição da polícia e as cortes de justiça, incluindo um comportamento normativo previamente situado para além do alcance da lei, ao mesmo tempo em que redefinia o tratamento a acusações tradicionais (...).”

¹⁵ Cf. BROOKS, D. F.: (1948) *La Psicología de la Adolescência*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz, S.R.L, p. 406.

As ‘más companhias’ sempre figuraram como uma das principais causas da “delinqüência juvenil”, e a rua sempre apareceu nos tratados como o local privilegiado do encontro entre os jovens rebeldes para a prática dos delitos. Além da rua, também apareciam como causas da “delinqüência” as más condições de moradia, a despreocupação dos pais, a sua falta de controle sobre os filhos, as experiências sexuais precoces e influências familiares como o alcoolismo, a imoralidade, o abandono ou a morte dos pais.¹⁶

Nos tratados dos psicólogos e educadores, o risco da “delinqüência juvenil” configurava uma possibilidade incorporada de maneira constitutiva à própria definição do conceito de “adolescência”. A novidade introduzida pelo discurso da psicologia do desenvolvimento em relação ao antigo discurso filantrópico, que enxergava a “delinqüência juvenil” como vinculada apenas à patologias sociais, foi o estabelecimento de uma ligação natural entre “delinqüência” e “adolescência”. A “delinqüência juvenil” passou a ser abordada não apenas através do ponto de vista das teorias sociais e morais, mas também, e cada vez mais, a partir da perspectiva naturalizante da psicologia do desenvolvimento, que colocava o comportamento ‘transgressor’ da “adolescência” no âmbito da natureza.

Tal como estabelecida no discurso científico, a “adolescência” apresentou-se como uma fase do desenvolvimento humano na qual o ‘risco’ da transgressão e, conseqüentemente, da “delinqüência”, tornaram-se um ‘dado’ rondando de forma espectral aqueles ‘sujeitos’. Assim, a díade “adolescência/delinqüência” constituiu uma máscara de dupla-face que, adaptada ao rosto do jovem, criou um indivíduo caracterizado por duas possibilidades interdependentes, porém incompatíveis entre si, o ‘adolescente domesticado’, o modelo ideal de juventude inocente, e o “adolescente delinqüente”, a sua necessária contrapartida. A partir da ‘nova’ teorização sobre “delinqüência juvenil”, todos os “adolescentes” encontravam-se em situação de risco, estando potencialmente sujeitos às intervenções sociais. Estas deveriam se dar de maneira diferenciada, de acordo com as condições sócio-econômicas dos “adolescentes”, distribuindo-se entre as escolas secundárias, os clubes sociais, as associações esportivas, as escolas técnicas e

¹⁶ Cf. BROOKS, D. F.: *La Psicología de la Adolescência*, Buenos Aires, *idem*.

vocacionais, os asilos para jovens abandonados, e os reformatórios para jovens “delinqüentes”.

Da ‘rebeldia’ da “adolescência” à “delinqüência juvenil”, a distância percorrida foi curta, e os passos dados seguiram a mesma lógica evolucionista que estabelecera a “adolescência” como uma das fases da ‘evolução’ humana. A “adolescência” das ‘tempestades e tormentas’, das ‘crises’, dos ‘problemas’, da ‘agressividade’ e da ‘rebeldia’, caracterizaria, cinquenta anos depois, o “rebelde sem causa” e a “juventude transviada”, imagens da juventude consagradas pela mídia, as quais deixaram marcas no imaginário ocidental. Elas foram estabelecidas pelos especialistas em termos de características próprias àquela etapa da vida, sendo concebidas ora como traços normais, ora transformadas em patologias. A “adolescência” surgiu tal qual uma ‘caixa de pandora’, espalhando problemas ao mesmo tempo em que portava os sinais da esperança da maturidade ideal, objetivo em torno do qual as instituições se organizaram. Tratava-se de investigar e estabelecer os limites que separavam a “adolescência” em perigo da “adolescência” perigosa.¹⁷

Em se tratando do discurso médico e psicopedagógico sobre a “delinqüência juvenil”, a discussão entre normalidade e patologia é infinita, pois, nesses termos, não pode ser solucionada. Se a “adolescência” foi estabelecida como o espaço temporal do ‘conflito’ e da ‘crise’, traçar uma linha divisória precisa entre as características normais e patológicas, para definir claramente a “delinqüência juvenil”, tornava-se uma tarefa que renascia a cada novo tratado produzido. A teoria da “adolescência” ‘normal’ continha em seus fundamentos a idéia da patologia e da “delinqüência”, aprisionando o conceito de “adolescência” em um paradoxo insolúvel. O ‘sujeito’ “adolescente” que se consolidou no discurso psicopedagógico foi fruto dessa cristalização paradoxal, que também determinou a tarefa educativa como um espaço de constante tensão, trazendo consigo o risco iminente da falha. A vigilância foi a principal ‘arma’ de combate ao problema da “delinqüência”, e a segregação foi tomada como uma solução para o problema já instalado.

¹⁷ Cf. DONZELOT, J.: *A Polícia das Famílias*, op. cit., p. 92: “Inicialmente, há sempre os dados sobre a delinqüência, as estatísticas sobre os delitos de menores. Nesse primeiro estrato, o saber criminológico se debruça, detecta no passado dos menores delinqüentes, na organização de suas famílias, os signos que possuem em comum, os invariantes de suas situações, os pródromos de suas más ações. Graças ao quê, pode-se estabelecer o perfil padrão do futuro delinqüente: o pré-delinqüente, essa criança em perigo de se tornar perigosa.”

Desde a invenção da “adolescência”, os especialistas produziram um discurso homogêneo sobre o aumento da “delinquência juvenil” e dos seus ‘problemas’. Se é verdade que a transgressão e a delinquência foram interpretadas como inerentes à natureza da “adolescência”, a psicopedagogia também dialogava com a sociologia, que estabelecia as condições sociais como centrais para a compreensão da delinquência juvenil. Foi assim que as idéias do sociólogo Émile Durkheim surgiram em textos de psicopedagogia como suporte para as teorias sobre as influências do ambiente, especialmente no que se referia à uma maior mobilidade social, conjugada com o rompimento dos laços de família em uma sociedade em modificação.¹⁸ Também se explicou o fenômeno da “delinquência” conjugando-o à análise da situação sócio-econômica dos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, quando os jovens abandonaram a escola e foram trabalhar na indústria, contraindo hábitos contrários à lei e à ordem, ao mesmo tempo em que adquiriam uma independência econômica não amparada pela maturidade social.¹⁹ Não por acaso, Gillis afirmou que “Os jovens mais comumente trazidos para os tribunais eram aqueles que não possuíam filiação alguma além do trabalho. Em outras palavras, quanto mais independentes os jovens, quanto mais eram responsáveis por sua própria conduta, tanto mais eram estigmatizados pela sociedade como um potencial real para a delinquência.”²⁰

No pensamento psicopedagógico, a influência das ‘famílias incompletas’ também contou como um fator poderoso na determinação do comportamento transgressor do “adolescente”, e a escola apareceu, novamente, como a instituição restauradora da ordem. Ressaltando a necessidade da presença do psicólogo educacional no espaço escolar, os especialistas apontaram a necessidade de um estreito relacionamento entre escola e família, entre pais e mestres. Observou-se assim a formação de um verdadeiro consórcio entre pais, professores e psicólogos, todos trabalhando juntos, instruídos pelos conhecimentos científicos das teorias da adolescência, e unidos no sentido de aplicar medidas que impedissem os desvios e a “delinquência”.²¹ Outra idéia que catalisou as

¹⁸ Cf. SANDSTRÖM, C. E.: (1969) *A Psicologia da Infância e da Adolescência*, RJ, Zahar, p.242.

¹⁹ Cf. SANDSTRÖM, C. E.: *A Psicologia da Infância e da Adolescência*, op. cit., p.262.

²⁰ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History...*, op. cit., pp.177-78.

²¹ Cf. SANDSTRÖM, C. E.: *A Psicologia da Infância e da Adolescência*, op. cit., p.264. Para esse autor, o psicólogo educacional deve ter a função de um “cão de guarda”, sempre alerta para qualquer sinal de perigo durante os anos do desenvolvimento. Segundo ele, “por trás de quase toda criança perturbada existe um lar perturbado.” Cf. *idem*, op. cit., p. 287.

práticas de intervenção contra o comportamento transgressor da “adolescência”, foi uma noção de ‘higiene mental’ de caráter ‘promocional’ e ‘preventiva’, representada por um conjunto de medidas para promover a saúde psíquica e moral do indivíduo.

Para muitos autores, em especial para aqueles que escreveram no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a “delinqüência juvenil” foi um fenômeno associado às grandes cidades e aos problemas gerados pela industrialização maciça dos centros urbanos, muito embora os mesmos pesquisadores também ressaltassem a ‘natureza’ intrinsecamente rebelde da “adolescência”. Assim, Debesse falou de uma ‘natureza descaminhada’ da juventude, e da necessidade de remédios para corrigir esses desvios de sua ‘natureza’, os quais seriam reforçados por pais autoritários ou demasiado fracos. A partir do instante em que a “delinqüência juvenil” foi afirmada como uma das características da “adolescência”, veio à tona toda uma tipologia para os comportamentos transgressores dos “adolescentes”.

O próprio Debesse propôs uma classificação da “adolescência” para que se pudesse caracterizar desde logo a possibilidade do “adolescente” apresentar um comportamento transgressor, ou não. Para ele, havia o tipo ‘revolucionário’, que apresentaria um comportamento de revolta passageira e uma busca da excentricidade no vestuário e na linguagem, acabando por determinar um comportamento futuro de ‘artista’ ou ‘pioneiro.’ Já o tipo ‘retilíneo’, seria aquele com um comportamento sem grandes perturbações.²² Debesse, assim como outros especialistas, também demarcou o gregarismo como uma característica padrão do “adolescente”, sendo que para ele existiam as experiências positivas de grupo, como o escotismo, e as negativas, como as *gangs*. Para outros teóricos, havia os “adolescentes” ‘perversos’ e os ‘pervertidos’, sendo que os primeiros seriam irrecuperáveis, por serem ‘deficientes mentais’, ao passo em que os segundos eram considerados como ‘recuperáveis’, constituindo o grupo sobre o qual as teorias de prevenção e de ‘cura’ da “delinqüência” deveriam recair. Dentro deste grupo, encontrar-se-iam os tipos “impulsivos de conduta imprevisível”; os “revoltados infelizes”; os “desatinados inconseqüentes”; os “violentos contumazes” e os

²² Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.105.

“desajustados neuropatas”, sendo que para cada um deles haveria uma terapêutica determinada.²³

Em uma outra tipologia, o “adolescente delinqüente” seria classificado como “adolescente energúmeno”, aquele que por insegurança interna necessita aparentar uma situação de poder e, por isso, rompe com as praxes de respeito e de continência; o “adolescente vadio”, aquele de conduta autista, causada por distúrbios endócrinos, depressão vital, excesso de masturbação; o “adolescente hipererótico”, aquele em que toda a sua existência se orienta em torno da satisfação sexual, incluindo-se aí “aberrações diversas”; e, por último, o “adolescente mentiroso”, para o qual Myra y Lopez distinguiria ainda diferentes tipos de mentira: a mentira lúdica, a vaidosa, a malévola, a fantástica, a justificativa e a egoísta.²⁴

O recorte de gênero foi sempre influente nas caracterizações da “adolescência delinqüente”. Para o psicólogo inglês W. Wall, os garotos seriam de comportamento ‘difícil’ e, por isso, mais dados à “delinqüência”, ainda que esse comportamento agressivo fosse esperado pela sociedade. Já as garotas seriam mais sonhadoras e instáveis, correndo menos riscos; porém, quando afetadas pela “delinqüência”, esta se caracterizaria pela ‘lascívia’.²⁵ Para esse autor, o tempo da ‘conduta ruim’, ou a ‘idade da “delinqüência”, demarcar-se-ia entre os doze e os catorze anos, e o cinema, um fenômeno de massa amplamente freqüentado pela “adolescência”, seria considerado uma influência poderosa no caminho para a “delinqüência”. Não tanto pelas imagens mostradas, mas pelo vício em que se poderia transformar, podendo levar os “adolescentes” a roubar para assistir às sessões.²⁶

No início dos anos cinquenta, o psicólogo norte-americano Frederic Werthan publicou o livro *Seduction of the Innocence*, no qual apontava o caráter nefasto da cultura de massas na determinação do fenômeno da “delinqüência juvenil”, criticando o descaso do governo americano para com as evidências dessas influências negativas. Para

²³ Cf. FERRAZ, J. S.: (1960) *Psicologia do Adolescente*, Limeira, Edições “Letras da Província”, p.105.

²⁴ Cf. MYRA Y LOPEZ, E.: (1954, 2ª. ed.) *Psicologia Evolutiva da Criança e do Adolescente*, RJ, Editora Científica, p.244. A primeira edição brasileira é de 1946. Para o autor, “É freqüente, na adolescência, a transgressão das normas morais. Estudos experimentais demonstram que, se os tipos de personalidade perversa são excepcionalmente raros, os de má conduta e hipomoralidade são, ao contrário, freqüentíssimos, não, todavia, como traços sistemáticos e globais, mas como reações episódicas e específicas, isto é, limitadas a determinadas situações e motivações.” Cf. *op. cit.*, p.241

²⁵ Cf. WALL, W. D.: (1948) *The Adolescent Child*. London, Methuen & Co., p.18.

²⁶ Cf. WALL, W. D.: *The Adolescent Child*, *op. cit.*, p.19.

Werthan, os *comics* (histórias em quadrinhos) teriam uma forte influência sobre o comportamento criminoso pois, segundo ele, praticamente todos os “adolescentes” que, acusados de crimes, passavam por tratamento no hospital psiquiátrico onde clinicava, possuíam uma história de consumo deste tipo de literatura, com suas histórias recheadas de sexo e horror.

Werthan pretendeu mostrar em seu livro a similaridade entre os crimes cometidos pelos “adolescentes”, e aqueles descritos nas revistas em quadrinhos, visto que, para ele, os “adolescentes delinqüentes” transportariam a situação da narração fictícia, para a esfera do real. Ainda assim, Werthan também não deixava de apontar a família e a escola como instâncias responsáveis pela falta de cuidados em relação ao “adolescente”, acrescentando ainda que os “delinqüentes” estariam desprotegidos do ponto de vista social e psicológico. Assim, a “delinqüência” começou a ser transformada em um fenômeno de massa, que não mais poderia ser compreendido apenas pela psicologia individual.

O autor também não descartou a hipótese da presença dos impulsos instintivos favorecedores da “delinqüência”, mesmo se, para ele, as influências do ambiente e, em especial, da cultura de massas, fossem fundamentais para a manifestação da “delinqüência”. Deste modo, a “delinqüência juvenil” não poderia ser reduzida apenas às suas causas biologicamente determinadas, já que seria um fenômeno recriado continuamente pelos adultos, refletindo os valores da sociedade. Para Werthan, a escola tornava-se um local perigoso, pois representava um ponto de encontro entre os “adolescentes”, no qual eles poderiam se organizar em grupos para cometer delitos sob a influência das revistas em quadrinhos, constituindo-se, ainda, em um local preferencial para a disseminação das drogas.²⁷

²⁷ Cf. WERTHAN, F.: (1953) *Seduction of the Innocence*, NY, Kennikat Press, p.147, e todo o capítulo 3. Ao final desse capítulo, o autor antecipa comentários hoje corriqueiros sobre as consequências da televisão na definição do caráter transgressor dos “adolescentes”. Veja-se também PASSERINI, L.: (1994) “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950” in LEVI, G.; SCHIMITT, J. *História dos Jovens, Vol. II*, SP, Companhia das Letras, p.362: “Em 1954, foi publicado o livro de Frederic Werthan, *Seduction of the Innocence*, segundo o qual a cultura de massa podia ser mais potente que a família, a classe social, a tradição e a história. No mesmo ano, o Comitê do Senado ocupou-se do papel das histórias em quadrinhos na delinqüência juvenil, e os editores de tais publicações adotaram um código de auto-regulamentação para eliminar obscenidade, vulgaridade, e horror dos gibis.”

Playboys, transviados e delinqüentes

Os textos brasileiros da década de sessenta sobre a “adolescência” enfatizaram o controle familiar como uma influência importante para o seu desenvolvimento saudável, proclamando a noção de ‘medida’ na educação dos filhos como um fator fundamental para a prevenção da “delinqüência juvenil”. Os autores classificaram a “delinqüência juvenil” segundo padrões de classe social. Segundo eles, os “adolescentes” provenientes das famílias ricas padeceriam do desejo paterno de saciar todas as vontades dos filhos, o que lhes abriria as portas para os prazeres e vícios, as aventuras, o sexo, o álcool e os entorpecentes.²⁸ Segundo Nérici,

“Os chamados *playboys*, lambretistas, os constituintes da tão propagada juventude transviada, por exemplo, são provenientes, em geral, dessa classe social. Esses pobres rapazes revelam, via de regra, deficiente assistência afetiva, ou excessiva assistência dessa natureza, suplementada com a econômica. Estes adolescentes são, na verdade, autênticos desamparados da família, que os cumula de facilidades, os abandona à sua própria sorte, no meio das mesmas. Rapazes criados na mais absoluta irresponsabilidade e têm os seus mínimos desejos satisfeitos, porque são criados como autênticos donos do mundo. (...) O que impressiona é que muitas autoridades passam a agir coniventemente com este tipo de comportamento social, e que os pais não sejam responsabilizados judicialmente pelas estrepolias dos filhos. Essa falta de repressão é que dá ao adolescente a convicção de um conluio generalizado, com bases em poderes sociais inesgotáveis, de que se julga possuidor.”²⁹

Tanto para Ferraz quanto para Nérici, a classe média, com seus valores ‘médios’, representaria a exata medida, pois os “adolescentes” desse meio social não estariam sujeitos àqueles desvios de comportamento observados entre aqueles provenientes das classes ricas.³⁰ No entanto, nas famílias pobres os “adolescentes” voltariam a representar uma fonte de inquietação e perturbação para a vida normal da comunidade. Nessa mesma

²⁸ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia do Adolescente*, op. cit., p.30.

²⁹ Cf. NÉRICI, I. G.: (1967, 3ª ed.) *Adolescência - O Drama de uma Idade*, RJ, Editora Fundo de Cultura, p.153.

³⁰ Para Muuss, entretanto, “(...) sendo a classe média mais preocupada com normalidade, sucesso, moralidade, *status*, a quantidade de ansiedade socializadora é maior do que nas outras classes sociais. É característico dos jovens de classe média que sua ansiedade socializadora aumente com o surgimento da adolescência, porque ele encara

linha de argumentação, Nérici distinguiu duas figuras da transgressão, o “*playboy*”, associado às classes sociais privilegiadas, e o “delinqüente juvenil”, associado às classes pobres, afirmando ainda que a configuração da figura do *playboy* dependeria de características como o “tom corrosivo do meio social em que vive e o abandono moral da família”, ao passo em que a caracterização da “delinqüência juvenil” dependeria de traços como a “ignorância, aspirações mal orientadas, condições de meio social desfavoráveis e, também, abandono moral da família.”³¹ Ainda nessa mesma linha de raciocínio, o psicopedagogo René Fau afirmou que “Não é a calça *blue jeans*, a camisa vermelha, o blusão de couro ou a lambreta que fazem os adolescentes transviarem-se. O desvio vem da falta de direção, de amor, de carinho, que não encontram em seus pais.”³²

Também para os psicopedagogos brasileiros da década de sessenta, a rua foi uma grande fonte de preocupação, e eles defenderam, como os seus colegas estrangeiros do início do século, a organização do lazer. Para Ferraz, por exemplo, a prática de delitos poderia decorrer das atividades esportivas praticadas nos terrenos baldios e nas ruas, isto é, na ausência de locais apropriados e vigiados. Para ele, o desejo natural de agrupar-se poderia se resolver com a criação de clubes agrícolas, com o escotismo e as sociedades atléticas, sendo fundamental evitar o ócio e as companhias desaconselháveis.

Ferraz corroborou a teoria da natureza instintiva da “delinqüência”, conjugando-a a fatores sociais tais como a família e os problemas sócio-econômicos. Ele explicou o uso de substâncias alucinógenas e entorpecentes referindo-o às ‘características inatas’ da “adolescência”, caracterizada pela “busca insaciável do gozo”. O álcool, o éter e os “estupefacientes” em geral colaborariam para a dissolução dos conflitos mentais e da angústia, motivo em função do qual os “adolescentes” se ‘viciariam’ facilmente na bebida, na maconha, entre outras substâncias.³³

Alguns autores teorizaram a “adolescência” como uma condição marginal, tanto por ser provisória quanto por instigar a prática de delitos criminosos. Desse modo, a “adolescência” foi caracterizada como um período de busca da identidade, o que se deixaria perceber no emprego de uma simbologia de grupo interpretada pelos

novas situações de desenvolvimento e de comportamento, tais como a preparação para o trabalho e o ajuste heterossexual.” Cf. MUUSS, R. E.: (1968, 2ª ed.) *Theories of Adolescence*, NY, Randon House, p.107.

³¹ Cf. NÉRICI, I. G.: *Adolescência - O Drama de uma Idade*, op. cit., p.183.

³² Cf. FAU, R.: (1961, 2ª ed.) *Crianças e Adolescentes: Grupos e Amizades*, RJ, Editora Fundo de Cultura, p.20. Tradução do original em francês de 1952.

especialistas como uma forma de “semi-identidade”, expressa nas roupas, na linguagem diferenciada e em atitudes próprias, muitas vezes identificadas com grupos criminosos.³⁴ Também no sentido de estreitar ainda mais as relações entre “adolescência” e “delinqüência”, outros autores argumentaram que a maioria dos “adolescentes” do sexo masculino, e um grande número de “adolescentes” do sexo feminino, teriam necessariamente praticado atos de “delinqüência”.³⁵

Os “delinqüentes juvenis” foram caracterizados como seres de inteligência inferior, comprovada por testes, muito embora também se afirmasse existir “delinqüentes” muito inteligentes. Segundo Cardoso, “médicos, psicólogos e orientadores educacionais” poderiam “agir com mais segurança e aconselhar melhor os pais”, se estivessem de posse do eletroencefalograma do adolescente sob suspeita de cometer atos delinqüentes, aquele em que o “sistema nervoso não está acompanhando o desenvolvimento do corpo.” Para Odette Cardoso, psicopedagoga dos anos sessenta, sem a família, a proteção natural da “adolescência”, criam-se “pequenos monstros”, fumadores de maconha, ladrões de carro e homossexuais.³⁶ Os “delinqüentes juvenis” foram identificados como pessoas pouco submissas, desconfiadas, desafiadoras, hostis, destrutivas, dotadas de espírito de aventura, extrovertidas e teimosas.: ainda crianças, dependuram-se em caminhões, voltam para casa tarde da noite, fumam, entram furtivamente em casas de diversão, destroem coisas alheias, fogem de casa e provocam incêndios.³⁷

³³ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia do Adolescente*, op. cit., p.93.

³⁴ MUUSS, R. E.: *Theories of Adolescence*, op. cit., p.94: “A adolescência foi descrita com os critérios da marginalidade. O adolescente é o marginal. Ele ocupa um *status* marginal tanto em relação à infância quanto em relação à idade adulta. (...) Como o homem marginal, o adolescente experimenta conflitos contínuos entre várias atitudes, valores, ideologias e estilos de vida, pois ele não pertence a um grupo. Ele experimenta a falta de sustentação social exceto em relação ao seu grupo de amigos.”

³⁵ Cf. JERSILD, A. T.: (1973, 5ª. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, Companhia Editora Nacional, p.404. A primeira edição norte-americana é de 1957. Para ele, “todos os adolescentes do sexo masculino, e uma grande porcentagem das adolescentes do sexo feminino, já cometeram, alguma vez, atos que, estritamente falando, são delinqüentes.” A partir do momento em que se alargou o conceito das atitudes que constituíam atos de delinqüência, seria apenas natural que os psicopedagogos se alarmassem com o aumento das suas incidências.

³⁶ Cf. CARDOSO, O. B.: (1968) *O Livro do Adolescente*, RJ, Conquista, p.93 e *passim*.

³⁷ Cf. JERSILD, A. T.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., p. 404 e *passim*.

***Teenager*, o ‘rebelde sem causa’**

As imagens que se cristalizaram no imaginário social enquanto representação privilegiada da “adolescência” transgressora, não foram aquelas da “delinquência juvenil” associadas aos jovens pobres, sujos e brutos, apresentados frente às cortes judiciais e vindos de famílias desordeiras e descuidadas. A imagem típica da “adolescência” foi um produto dos anos cinquenta, particularmente da próspera sociedade norte-americana do pós-guerra, que consagrou a figura da “adolescência” transgressora no cinema e na mídia em geral como o “rebelde sem causa”, o “jovem transviado”.

Com o término da guerra, deslocou-se a tônica do jovem ou do adulto combatentes para a figura do *teenager*, termo que começou a apresentar um uso corrente a partir de 1945. Com efeito, o conceito de “adolescência” atingiu a sua ‘maturidade’ durante a década de 50, sendo significativo que obras que se tornaram verdadeiros símbolos da “adolescência”, como *On the Road*, escrito em 1941, por Jack Kerouac, e *Rebel without a cause*, escrito em 1944, por Robert Lindner, somente tenham se tornado populares a partir da segunda metade da década de 50.³⁸ A obra de Lindner tornar-se-ia internacionalmente famosa a partir da sua versão cinematográfica dirigida por Nicholas Ray, em 1955, tendo James Dean e Nathalie Wood como os protagonistas principais. Este filme muito contribuiu para a formação da imagem típica da “adolescência”, associada aos carrões ‘envenenados’, às lambretas, aos blusões de couro e aos novos cortes de cabelo.³⁹ Como bem o observou Passerini, “(...) a mentalidade que criou o delinquente como tipo se parece com aquela que criou o tipo adolescente: primeiro, certos traços físicos e/ou mentais são definidos como próprios do tipo e em seguida a definição é usada para explicar o comportamento dos jovens.”⁴⁰

³⁸ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHMITT, J. *História dos Jovens*, op. cit., pp.352-53.

³⁹ Segundo Jerold Simmons, os “adolescentes” se identificaram imediatamente com a figura do “rebelde sem causa” consagrada pelo filme, tomando-o como emblemático: “Poucos filmes deixaram uma impressão mais profunda naquela geração que chamamos de *baby boomers* [relativo à explosão populacional do pós-guerra] do que *Rebel without a Cause*. A história de Nicholas Ray sobre a angústia adolescente contribuiu muito para definir a emergente cultura jovem da década de 50.” O autor enfatiza em seu artigo as várias operações da censura americana antes da liberação do filme. Cf. SIMMONS, J.: (1995) “Censoring *Rebel*” in *Journal of Popular Film and Television*, v. 23, n.2, p.57.

⁴⁰ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHMITT, J. *História dos Jovens*, op. cit., p.353.

A indústria musical da década de cinquenta também passou por uma revolução de ritmos e de *performers* com o nascimento do *rock and roll*, verdadeira tempestade rítmica que rapidamente se transformou em fenômeno de mídia e de massa, tendo como alvo prioritário os “adolescentes”. Nesse contexto, uma das figuras mais ‘agressivas’ e desconcertantes, face aos costumes consolidados da classe-média norte-americana, foi Elvis Presley, um cantor branco que cantava com ‘voz’ e sotaque de negro sulista cantor de *blues*. Rebolando e utilizando uma gestualização repleta de alusões sexuais, Elvis também escandalizava por ter aparecido em uma época e uma região extremamente marcados pela segregação racial. Ao mesmo tempo em que causava desconforto para os padrões da ‘normalidade’ da *white middle-class* suburbana, generalizada na cultura norte-americana devido à prosperidade econômica do pós-guerra, ele se tornava um fenômeno de massa dentro e fora dos Estados Unidos. A preocupação com a influência de tais figuras midiáticas foi expressa nos documentos do “Subcomitê do Senado sobre a Delinqüência Juvenil”, em que se chegou a afirmar que “o gângster de amanhã é o tipo Elvis Presley de hoje.”⁴¹

Ao lado da indústria fonográfica, o cinema foi outro veículo de massa fundamental para a consolidação da imagem típica da “adolescência”, exportada para todo o mundo. A década de cinquenta inventou os *teenage pictures*, os chamados *teenpics*, filmes com uma problemática “adolescente” e direcionados para este público particular.⁴² Os *teenpics* sobre “delinqüência juvenil” foram orientados pela tese da “juventude em crise”, marcada pelo “fastio” da vida suburbana conjugado à quebra dos laços familiares.⁴³ Com o filme *Rebel without a Cause*, de 1955, consolidou-se o vínculo entre “adolescência” e “delinqüência”, enfatizando-se a fragilidade da instituição familiar e a necessidade da existência de uma instituição social externa capaz de lidar com a rebeldia juvenil, sintetizada na imagem do oficial de justiça que sabe ser firme e compreensivo com o jovem, porque portador de um saber sobre a “adolescência”. A tradução para o português,

⁴¹ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHMITT, J. *História dos Jovens*, op. cit., p.361.

⁴² Cf. ACLAND, C. R. (1995) *Youth, Murder, Spectacle. The Cultural Politics of “Youth in Crisis”*, Boulder, Westview Press, p.119: “A abundância de filmes especificamente para adolescentes, na década de cinquenta, refletiu as modificações da composição da população nos Estados Unidos. Este é o tópico do livro de Thomas Doherty *Teenagers and Teenpics: The Juvenilization of American Movies in the 1950's* (1988). Ele indica quatro tipos de *teenpics* que surgem por volta de 1955: os *teenpics* sobre *rock and roll*, os filmes sobre delinqüência juvenil, os filmes de horror e os *clean teenpics*.”

⁴³ Cf. ACLAND, C. R. *Youth, Murder, Spectacle. The Cultural Politics of “Youth in Crisis”*, op. cit., p.116.

Juventude Transviada, destacava a conotação sexual da “delinqüência juvenil”, enfatizando sub-repticiamente o caráter ‘ilícito’ da sexualidade feminina e da sensibilidade ‘homoerótica’, configuradas nas personagens Judy (Nathalie Wood) e Plato (Sal Mineo).⁴⁴ No Brasil dos anos cinquenta e sessenta a “juventude transviada” foi uma importante tradução da idéia de “adolescência”.

“Adolescente” ou revolucionário?

Entre 1965 e 1966, as revistas *Fatos e Fotos* e *Manchete* realizaram reportagens que constituíram uma das primeiras tentativas de caracterizar a juventude brasileira na mídia, investigando o comportamento e as expectativas de jovens de algumas capitais brasileiras.⁴⁵ Em uma das reportagens, retratava-se ficticiamente uma cena familiar na hora do jantar, representativa dos lares da classe-média brasileira de meados dos anos sessenta. Os personagens em cena eram a mãe passiva, o pai austero, o filho de dezoito anos justificando a sua ausência no jantar para comparecer à uma reunião política no centro acadêmico de sua universidade, a filha de dezesseis anos, estudante ‘normalista’, pedindo ao irmão que discutisse em sua reunião a legalização do divórcio, e o irmão mais novo, de quinze anos, pedindo que se inserisse na pauta da discussão política universitária a vinda dos *Beatles* ao Brasil.

Nesta cena familiar hipotética, as figuras da transgressão eram transformadas em caricaturas: o jovem revolucionário, a garota desejando uma sexualidade mais livre, e o garoto rebelde e alienado pelo *rock and roll*, todos eles provocando o desconforto paterno.⁴⁶ O psicólogo e educador Imídio Nérici foi um dos especialistas chamados pela

⁴⁴ O vocábulo “transviada”, fem. de “transviado”, é sinônimo de meretriz; “transviado” aparece como aquele que se desviou dos padrões éticos e sociais vigentes. O verbo “transviar” aparece como: desviar do dever, corromper, seduzir, desencaminhar, extraviar. Cf. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. (1986 2ª. edição), 23ª. impressão, SP, ed. Nova Fronteira.

⁴⁵ Cf. AMORIN, P. H.: (1965) “Como vai a Juventude: o que pensa, o que faz, o que quer, o que teme” in *Fatos e Fotos*, ano 5, n. 253; FREITAS, J. I.: (1965) “Jovem Zona Sul: o que pensa e o que faz” in *Fatos e Fotos*, ano 5, n. 249; MUGIATTI, R.: (1966) “O Diálogo Importante entre Filhos e Pais” in *Manchete*, ano 14, n. 753.

⁴⁶ Cf. AMORIN, P. H.: (1965) “Como vai a Juventude: o que pensa, o que faz, o que quer, o que teme” in *Fatos e Fotos*, op. cit., p. 52: “Os jovens se rebelam. Os pais não sabem o que fazer. Os choques familiares se sucedem. Os pais, temerosos e conservadores, se esquecem que um dia já foram renovadores. Até que ponto são justas as afirmações de que os jovens não respeitam os mais velhos, não estudam, só pensam em fazer política, não se preocupam com o dia de amanhã?”

revista para interpretar os resultados da pesquisa, e ele o fez por meio da costumeira naturalização das ‘atitudes juvenis’ marcadas pela rebeldia, alienação, e contestação sexual, as quais seriam componentes do “estado da alma” da juventude “em todas as épocas”, e que, portanto, teriam “salvação”, desde que bem observadas e tratadas. Para Nérici, a juventude teria uma forma peculiar de “perceber e de sentir a natureza, a vida e a sociedade”, sendo também caracterizada como uma fase de “luta” para a consolidação do seu lugar no mundo. Assim, com o passar do tempo, os seus traços mais propriamente contestadores seriam naturalmente substituídos por características mais “conciliadoras e mesmo acomodadas”.⁴⁷

O objetivo do comentário de Nérici foi o de esvaziar o contexto político do comportamento dos jovens, atribuindo-lhes características psicológicas determinadas pela psicologia do desenvolvimento. Sua interpretação revela, em negativo, uma crescente preocupação dos especialistas da “adolescência” durante os anos sessenta, quando o envolvimento político crescente dos jovens universitários, no mundo todo, acabou por configurar um vínculo entre a “delinquência” e a idéia de transgressão ou rebeldia de caráter político. É interessante lembrar que essa série de entrevistas foi realizada após o golpe militar de 1964, e que, embora os pesquisadores responsáveis não façam referências explícitas sobre aquele acontecimento, é nítida a sua preocupação em saber qual a opinião da juventude em relação ao governo, qual o grau de seu interesse pela política, de sua organização e de seu engajamento político nas universidades e escolas secundárias.

No Brasil dos finais dos anos sessenta e início dos anos setenta, tornou-se comum que os especialistas associassem as tradicionais descrições da “adolescência” à uma idéia de subversão política. Não por acaso, o discurso psicopedagógico passou a alertar as famílias para um novo perigo: o “potencial destrutivo” e transgressor da “adolescência” poderia ser canalizado e posto a serviço não apenas de grupos criminosos, mas também de movimentos ideológicos rebeldes e hostis à ordem social do país.⁴⁸ Sintomaticamente, durante esse período a figura do jovem transgressor brasileiro esteve bastante associada à resistência política e à guerrilha contra o regime militar, caracterizando um deslocamento

⁴⁷ Cf. AMORIN, P. H.: (1965) “Como vai a Juventude: o que pensa, o que faz, o que quer, o que teme” in *Fatos e Fotos*, op. cit., p. 61.

⁴⁸ Cf. PFROMM NETTO, S.: (1976, 5ª. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, Pioneira/MEC, p.2.

na imagem padrão da “adolescência”, cujo precedente foram as manifestações políticas estudantis ocorridas nos Estados-Unidos e na França, a partir da segunda metade dos anos sessenta. Neste momento, a imagem ‘negativa’ da adolescência seria temporariamente dissociada da figura do “adolescente” conformista ou do ‘rebelde’ sem causa.

No correr dos anos sessenta, o debate sobre a “adolescência” envolvendo psicólogos, pedagogos, sociólogos e representantes das instituições educacional e judicial foi se transformando, e termos como “delinqüente juvenil” foram sendo substituídos por alusões à “cultura de jovens”.⁴⁹ Após a iluminação de figuras que representavam o lado obscuro da “adolescência”, os teóricos começaram a colocar em destaque as chamadas ‘subculturas’ jovens, que surgiram no interior dos movimentos de protesto político e de liberalização dos costumes, associados a movimentos políticos de esquerda e da ‘contra-cultura’.⁵⁰ Contavam entre tais movimentos as diversas formas de lutas pelos direitos humanos, o feminismo, o movimento negro, o movimento gay, as guerrilhas, os *black panthers*, o movimento *hippie*, seguido de variadas seitas ‘orientalistas’, todos eles recusando o ideal burguês estabelecido de indivíduo e sociedade. Ao mesmo tempo que as imagens dos referidos movimentos foram associadas à figura já construída dos “adolescentes”, elas também contribuíram para aproximar os jovens de papéis sociais que transmitiam um certo nível de maturidade e de autonomia.⁵¹

O ‘fim’ da “adolescência”

Os deslocamentos na esfera do discurso dos especialistas sobre a “adolescência” já podiam ser observados desde o final dos anos cinqüenta, quando o psicólogo Edgar Friedenberg surgiu como uma voz dissonante, propondo uma tese sobre o ‘fim’ da

⁴⁹ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHIMITT, J. *História dos Jovens*, op. cit., p.354.

⁵⁰ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History...*, op. cit, p.209: “Como grupo mais afetado pela longa era da adolescência que precedeu os anos 60, não é de se surpreender que os jovens de classe média tenham sido aqueles que mais se envolveram com as mudanças que alteraram as condições de dependência e conformismo que caracterizaram o período anterior. Esses jovens estiveram nas linhas de frente do Novo Radicalismo de Esquerda e nas atividades de contra-cultura das décadas recentes, movimentos de liberação e protesto (...).”

⁵¹ Cf. GILLIS, J. R.: *Youth and History...*, op. cit, p.206.

“adolescência”, em sua obra de 1959, *The Vanishing Adolescence*.⁵² Além da sua tese sobre o desaparecimento da “adolescência” tal como construída segundo os ideais de ‘dependência’ e ‘conformismo’, diante de uma faixa etária que ocupava cada vez mais espaço nos diferentes nichos da vida pública, Friedenberg também apontou para uma possível caracterização do “adolescente” em termos das ‘subculturas’ de minorias, em oposição aos antigos modelos ideais da “adolescência”. Para este autor, a ‘crise’ “adolescente” não se relacionava à ‘natureza’ daqueles indivíduos, como os psicólogos anteriores haviam pensado, mas seria uma ‘crise’ decorrente da posição ‘minoritária’ que a “adolescência” ocupava na sociedade, em razão de sua idade.⁵³

Um pouco antes de Friedenberg, o estudo do sociólogo James Coleman, de 1955, já trabalhava com uma idéia de “subcultura adolescente”, atribuindo um caráter de alteridade para a “adolescência”, isto é, caracterizando-a em termos de uma cultura que partilharia de vários dos elementos das culturas dominantes, mas que, no entanto, se distinguiria por uma simbologia própria, ou, ainda, por seu caráter ‘desviante’.⁵⁴ O conceito de subcultura “adolescente” foi proposto como representativo de uma faixa etária diferenciada, referindo-se ao ‘conflito de gerações’ e demarcando-se por roupas, música, adereços e preocupações sociais e sexuais que ficariam cada vez mais evidentes à partir dos anos cinqüenta, graças à uma cultura de massas que reproduzia os ícones da juventude.⁵⁵

⁵² Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHIMITT, J., *História dos Jovens*, op. cit., p.355: “A análise de Friedenberg (...) baseava-se num diagnóstico interessante: o que surgia como uma acentuação da adolescência também representava seu fim, pelo menos em termos tradicionais. O título de um de seus ensaios mais famosos, *The vanishing adolescent*, (...) aludia ao desaparecimento de uma faixa intermediária, então esmagada entre a infância e uma precoce maturidade, que levava os adolescentes a serem cada vez mais cedo amantes, consumidores e membros de vários comitês, enquanto se prolongava sempre mais o período de formação e treinamento.”

⁵³ Cf. FRIEDENBERG, E. Z.: (1972, 2ª. edição) “The image of the Adolescence Minority” in ROGERS, D. (org.) *Issues in Adolescent Psychology*, NY, Appleton-Century-Crofts, p.31: “Em nossa sociedade há dois tipos de *status* minoritários. O primeiro deles que chamarei de minorias ‘*hot-blooded*’ (sangue-quente), como a imagem arquetípica do Negro e do Latino. Nos Estados Unidos, os ‘*Teen-agers*’ são tratados como minorias de sangue quente. (...) O adolescente, como o latino e o negro, é visto com brincalhão, preguiçoso e irresponsável, com uma brutalidade latente abaixo da superfície, pronta para vir à tona e eclodir em violência. Todos esses grupos são vistos como infantis e excitáveis, imprudente e improvidente, sexualmente agressivos e perigosos, e ainda com poder latente de satisfazer as demandas sociais.” Friedenberg nota que o potencial de vulnerabilidade e criminalidade do ‘adolescente’ é o mesmo dos grupos minoritários, o que os torna tanto perigosos como em situação de perigo, por não encontrarem-se plenos de seus direitos.

⁵⁴ Cf. COLEMAN J. S.: (1961) *The Adolescent Society. The social life of the teenager and its impact on education*, Glecoe, Free Press, p.11.

⁵⁵ Cf. GOTTFELD, D.; REEVES, J.: (1968) “A Questão das Subculturas juvenis”, in BRITTO, S.: (org.) *Sociologia da Juventude: para uma Sociologia diferencial*, op. cit., pp.70-1.

Para Friedenberg, os anos cinquenta representaram o apogeu da idéia de “adolescência”, bem como mostraram os limites dessa mesma idéia, anunciando o seu fim, isto é, o final da caracterização de “adolescência” tal como ela fora construída pelos manuais de psicologia do desenvolvimento desde o início do século. Segundo os argumentos de Friedenberg, a “adolescência” representaria uma faixa da população que começava a forçar efetivamente os contornos da sua própria caracterização, ampliando os limites das práticas sexuais anteriormente consideradas ‘ilícitas’, diversificando os seus nichos de consumo, e alargando os seus espaços de intervenção na vida pública. Desta maneira, os “adolescentes” inverteriam e até mesmo destruiriam os muros que, ao delimitarem sua própria definição, aprisionavam seu campo de ação. Outros autores com teses semelhantes às de Friedenberg também apontaram para uma dissolução da imagem do ‘ideal’ de vida adulta, da solidez dos laços do trabalho e da vida em família, que cada vez mais mostravam ser uma ficção irrealizável, frustrando aqueles indivíduos que haviam acreditado na falácia da estabilidade das instituições e nas promessas de felicidade incorporadas pelos modelos institucionais:

“(…) a adolescência tornava-se obsoleta pois a integração pessoal não podia mais ser o velho ideal de maturidade, então irrealizável. Os próprios adultos transmitiam aos adolescentes sua ansiedade e falta de clareza quanto aos papéis sociais. A bola era assim devolvida aos pais e professores, definidos como indivíduos insuficientemente caracterizados, transformados em seres anônimos por processos que reduziram todos à multidão ou à massa.”⁵⁶

Nesses termos, foram os próprios criadores da “adolescência”, isto é, o discurso hegemônico da psicologia do desenvolvimento, e as instituições que sustentaram esse discurso, os responsáveis pela demarcação do próprio ‘fim’ da “adolescência”. A constatação da fragilidade das instituições, sobretudo da escola e da família, acrescida do dado da participação dos “adolescentes” em papéis anteriormente limitados ao universo adulto, acabou por determinar um embaralhamento das fronteiras que antes separavam adultos e “adolescentes”.

⁵⁶ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950, in LEVI, G.; SCHIMITT, J., *História dos Jovens*, op. cit., p. 356.

A partir do início dos anos setenta, um dos resultados dessa modificação pode ser detectado na ‘desconfortável’ aproximação entre adultos e “adolescentes”, de sorte que mesmo o comportamento ‘maduro’ dos adultos, passaria a ser ‘contaminado’ pelos mesmos traços de instabilidade que antes definiam exclusivamente a “adolescência”. Assim, foi também a própria idéia de “adolescência” que acabou por revelar o fim da idéia de ‘família ideal’, demonstrando que o modelo de maturidade proposto pelas regras sociais vigentes contribuía para a própria frustração e angústia dos ‘adultos’, demonstrando a obsolescência de um projeto para o qual os “adolescentes” vinham sendo preparados já desde o começo do século.⁵⁷

Essa imagem da ‘contaminação’ dos comportamentos dos adultos pelas características da “adolescência” foi bem expressa no filme do diretor Ang Lee, *The Ice Storm*, de 1997, em que se retrata a vida da classe-média no início dos anos setenta, em uma pequena cidade no interior dos Estados Unidos, sintomaticamente denominada *New Canaan*. No filme, o comportamento dos adultos se confunde com aquele antes designado como próprio aos “adolescentes”, caracterizando-se pela quebra dos antigos limites que definiam o campo da sexualidade lícita, isto é, monogâmica e dentro do casamento. Enfocam-se os jogos eróticos envolvendo a troca de casais e os atos sexuais praticados por adultos no interior dos automóveis, enquanto os seus próprios filhos também se iniciam em encontros furtivos, em relação aos quais os pais não sabem mais como reagir. Observa-se a total incapacidade de diálogo entre marido e mulher, bem como a dissolução da hierarquia entre pais e filhos: os pais já não têm o que dizer aos seus “adolescentes”. Eles próprios se permitem praticar pequenos furtos inconsequentes, marcando assim um ‘retorno’ dos adultos àquele período de experimentação e transgressão que, supostamente, deveria ter se encerrado com a maturidade. No final do filme, os adultos são punidos por suas ‘irresponsabilidades’ e ‘fragilidades’ com a morte de um “adolescente”, metáfora do seu próprio desaparecimento.

⁵⁷ Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, G.; SCHIMITT, J. *História dos Jovens*, op. cit., p.357. Passerini cita um texto de Grace e Fred Hechinger, no qual se afirma que a “sociedade americana corre o risco de se tornar uma sociedade adolescente com critérios adolescentes e objetivos imaturos na cultura e na informação[...] um crescimento para baixo em vez de para o alto’.”

O jovem masturbador e o *Clamor do sexo*

O ‘segundo’ nascimento: o sexo

O nascimento da “adolescência” no discurso psicopedagógico esteve intimamente relacionado às investigações sobre a puberdade do século XIX, o que determinou a sua inserção no interior das preocupações com a sexualidade. O ‘jovem masturbador’ representou uma das primeiras imagens da “adolescência” fixadas nesse discurso, a partir da proliferação de uma ‘fala’ sobre o sexo. A masturbação, assim como as práticas sexuais em geral, foram reconhecidas como práticas transgressoras, configurando-se, inicialmente, no discurso da “delinqüência”, e depois, a partir dos anos cinqüenta, em termos de uma problematização específica da “sexualidade adolescente”.

Mesmo se a ‘descoberta’ de Freud sobre a sexualidade infantil foi contemporânea da ‘descoberta’ da “adolescência”, psicólogos e pedagogos interpretaram esta fase da vida como o tempo privilegiado do nascimento do desejo sexual, fase em que os corpos despertariam para o desejo, para o erotismo e para o amor. O ‘despertar’ sexual seria decorrente das transformações corpóreas pelas quais aqueles indivíduos estariam passando, em consequência das novas substâncias produzidas em seus organismos. A explosão do sexo e do desejo, isto é, dos ‘instintos’ e das ‘novas emoções’, demarcaria um modo peculiar de comportamento para o “adolescente”, o qual poderia levá-lo a comportar-se de maneira viciosa. Neste contexto, a masturbação apareceu nos textos médicos e psicopedagógicos como um dos sintomas preferenciais da transgressão juvenil.¹

O combate à masturbação dos jovens vinha sendo problematizado, com maior ou menor intensidade, dentro do campo moral-religioso. A partir do século XIX, a novidade foi a inserção desse ‘problema’ no campo da medicina higienista, que delimitava as fronteiras entre o normal e o patológico. Com a criação da “adolescência” enquanto

¹ Cf. BARRÁN, J. P.: (1996) “El adolescente, una creacion de la modernidad?”, in BARRÁN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (dir.) *Historias de la vida privada en el Uruguay. El nacimiento de la intimidad 1870-1920*, Montevideo, Ediciones Santillanas, pp.176-77: “(...) o médico citado identifica a ‘adolescência’ com a ‘mocidade’ ou juventude, que se estende até os vinte e cinco anos, determinando o sintoma que será a chave da ‘adolescência’ dos anos de mil e novecentos, a masturbação, (...)”

‘objeto’ de investigação e controle, o ‘sexo’ foi um dos principais alvos da aplicação dos dispositivos reguladores que criaram uma série de ‘novos’ personagens sexuais. Consagrados pelas ciências médicas por meio de sua classificação rigorosa, os ‘novos’ personagens sexuais criados permitiram separar e manter as fronteiras entre normalidade e patologia, confinando e celebrizando a mulher ‘histérica’, a criança ‘precoce’, o jovem ‘homossexual’ e o “adolescente masturbador”, entre outros.²

A fim de estabelecer tais fronteiras, a medicina higienista foi buscar seus ‘objetos’ na intimidade das famílias e nos dormitórios dos colégios, observando, anotando, escutando as queixas, prescrevendo normas de comportamento, e, sobretudo, incitando à uma fala do ‘sexo’, considerado como um depósito das verdades essenciais dos indivíduos.³ A partir destas ‘verdades’, seriam redigidos manuais de comportamento repletos de um erotismo travestido de cientificidade. No volume I da sua *História da Sexualidade*, Michel Foucault descreveu esse mecanismo discursivo e institucional denominando-o de “as perpétuas espirais de poder e prazer”, demonstrando que a incitação à fala do sexo se tornou o meio de multiplicação de técnicas de controle que associavam poder e prazer:

“O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter de escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo.”⁴

² Cf. FOUCAULT, M.: (1984, 5ª. ed.) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, RJ, Graal, p.104: “Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher.”

³ Cf. FOUCAULT, M.: (1984, 4ª ed.) “Não ao Sexo Rei” in *Microfísica do Poder*, RJ, Graal, p.129: “Como é possível que ela [sexualidade] tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o ocidente não parou de dizer, ‘para saber quem és, conheças teu sexo’. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano.”

⁴ Cf. FOUCAULT, M.: *História da Sexualidade*, vol. I, *op. cit.*, p.45. Veja-se VALENSIN, G.: (1967) *Adolescence et Sexualité*, Éditions de la Table Ronde.

O colégio interno foi considerado um local privilegiado para a problematização da sexualidade dos jovens. No interior dos muros daquela instituição, o discurso sobre o regramento da sexualidade juvenil transparecia já na arquitetura dos dormitórios, das áreas de lazer e no próprio controle das atividades dos jovens. Todavia, com um maior refinamento das regras de controle da sexualidade, durante o século XIX europeu, o colégio interno passou a ser visto com desconfiança por parte das políticas de higiene, deixando de ser considerado como uma área segura para aparecer, nos discursos de higienistas, de pedagogos e de psicólogos, como um local de propagação do ‘vício’.⁵ Por ser um ambiente onde os jovens realizavam todas as atividades cotidianas em conjunto, o perigo assombrava seus dormitórios: a um mínimo descontrole da vigilância, poderia se estabelecer uma rede de ‘contaminação’, gerando uma epidemia de onanismo e “homossexualismo”.⁶ O discurso do psicopedagogo Maurice Debesse é exemplar a esse respeito:

“Ela [a masturbação] se alastra à maneira de uma doença endêmica nos internatos; contrai-se por imitação e são os mais velhos que iniciam os mais jovens. (...) A masturbação contínua é um hábito vicioso que fadiga o adolescente, dá origem a escrúpulos nas naturezas sensíveis e faz nascer um sentimento de vergonha e culpabilidade.”⁷

Cabe apenas ressaltar que, ao mesmo tempo em que o regime do internato foi combatido por incitar à prática dos ‘vícios’, a instituição escolar, como um todo, permaneceu como um local da sua vigilância e controle. Deste modo, a escola foi considerada pelos psicopedagogos como o lugar onde os jovens treinariam seus intelectos e, principalmente, seus corpos, com atividades regradas que, até certo ponto, deveriam

⁵ Cf. COSTA, J. F.: (1983, 2ª. ed.) *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Edições Graal, pp.190,191-192: “Como observou Foucault, o conjunto da sociedade européia do séc. XIX teve nos colégios um poderoso veículo de incitação às formas de sexualidade as mais abominadas por médicos e pedagogos. (...) O internato é deplorável a todos os respeito (...) e particularmente antipático ao higienista, mais ainda para os rapazes do que para as raparigas, cujo regime sedentário é a vocação. O internato é nulo para a educação e torna-se odioso para os pensionistas. De espaço utópico da ordem, o colégio se transformara em local de fomentação permanente da masturbação e do homossexualismo.”

⁶ Cf. COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.187: “A preocupação com o controle da sexualidade das crianças internas foi longamente explorada pela medicina. O sexo desregrado foi objeto de uma atenção desmedida. Em particular, a masturbação que aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens.”

⁷ Cf. DEBESSE, M.: (1965, 3ª. ed.) *A adolescência*, Lisboa, Publicação Europa-America, p.56. O Prefácio data de 1946.

ser exaustivas, amainando o desejo sexual. Deste modo, os corpos “adolescentes” deveriam se transformar em ‘templos’ da virtude, verdadeiros modelos ideais.⁸

Um sexo transgressor

Mesmo antes das caracterizações da “adolescência” pelo discurso psicopedagógico, no século XX, a ‘sexualidade’ do jovem já havia sido inscrita no campo das ‘perversões’ pelo discurso médico e dos reformadores do século XIX. Com a plena consolidação do discurso psicopedagógico sobre a “sexualidade adolescente”, ela reafirmaria seu estatuto enquanto ‘transgressão’, tornando-se agora, entretanto, um ‘problema’ inerente à ‘natureza’ do “adolescente.”

Tendo em vista o modo como a “adolescência” foi compreendida e definida, aqueles ‘sujeitos’ conteriam, em sua própria essência, uma pré-disposição à ‘transgressão’, lugar constitutivo em que se inscreveu a “sexualidade adolescente”. Na fala dos especialistas, a “delinqüência” e a “sexualidade” assumiram o mesmo estatuto, tanto que receberam os mesmos tratamentos educativos, visando ‘curar’ uma e outra. As práticas homoeróticas e do onanismo, para os rapazes, e a prática “heterossexual” pré-marital, em se tratando das moças, estabeleceram-se nos *index* das ‘patologias sexuais’, sendo descritas em seus detalhes mais ínfimos, até se transformarem em figuras típicas da “sexualidade adolescente”. Nesse registro analítico-descritivo, para que o ‘sexo’ fosse normalizado ele deveria ser investigado ‘a fundo’, e os discursos incitados à exaustão, inspirando assim o nascimento dos dispositivos que configuraram a ‘higiene sexual.’

A ‘higiene’ física, moral e sexual deveria ser parte do *curriculum* ministrado pelas instituições escolares, conjugando-se à uma instrução também higiênica no interior da família, a fim de que os “adolescentes” aprendessem a distinguir entre o ‘licito’ e o ‘ilícito’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, entre o ‘moral’ e o ‘imoral’, ainda que estas últimas categorias se tornassem subordinadas ao plano do discurso científico dos especialistas da

⁸ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.214: “As sucessivas gerações formadas por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano típico do nosso tempo. Indivíduo física e sexualmente obcecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e do progresso do Estado brasileiro.”

“adolescência”.⁹ Tais distinções contribuiriam para o estabelecimento de regras de conduta fundadas nos saberes da ciência positivista, conduzindo o “adolescente” ao universo da ‘ética naturalista’, isto é, à distinção entre as práticas que se encontram no âmbito da natureza, e aquelas que são ‘antinaturais’.¹⁰ Portador de tal conhecimento, o “adolescente” estaria apto a ser o guardião de si e de suas paixões. No interior dessa ética naturalista e das dicotomias instauradas pela ciência positivista, a masturbação apareceu como a expressão privilegiada da “sexualidade adolescente” e de suas ‘perversões’, tornando-se o alvo prioritário das intervenções médicas e da psicopedagogia.

A masturbação dos jovens foi interpretada como um ‘mal’ gerador de angústias. Para o discurso científico, a emergência da virilidade determinaria um estado melancólico, expresso no isolamento físico e psíquico do “adolescente”: trancado em seu quarto, ele se abandona aos desígnios da natureza, que lhe chegam sob a forma de desejos e atitudes contrárias à moral e aos bons costumes.

A rede discursiva que inventou o “adolescente”, o ‘sujeito’ da explosão do desejo e do sexo que transgride, também circunscreveu sua imagem segundo as idéias de ‘culpa’ e de ‘vergonha’.¹¹ Assim, o controle da “sexualidade adolescente” estaria a serviço não somente da produção do indivíduo adulto ‘ideal’, mas também teria uma ação mais imediata no sentido de impor uma disciplina de auto-controle, que determinaria um desenvolvimento livre de fantasias e, deste modo, livre da culpa e da vergonha. As instituições escolares responsáveis pelas práticas de controle da “sexualidade adolescente”, acrescidas do médico, uma figura complementar da vigilância, e do padre,

⁹ Segundo Vera Marques, “A preocupação dos médicos e professores acerca da educação sexual das crianças encontra-se expressa em teses apresentadas em conferências nacionais de educação, nas faculdades de medicina, como também em congressos dessa área. Todos esses trabalhos são unânimes em afirmar a necessidade de a educação sexual ser realizada pela associação de pais e professores, variando, entretanto, o responsável por tal encargo. (...) Satisfazer a curiosidade parecia ser a regra número um dos ensinamentos sexuais que buscavam moralizar a criança, discipliná-la ...” Cf. MARQUES, V. R. B.: (1994) *A Medicalização da Raça, Médicos, Educadores e Discurso Eugênico*, Campinas, Editora da Unicamp, pp.25,26.

¹⁰ Cf. COSTA, J. F.: (1982) *A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo*, RJ, Ed. Relume/Dumará, p.59: “A boa vida (...) é a resultante da adequação das regras éticas às leis naturais, O imoral ou amoral é o antinatural. Ética, portanto, sem desperdício ou possibilidade de equívoco.”

¹¹ Cf. BARRÁN, J. P.: “El adolescente, una creacion de la modernidad?”, in BARRÁN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (dir.) *Historias de la vida privada en el Uruguay. El nacimiento de la intimidad 1870-1920*, op cit., p.184: “Aquilo que melhor serve para caracterizar a imagem que a sociedade dos anos de mil e novecentos forjou do adolescente foi uma vivência da sexualidade que se desenhou muito culpada. Não sabemos se a culpa e a vergonha são consubstanciais ao descobrimento púbere da sexualidade; no entanto, podemos afirmar que a cultura do novecentos fez o possível para ampliá-la, para converter a culpa e o rubor em chaves da adolescência, e a vigilância dos jovens em uma das tarefas importantes dos poderes sociais, tanto das autoridades - como a polícia, a justiça - como dos poderes mais sutis - o cura, o professor, o padre e o médico.”

que permanecia como guardião da moral, foram fundamentais para o fortalecimento do discurso sobre o auto-controle do jovem.¹² O ‘impulso sexual’ foi descrito como um poderoso ‘instinto’ que se potencializava ao máximo na “adolescência”, requerendo assim o seu controle tendo em vista os interesses do indivíduo e da coletividade.¹³

O ‘apetite sexual’ foi interpretado na fala dos psicopedagogos como resultando de estímulos do pensamento, da imaginação e dos objetos externos. O perigo da influência negativa oriunda da conduta dos outros indivíduos, tornou o controle das relações pessoais do “adolescente” um dos principais temas de cuidado dos pais e da escola. Os especialistas recomendaram formas de evitar estímulos ‘desnecessários’, ocupando os “adolescentes” com atividades saudáveis, vigorosas e interessantes. O discurso científico chamou a atenção dos educadores para o surgimento das ‘novas emoções’, como a sensualidade, da qual dependeria o amadurecimento dos aspectos ‘heterossexuais’: “Quando a emoção terna se intensifica primeiro, é a amizade que surge; depois, quando o instinto sexual se torna mais imperioso, o ser torna-se então capaz de amar uma pessoa do outro sexo.”¹⁴ Tratando do desenvolvimento da sexualidade ‘normal’ na “adolescência”, os autores discorreram sobre o ‘amor’ e teorizaram que este sentimento seria decorrente das emoções nascidas do ‘instinto sexual’. Entretanto, para o seu florescimento seria necessário sublimar os elementos ‘grosseiros’ da sexualidade, por meio da contenção e da disciplina. A instabilidade natural do “adolescente”, traço que fora considerado, em si mesmo, uma característica própria daquele período da vida, também foi interpretada como geradora de emoções contraditórias em relação ao sexo.¹⁵

¹² Cf. BARRÁN, J. P.: “El adolescente, una creacion de la modernidad?”, in BARRÁN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (dir.) *Historias de la vida privada en el Uruguay. El nacimiento de la intimidad 1870-1920*, op. cit., p.184: “Para os varões púberes, o agente controlador mais eficaz em um Uruguai agnóstico era o médico, que encarnava a voz da razão e da ciência; para a púbere que se encontrava sob o jugo do clero católico (...), o agente controlador era o padre, o diretor espiritual. No confessionário e no consultório, dois lugares ideologicamente tão opostos que sintetizavam o grande enfrentamento dos anos do Novecentos entre a Igreja e a Ciência positivista, se ouviam conselhos sobre a sexualidade bastante parecidos, que caíam como mel para o gosto dos pais, temerosos pelo futuro de seus herdeiros, e como fel para os jovens amigos dos prazeres.”

¹³ Cf. BROOKS, D. F.: (1948) *Psicologia de la Adolescencia*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz, p.201: “O instinto sexual assegura a procriação e a perpetuação da espécie, mas necessita ser regulado para ser útil aos melhores interesses do indivíduo e da sociedade.” A primeira edição norte-americana é de 1929.

¹⁴ Cf. DEBESSE, M.: *A adolescência*, op. cit., p.53.

¹⁵ Gallatin cita um trecho do livro de William Saroyan, “Seventeen”: “Isto era familiar nele, a velha luxúria, apenas numa forma nova; alguma coisa fora de controle, atingindo as coisas, um sentimento sexual enlouquecedor, um desejo de atacá-lo e violá-lo, de tornar sua realidade específica, estabelecer sua presença na terra. Ele não achava necessário justificar-se por causa deste seu impudico sentimento. Ele não tinha culpa disso. Ele não havia estabelecido as bases do universo, a maneira de viver, o método de permanecer são.” Cf. GALLATIN, J.: (1978) *Adolescência e Individualidade*, SP, Ed. Harper & Row do Brasil, p.1.

Um sexo bem educado

O nascimento da “adolescência” no discurso psicopedagógico trouxe consigo uma idéia de “educação do sexo” que lhe preexistia, e que se vinculava à higiene social defendida por médicos e reformadores sociais do século XIX. A partir das primeiras décadas do século XX, a educação do sexo foi apropriada pelo discurso psicopedagógico, e se tornou ainda mais imperiosa, dada a própria imagem sexual da “adolescência”: sendo esta a etapa por excelência de preparação para os papéis sociais e sexuais da maturidade, tornava-se fundamental normatizar os instintos sexuais emergentes, para que aqueles indivíduos pudessem se inserir na sociedade.

Na Inglaterra, em 1929, o filósofo Bertrand Russell escreveu um texto sobre o embate entre a ‘velha’ e a ‘nova moral sexual’, tomando como ponto de partida a problemática da educação. Russel criticou veementemente as teses eugenistas que orientavam as pesquisas médicas e educacionais associadas aos trabalhos de “educação sexual”, combatendo ainda o discurso dos ‘moralistas ortodoxos’, que atribuíram à “adolescência” uma intensificação do ‘impulso sexual’ que, segundo ele, estaria presente em todas as fases da vida. Russell foi explícito em seu ataque à noção de que os ‘pensamentos sexuais’ seriam nocivos, de que a masturbação poderia levar à doenças e até mesmo à loucura, criticando também a inutilidade da noção de ‘saúde mental’, que não passaria de um efeito da orientação moralista e retrógrada para a conduta dos jovens.

Entretanto, ao atacar a ‘velha’ moral sexual, que constituiria um obstáculo para a curiosidade científica dos jovens, levando-os a adquirir um conhecimento não científico sobre a sexualidade, o discurso de Russell se aproximava daquele dos positivistas e eugenistas que ele criticara. Com efeito, tanto para os positivistas, quanto para Russell, a ignorância era a maior fonte de danos, e ele atacou as leis inglesas e norte-americanas que não permitiam uma informação sexual para a juventude, discutindo criticamente os tabus que rondavam o assunto. Ao contrário dos manuais que pretendiam ‘esclarecer’ para regular as relações entre os sexos, Russell escreveu sobre a “educação sexual” acreditando na possibilidade de um esclarecimento científico destituído de valorações, considerado como um antídoto contra a repressão sexual. Bastaria ‘dizer’ a ‘verdade científica’ do ‘sexo’ aos jovens, para que todos os seus problemas sexuais

desaparecessem. A despeito de suas críticas ao eugenismo, Russel compartilha os mesmos pressupostos do positivismo, no que diz respeito à necessidade do esclarecimento científico do sexo.¹⁶

No Brasil, as discussões a respeito da “educação sexual” se intensificaram na década de vinte, e já início dos anos trinta foi criado o “Círculo Brasileiro de Educação Sexual”, que reuniu médicos, pedagogos e juristas a fim de desenvolver um trabalho de educação sexual de âmbito nacional.¹⁷ Esta “educação sexual” continha objetivos tanto de ordem ‘construtiva’ como ‘preventiva’: ‘construtiva’ no sentido da produção do ‘adulto ideal’, e ‘preventiva’ em relação à eliminação dos ‘vícios’, ambos os aspectos sendo orientados pelas teses científicas do positivismo e do eugenismo.¹⁸

Para escapar de uma “educação sexual” de caráter excessivamente fisiológico, os especialistas associaram-na a um ideal de ‘saúde mental’ interpretado em termos da adaptação dos indivíduos às regras e normas sociais: “A educação sexual não é um treino para a promiscuidade, mas sim, para aumentar a compreensão biológica dos seres humanos. (...) ela ajuda a tornar o homem, uma criatura biológica, num ser socialmente criador.”¹⁹ Tal instrução deveria preparar os jovens para o matrimônio tratando de seus aspectos ‘não românticos’, tais como a administração doméstica, os ‘ajustes conjugais’, a

¹⁶Cf. RUSSELL, B.: (1938) *Vieja y Nueva Moral Sexual*, Buenos Aires, Editorial Losada, p.67: “Uma das aspirações dos moralistas é, sem dúvida alguma, impedir a obsessão pelos temas sexuais; tal obsessão é hoje em dia extraordinariamente freqüente. (...) o melhor modo de impedir que os jovens fiquem obcecados com as coisas sexuais é dizer-lhes sobre elas tudo o que querem saber.”

¹⁷ Cf. VIDAL, D. G.: (1998) “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930”, in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*, SP, Plêiade. pp.54-5: “No ano seguinte [1934], o Círculo [Círculo Brasileiro de Educação Sexual - C.B.E.S.] prosseguiu na campanha pela educação sexual. Realizou, de 1 a 7 de setembro, no Lyceu de Artes e Ofícios carioca, a ‘Semana da Educação Sexual.’ No primeiro dia (...) discutiram sobre o tema ‘Poderá a cultura sexual ser desprezada pelos médicos, juristas, pedagogos, dentre outros?’ (...) Já a professora Armanda Alberto (1934, p.2) destacava a importância da cultura sexual para o trabalho escolar. ‘Diariamente lida o professor com crianças nas quais é preciso combater o complexo de inferioridade, por exemplo. (...) Compete, então, ao educador pesquisar as causas - sexuais ou sociais - daquele exagerado sentimento de menor valia e oferecer oportunidade de exaltação que se contraponham ao conflito aludido. Outros problemas em relação à sexualidade das crianças apresentam-se de instante a instante, bastando lembrar a perturbação a que estão sujeitas na idade pubertária. O educador, mais frequentemente, a educadora, tem o dever de despistar os vícios sexuais, que se manifestam tão cedo às vezes (...), chamando em seu auxílio a mãe ignorante, a quem advertirá do que passa com seu filho.’”

¹⁸ Cf. VIDAL, D. G.: “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930”, in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes op. cit.*, p.57: “No campo educacional, desde os anos 20 insinuava-se uma preocupação com a educação sexual escolar, como estratégia eugênica de aperfeiçoamento da raça. Em janeiro de 1922, Fernando de Azevedo ao responder a inquérito promovido pelo Instituto de Higiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sobre educação sexual, destacava a importância do ensino da matéria para o ‘interesse moral e higiênico do indivíduo’ e para o ‘interesse da raça’.”

¹⁹ Cf. BROOKS, D. F.: *Psicologia de la Adolescencia*, op. cit., p.248.

gravidez, o parto, e os ‘problemas’ da vida sexual adulta.²⁰ Pais e educadores foram responsabilizados pelo equilíbrio mental dos “adolescentes”, isto é, pela ‘higiene mental’, que deveria ser adquirida por meio da “educação sexual”, visando educar os poderosos ‘instintos’ que emergiam na “adolescência”, canalizando-os para o amadurecimento reprodutivo.²¹

Estes projetos de “educação sexual” reforçavam o ‘valor do matrimônio’ e naturalizavam as funções de ‘paternidade’ e ‘maternidade’, contribuindo para fixar a moldura das diferenças dos ‘papéis sexuais’, acentuando a hierarquia de gêneros.²² A “educação sexual” que foi idealizada a partir dos anos vinte e trinta, mesmo sem ter se tornado uma disciplina da grade curricular, foi cuidadosamente aplicada entre os alunos, acentuando uma moral sexual reprodutiva e institucionalizada na figura da família:

“O fato de não ser nomeada explicitamente como disciplina não implica, no entanto, que a educação sexual não estivesse presente no cotidiano das escolas secundárias e até primárias, seja nos cuidados higiênicos de prevenção à sífilis, na preocupação em vigiar banheiros, no controle dos comportamentos sexuais infantis e púberes e na ação de ‘recuperação do delinqüente’; seja de maneira enviesada no conteúdo das aulas de estudos da natureza, no curso primário, ou de biologia, no secundário.”²³

Para os especialistas que defenderam essa “educação sexual”, o esclarecimento estaria a serviço da dissolução de uma atitude ‘desrespeitosa’ em relação ao ‘sexo’, contribuindo deste modo para a supressão do interesse dos “adolescentes” pelas suas

²⁰ Cf. PFROMM NETTO, S.: (1976, 5ª. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, ed. Pioneira/MEC, p.15.

²¹ Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.127: “O modo mais direto e específico que o sexo entra na experiência do adolescente é sob a forma de uma fome física. Por traz desta fome está a necessidade primordial de a vida criar a vida.”

²² Cf. VIDAL, D. G.: “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930”, in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*, op. cit., p.66: “O objetivo da educação sexual do adolescente era preparar ‘o homem e a mulher para constituir [a família] sob bases mais seguras, garant[tindo] não só o estado de sanidade da prole, como o de maior harmonia dos cônjuges, promovendo assim a maior estabilidade do edifício da família’.” Veja-se também a p. 69: “(...) não só os intelectuais homens emitiam discursos normalizando os comportamentos sexuais. Lúcia Magalhães (1933), ao abordar a diferenciação psíquica dos sexos na adolescência, afirmava: ‘No menino, o sentimento pessoal se exteriorizava por tendências excessivas de expansão exagerada: agrada-lhe afirmar sua personalidade, aspira à independência e até à revolta, sonha com aventuras em que a personalidade se afirme.(...) Toda a sua conduta revela um dom-quixotismo acentuado (...). Na menina, pelo contrário, o sentimento pessoal tem uma tendência geral a se afirmar no sentido da restrição e da inibição (...). A emotividade porém se exagera, traduzida nas lágrimas, nas repugnâncias incompreensíveis, nas impaciências súbitas’.”

²³ Cf. VIDAL, D. G.: “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930”, in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*, op. cit. p.71-72.

representações ‘perniciosas’, tais como elas apareciam em livros, filmes, nas peças de teatro, bailes e revistas, nas conversas e leituras ‘clandestinas’, dissimulando-se ainda da vigilância dos adultos nas amizades passionais, em que sempre se incorria no ‘risco’ das práticas ‘homossexuais’.²⁴ Mais importante do que simplesmente proibir o acesso dos “adolescentes” a essas representações, era necessário ‘elevar o patamar do gosto’ dos jovens, para que as figuras e elementos de uma ‘sexualidade baixa’ não chegassem a perturbar os seus desejos, que deveriam se inspirar na literatura clássica, nos esportes de equipe, nas competições intelectuais, na participação em clubes sociais, na caridade.²⁵

Entre outros problemas que deveriam ser abordados pela “educação sexual”, encontravam-se a ‘má saúde’ dos órgãos sexuais, a ‘promiscuidade’ e a ‘imoralidade’, isto é, atitudes de conduta que colocariam em risco uma vida em conformidade com os códigos morais aceitos, bem como a ‘vulgaridade sexual’, a ‘paternidade não eugênica’, e as doenças venéreas.²⁶ A “educação sexual”, investida das práticas de ‘higiene sexual’, representava um dispositivo valioso para a elaboração de atitudes e formação de ideais adequados à uma noção de ‘sexualidade responsável’, ou seja, a ‘sexualidade madura’, conjugal, ‘heterossexual’ e procriativa.²⁷ O discurso da psicopedagogia contribuiu para uma série de associações entre maturidade genital e nubilidade, sempre canalizando a sexualidade para o âmbito da reprodução.²⁸

Uma evolução ‘natural’ do instinto

Os especialistas dicotomizaram a sexualidade do “adolescente” entre as características resultantes da excitação sexual e do desejo, e uma idealização estética do amor na ausência completa de contato físico e estimulação erótica, o ‘amor puro’, afirmando que essa separação seria responsável por uma situação de conflito para o

²⁴ Cf. ALLENDI, R.; LOBSTEIN, H.: (s/d) *Le Probleme Sexuel à L'école*, Paris, Editions Montaigne, p. 4.

²⁵ Cf. BROOKS, D. F.: *Psicologia de la Adolescencia*, op. cit., p.49.

²⁶ Cf. BROOKS, D. F.: *Psicologia de la Adolescencia*, op. cit., p.500.

²⁷ Cf. VIDAL, D. G.: “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930”, in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*, op. cit., p.71: “Deviam as professoras primárias cuidar da sexualidade infantil, assegurando-se do não desvio da criança, de maneira a produzir um adulto sadio. Enredadas nessa malha discursiva, professoras transpunham para a prática diária da sala de aula conselhos e suspeitas.”

‘adolescente’.²⁹ Os autores redigiram tratados sobre o ‘amor’ “adolescente”, e discorreram sobre os seus diferentes objetos no decorrer do processo de amadurecimento dos indivíduos, até que eles alcançassem o chamado ‘amor maduro’, quando os ajustes ‘heterossexuais’ já haveriam ocorrido. Os especialistas afirmaram que os ‘objetos amorosos’ anteriores a esse suposto ‘ajuste’ não seriam representativos, muito embora devessem ser cuidadosamente vigiados. Em relação ao início da “adolescência”, os teóricos relataram o investimento amoroso por um amigo ou amiga do mesmo ‘sexo’, ou ainda, por uma pessoa mais velha, tanto do mesmo sexo como do sexo oposto. O amor “adolescente” passaria por um processo de progressão afetiva, iniciando-se com as atrações intelectuais ‘platônicas’, após o que se iniciaria o período “heterossexual” marcado pelo namoro, que, por sua vez, progrediria para o noivado e culminaria no matrimônio.³⁰

Segundo os psicopedagogos, a ‘paquera’ ou ‘flerte’ assumiriam um papel importante como práticas para o ajuste dos desejos em vista da “heterossexualidade” conjugal. Um engajamento “homossexual” se daria por volta dos doze até os catorze ou dezesseis anos, fase em que seria considerado dentro dos padrões de normalidade, assim como as ligações afetivas com pessoas mais velhas do mesmo sexo, desde que tais relações permanecessem fora do âmbito das práticas sexuais. Passada aquela faixa etária, tais ligações teriam que ser superadas e esquecidas, ‘evoluindo’ para uma atração por jovens do ‘sexo’ oposto. A este respeito, Pfromm Neto observou:

“Verificou-se que tal tipo de amizade apaixonada não constitui barreira para as vinculações heterossexuais satisfatórias, embora possam persistir até os 16 anos de idade. Não há evidência de que os adolescentes normais e bem adaptados sejam levados a uma conduta

²⁸ Cf. MUUSS, R. E.: (1968, 2ª. ed.) *Theories of Adolescence*, NY, Random House; p.38: “Na puberdade, o impulso sexual surge para produzir a subordinação de todos os componentes do instinto sexual sob a primazia da zona genital”, afirmação que deve ser compreendida em alusão à sexualidade reprodutiva.

²⁹ Cf. MUUSS, R. E.: *Theories of Adolescence*, *op. cit.*, p.60-1: “É a divisão do desenvolvimento sexual entre estético e sensual que resulta em muitos problemas para os adolescentes. (...) Partindo desse conceito de um desenvolvimento sexual dividido, Spranger conclui que a gratificação sexual deve ser adiada pela inibição. A inibição do desejo sexual é um importante aspecto do desenvolvimento da personalidade; experiências sexuais precoces resultam em desenvolvimento psicológico desarmonico, porque amor puro e sexualidade não estão unificados e sexualidade sem amor puro representa uma experiência superficial e sem densidade.”

³⁰ Cf. NÉRICI, I. G.: (1967, 3ª. ed.) *Adolescência, o drama de uma idade*, *op. cit.*, p.49: “É o momento de ressaltar a importância e a dignidade do sexo que, dentro da nossa organização social, só pode ter plena satisfação no matrimônio e que este é a forma de elevar o homem acima da simples animalidade.” A primeira edição deste texto é de 1962.

homossexual em virtude de tal ligação com pessoas do mesmo sexo.”

³¹

Os paradoxos são claros: ao mesmo tempo em que os especialistas teorizam obsessivamente o desejo e os investimentos erótico-afetivos dos “adolescentes”, tomando-os como ‘sujeitos’ da sexualidade, tais práticas e sentimentos são, na verdade, desconsiderados, pois o próprio “adolescente” não pode ser concebido como um ‘sujeito’, já que ainda não se enquadra nos padrões aceitos da sexualidade madura. Mesmo assim, resta ainda toda uma preocupação quanto ao risco de que o processo natural de evolução do instinto sexual não se cumpra, gerando transgressões.

Assim, a “sexualidade adolescente” foi apresentada sob a forma da evolução de suas etapas. O amor e o erotismo foram compreendidos como elementos desta sexualidade, os quais deveriam conduzir aqueles ‘sujeitos’ à sensibilidade, à beleza corporal e ao prazer contemplativo.³² Em um ‘ambiente pervertido’, no entanto, o erotismo não se desenvolveria de maneira natural e, em vez de culminar na heterossexualidade adulta, iniciaria o “adolescente” em uma sexualidade ‘despudorada’.

As várias situações sexuais

A ‘higiene sexual’ ditou regras para combater e eliminar a masturbação, entre as quais a limpeza dos órgãos sexuais, e o uso de roupas folgadas, para evitar o atrito do tecido com a mucosa. O sono e o isolamento prolongados deveriam ser evitados, pois, permanecendo na cama por muitas horas, os jovens poderiam abandonar-se aos devaneios e recorrer à auto-estimulação.³³ Foram receitados exercícios físicos como forma de eliminar o excesso de energia sexual, e muito se falou sobre como utilizar o tempo ocioso em uma atividade que pudesse contribuir para a formação física e moral do indivíduo.

³¹ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., p.14.

³² Cf. FERRAZ, J. S. (1960) *Psicologia da Adolescência*, Limeira, Letras da Província; p.99: “A fantasia sexual medeia entre o interesse sexual e o apetite sexual. As vivências eróticas fundem-se às situações que produzem manifestações estéticas, como o gosto especial para os romances de amor e de aventura, para os temas líricos, para as reuniões festivas, para os bailes, para o namoro.”

³³ Cf. BROOKS, D. F.: *Psicologia de la Adolescencia*, op. cit., p.346. Nérici descreve a masturbação como uma forma do homossexualismo a um. Cf. NÉRICI, I. G.: (1967, 3ª. ed.) *Adolescência, o drama de uma idade*, RJ, ed. Fundo de Cultura, *passim*.

As teses de ‘higiene’ física e mental que orientaram a “educação sexual” vieram associadas às teorizações sobre as práticas ocupacionais e, principalmente, esportivas, seguindo o modelo educacional das *high-schools* norte-americanas, local de sociabilidade controlada. Os psicopedagogos brasileiros sonharam com este modelo para as escolas secundárias, que deveriam absorver o tempo dos “adolescentes” com aulas de conhecimentos gerais, de ensino especializado, enfatizando-se as práticas esportivas e os arranjos sociais que ocupassem o seu tempo livre.³⁴

Outras situações sexuais que receberam uma intensa problematização por parte dos educadores foram os sonhos eróticos, as ‘poluções noturnas’ e a ereção, para as quais foram prescritas regras como dormir de costas e os banhos frios. Vários autores atribuíram ao período da “adolescência” uma fragilidade fisiológica, afirmando que esses indivíduos estariam em uma fase de grande predisposição às doenças, em especial, à tuberculose, cuja associação aos hábitos boêmios favoreceu a sua relação à juventude e à sexualidade, sendo que alguns autores chegaram mesmo a relacionar a tuberculose à masturbação.³⁵

A situação da vida em grupo, uma característica tida como ‘inata’ da “adolescência”, foi vista de maneira ambígua e contraditória: enquanto uns a descreveram como um comportamento de risco, favorecedor da “delinquência” e da “homossexualidade”, outros também a consideraram como um paliativo para o não exercício da sexualidade.³⁶ Nos garotos, o impulso sexual reforçaria uma tendência à agressividade, e um desejo de assertividade tendo em vista a futura independência econômica e o casamento.

Já para as garotas, o impulso sexual poderia gerar um conflito entre ‘sexo’ e carreira profissional, visto que para elas a sexualidade fora interpretada como uma

³⁴ Para uma discussão detalhada sobre a relação entre juventude e ensino secundário nos Estados Unidos, veja-se, COLEMAN, J. S.: (1961) *The Adolescent Society. The social life of the teenager and its impact on Education*, NY, The Free Press. Para Santos, o adolescente “precisa ocupar o espírito com pensamentos e interesses que desviem ou sublimem o referido impulso, porque nem o trato sexual, nem as aberrações são remédios para esse estado de coisas.” Cf. SANTOS, T. M.: (1962) *Noções de psicologia do adolescente*, SP, Companhia Editora Nacional, p.84.

³⁵ Cf. COSTA, J. F.: *Ordem Médica e Norma Familiar*, op. cit., p.187. Qualquer excesso relacionado aos prazeres da juventude representava um risco de contrair tuberculose, o que se deixa perceber em uma citação do texto de ARAÚJO, R. M. B.: *A Vocação do Prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*, RJ, Rocco, p.170: “Fiquei contente de Mabel (a filha) não ter ido ao baile semana passada, pois quando se está vendo as mocinhas caírem com tuberculose fica-se arrepiado.”

³⁶ Cf. FAU, R.: (1961, 2ª. ed.) *Crianças e Adolescentes. Grupos e Amizades*, RJ, Editora Fundo de Cultura, p.83. A primeira edição brasileira desse texto foi de 1960, traduzida do original francês de 1952.

manifestação do seu destino natural, a nubilidade e a maternidade. Um risco apontado pelos especialistas, especialmente entre as garotas inteligentes, seria o de que elas entrassem em conflito com sua ‘natureza’ passiva, e passassem a invejar a atividade dos rapazes, recusando o ‘papel feminino’ que lhes fora atribuído pela ‘natureza’: isto poderia torná-las perigosamente ativas, deixando-as vulneráveis ao “homossexualismo”.³⁷ Os chamados ‘casos’ de ‘virilidade’, nome encontrado para designar os desejos e práticas homoeróticas entre as garotas, constituiriam situações mais raras em relação ao homossexualismo masculino, e os autores ainda acrescentaram que os riscos de ‘transgressões’ sexuais entre as moças seriam menores, pois o impulso sexual seria menos intenso nelas. Os especialistas não se ocuparam de maneira particular com a masturbação feminina, e, em relação às meninas, a sua grande fonte de preocupações concentrou-se em torno da ‘higiene menstrual’ e da pertinência dos esforços físicos e mentais durante o período das regras.³⁸

A ação dos hormônios e a maturidade do aparelho reprodutor, na puberdade, foram elementos que intrigaram e instigaram as investigações sobre a “sexualidade adolescente”. As garotas despertariam para o ‘sexo’ mais tardiamente, apesar de passarem pela puberdade antes dos garotos, e essa demora determinaria uma atitude de passividade, responsável pelo caráter submisso da mulher adulta. Para os autores, o ‘instinto sexual’ eclodiria sobretudo nos rapazes, colocando-os no limite da sua consciência, e ocasionando uma explosão de erotismo que sexualizaria a sua afetividade. Com efeito, Néríci, afirmou que, entre os “adolescentes” do sexo masculino, ocorre “uma verdadeira erotização da personalidade. Todos os objetos tomam formas sexuais e o pensamento do adolescente passa a ser dominado por assuntos desta natureza. As palavras mais indiferentes passam a provocar associações libidinosas das mais disparatadas.”³⁹

Paradoxos do desejo que transborda

³⁷ Cf. WALL, W. D.: (1948) *The Adolescent Child*, London, Methuen & Co, p.80.

³⁸ Cf. MENDOUSSE, P. (1955) *L'Âme de L'Adolescente*, Paris, P.U.F., pp.66-7. Escrevendo no final dos anos sessenta, Valensin é uma exceção a respeito da reticência dos especialistas em relação à masturbação feminina. Veja-se o seu capítulo “Les Habitudes Solitaires chez la Fille” in VALENSIN, G.: *Adolescence et Sexualité*, op. cit.

³⁹ Cf. NÉRICI, I. G.: *Adolescência, o drama de uma idade*, op. cit., p. 47.

Os textos de psicopedagogia da adolescência associaram crescentemente a imagem da “adolescência” à idéia de explosão dos instintos sexuais, caracterizada a partir da década de cinquenta pela metáfora recorrente da ‘explosão dos hormônios.’ A “educação sexual” fazia-se ainda mais necessária, na medida em que a “adolescência” fora interpretada em termos de um descompasso entre maturidade sexual fisiológica e maturidade social. Nesse sentido, a “sexualidade adolescente” representava um problema paradoxal e sem solução, visto que a fase mais sexuada da vida seria justamente aquela em que o exercício das práticas sexuais deveria ser barrado. Esse paradoxo determinou uma problematização extensiva, e a “adolescência” foi marcada por uma dupla caracterização em relação ao campo da sexualidade: a “adolescência” da continência e a “adolescência” da explosão do sexo, ambas as faces formando um mesmo ‘sujeito’.

O filme *O Clamor do Sexo*, de Elia Kazan, adaptado de uma peça de William Inge, trabalhou justamente com as imagens da “adolescência” sexuada e da impossibilidade da realização do desejo sexual e amoroso.⁴⁰ A história se passa em uma cidadezinha do interior dos Estados Unidos nos anos vinte, mas é evidente que o diretor vale-se da caracterização da “adolescência” já consagrada na época da produção do filme, de 1961. Trata-se da história de amor entre um casal de “adolescentes” de *high-school*: ambos ‘deliram’ de desejo um pelo outro, mas qualquer avanço sexual por parte do rapaz poderá significar a frustração do sonho de seu pai, que planejou para ele um futuro promissor em que o jovem fará parte do time de *football* de uma grande universidade, a centenas de quilômetros de distância de sua amada. O personagem de Warren Beaty pratica esporte compulsivamente para conter o desejo, mas a garota, representada por Nathalie Wood, na ausência de ‘válvulas de escape’, acaba por sucumbir aos poderosos impulsos sexuais e atenta contra a própria vida, sendo posteriormente internada em uma clínica psicológica. A ciência psicológica irá domesticar a sexualidade feminina, adequando-a aos paradigmas da normalidade burguesa, e a jovem se casará com um rapaz que também estivera internado na clínica, não tão atraente quanto seu primeiro amado. O quadro ‘sexual’ desenhado pelo filme encena o paradoxo da “sexualidade adolescente”, apontando para as suas ‘soluções’ domesticadas.

⁴⁰ O título original do filme é *Splendor in the Grass*.

Os anos cinquentista, caracterizados pela culminância do modelo de “adolescência” proposto pelos psicopedagogos no início do século, representaram um marco da separação entre “sexualidade adolescente” e “delinquência juvenil”, tornando as duas figuras independentes entre si. A caracterização da “adolescência” por meio da ‘explosão do desejo’ foi ganhando um contorno mais evidente, principalmente na representação dos ícones juvenis, carregados de sexualidade: surgem as roupas justas para os rapazes e o ‘carro’ passa a ser um local por excelência para as práticas sexuais “adolescentes”.

Entre as décadas de cinquenta e sessenta, a psicologia do desenvolvimento criou todo um vocabulário para avaliar a “sexualidade adolescente”, que, até então, estivera segregada no campo da “delinquência”. A nova terminologia se referia às práticas que se tornavam comuns entre os jovens de então: as carícias (*petting*), os beijos ‘ardentes’ (*necking*) e as ‘carícias profundas’ (*heavy petting*).⁴¹ Com o reconhecimento da existência de práticas mais acentuadamente sexuais entre os “adolescentes”, o discurso sobre a ‘virgindade feminina’ foi renegociado no sentido de estabelecer os limites das carícias, de modo que a presença e a perda do hímen passou a ser exaustivamente problematizada: “O corpo da jovem era dividido em partes mais ou menos acessíveis ao parceiro, segundo uma negociação que fazia pensar nos movimentos de uma guerra fria.”⁴²

Um filme que retrata a “sexualidade adolescente”, já abordando o tema da negociação das carícias, da gravidez, bem como um questionamento sobre a importância da virgindade feminina, é *A última sessão de cinema*, cuja trama se desenrola nos anos cinquenta, e na qual começam a transparecer as duplicidades da moral sexual: aqui, a perda da virgindade para as jovens começava a representar a possibilidade de aquisição de um *status* sexual e, conseqüentemente, social.⁴³

⁴¹ Cf. PASSERINI, L.: (1994) “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950,” in LEVI, G.; SCHIMITT, J.: *História dos Jovens - A época contemporânea. Vol. II*, SP, Ed. Companhia das Letras; p.365: “Diminuiu constantemente a idade dos encontros amorosos: na década de cinquenta os rapazes de classe média praticavam o ritual do *dating* desde a *junior high-school*, correspondente ao início do segundo grau, começando com encontros de grupo (*group dating*). Os encontros incluíam práticas como *petting* e *necking*, isto é, beijos e carícias, abraços, considerados perfeitamente respeitáveis, ao passo que não eram assim concebidas outras práticas que permitiam às moças permanecerem tecnicamente virgens (*heavy petting*).” Veja-se também McDANIEL Jr, C. O.: (1972, 2ª. ed.) “Dating Roles and Reasons for Dating” in ROGERS, D. S.: *Issues in Adolescent Psychology*, NY, Appleton-Century-Crofts, *passim*.

⁴² Cf. PASSERINI, L.: “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”, in LEVI, G.; SCHIMITT, J.: *História dos Jovens - A época contemporânea. Vol. II*, *op. cit.*, p. 366.

⁴³ O título original do filme é *The Last Picture Show*, dirigido por Peter Bogdanovich em 1971.

No Brasil dos anos cinquentas, o discurso hegemônico da psicopedagogia sobre a sexualidade das jovens constituiu-se em torno de uma divisão que as separava entre as ‘moças de família’ e as ‘moças levianas’, sendo que o casamento permanecia como a finalidade última da sua existência. Para comportar-se de acordo com seu tempo, as jovens dos anos cinquentas necessitavam de sutilezas infinitas: tinham de ser ‘ativas’, mas não ‘atiradas’, permitir algumas manifestações de carinho, mas não as carícias, tudo isso em uma espécie de jogo de sedução e retração em que elas deveriam portar a medida exata de quanto permitir e quanto proibir aos rapazes.⁴⁴

Nos anos sessenta, a maioria dos textos de psicólogos e educadores descreve ‘casos’ de garotas estupradas pelos namorados, destruindo o destino feliz do casamento ‘ideal’ para as moças. Em seu texto de 1964, a psicopedagoga Odete Cardoso dirigia-se aos “adolescentes” pretendendo esclarecê-los sobre as ‘dificuldades’ dessa fase da vida. A fim de advertir aos jovens contra os ‘perigos’ da sexualidade, ela relatava casos e histórias cuidadosamente colhidos em seu consultório psicológico, e estes raramente apresentavam um final feliz, em que o “adolescente” se ‘regenerasse’ do seu ‘vício’ ou ‘desvio’. Sempre que isso acontecia, tal fato era devido a uma família estruturada nos moldes da ‘família burguesa.’ Os principais personagens que desfilam por suas páginas são garotas defloradas por namorados bêbados ou drogados, curras dentro de carros, verdadeiro fetiche da “juventude transviada”, mães solteiras, ‘jovens invertidos’ e “adolescentes masturbadores”, em suma, todo o elenco de personagens que compõe o teatro da fala do ‘sexo adolescente.’⁴⁵

No Brasil dos anos sessenta, os ‘desvios’ sexuais ainda se inscreviam no âmbito de atitudes como furtos e roubos e ao consumo da ‘maconha’, de sorte que a “sexualidade

⁴⁴ Cf. BASSANEZI, C.: (1997) “Mulheres dos anos dourados”, in PRIORE M. D. (org.) *História das Mulheres no Brasil*, SP, Contexto, p.622: “Num tempo de mudanças, as próprias jovens poderiam ter certas dúvidas sobre o que, afinal, seria um comportamento adequado diante de um rapaz, jovem como elas. [...] quando uma mulher sorri [para um homem] é porque é apresentada. Quando o trata com secura é porque é de gelo. Quando consente que a beije, é leviana. Quando não permite carinhos, vai logo procurar outra. Quando lhe fala de amor, pensa que quer ‘pegá-lo’. Quando evita o assunto, é ‘paraíba’. Quando sai com vários rapazes é porque não se dá valor. Quando fica em casa é porque ninguém a quer.[...] Qual é o modo, pelo amor de Deus, de satisfazê-lo? (Carta de uma leitora - O Cruzeiro, 08 dez. 1951).”

⁴⁵ Cf. CARDOSO, O. B.: (1968, 3^a. ed.) *O livro do adolescente*, RJ, Conquista, p.62. A autora relata o caso de uma garota que engravidou, resolveu fazer um aborto, desistiu e contou o fato para a mãe, que a levou para um sítio afastado onde ela teve o bebê. Posteriormente, a jovem mãe solteira ligou-se a um homem desquitado que, a seguir, a largaria sozinha com o filho. Esta criança cresceu com sérios problemas psíquicos, ficou muito agarrada à mãe, desenvolvendo reações ‘feminóides’. Neste relato a autora sintetiza todas as figuras que povoam o imaginário psicopedagógico sobre a ‘perversão adolescente’: o sexo antes do casamento, a gravidez, o aborto, o desquite e o homossexualismo.

adolescente” se mantinha enquanto sinônimo da “delinquência juvenil”, face negativa da dialética que instaurou o modelo do “adolescente” ‘ideal’ nos manuais de psicopedagogia. Os principais cuidados em relação à “sexualidade adolescente” deveriam partir dos pais, de quem se esperava a proteção dos filhos em relação a um ‘ambiente saturado de sexo’, justamente naquele momento em que o desenvolvimento do impulso sexual seria muito forte. A masturbação continuava a ser problematizada e a “pederastia” foi interpretada como um desvio da ‘função natural’, acarretando em um comprometimento da saúde e em uma perda da energia sexual por parte do indivíduo ‘passivo’. Enquanto este perderia sua virilidade, o indivíduo ‘ativo’ perderia a capacidade de constituir uma família, apartando-se do mundo da ‘normalidade’ reprodutiva. Também para o psicólogo E. Athanásio, que escreveu a partir de uma perspectiva religiosa, dirigindo-se especificamente à “adolescência”, esta fase se constituiria de uma ‘explosão’ da libido, que deveria ser direcionada para o serviço da ‘liberdade’, isto é, para uma vida ‘evoluída’, ‘civilizada’ e ‘batizada’. Do contrário, restariam aos “adolescentes” apenas as ‘transgressões’ e ‘perversões’:

“Curras, mocinhas e rapazolas embriagados em automóveis, maconha, mães solteiras, perversões e inversões, angústia e violência, são alguns dos problemas diários que surgem diante dos psicólogos de hoje. (...) O tema sexual é relevante, hoje em dia mais cedo que nunca. Nossa época está saturada de sexo, sem o necessário complemento, o amor que o dignifica.”⁴⁶

A revolução sexual e a “vontade de saber”

Os educadores brasileiros dos inícios dos anos sessenta continuavam a apontar a necessidade de conhecer as atividades sexuais dos “adolescentes”, a fim de poder realizar uma intervenção educativa eficaz, e reclamavam da ausência de pesquisas que delineassem aquele comportamento. Os manuais de psicopedagogia da adolescência já

⁴⁶ Cf. ATHANÁSIO, E.: (1988, 10ª. ed.) *Adeus à infância*, Petrópolis, Vozes, pp.29-30. Cabe notar que a primeira edição data de 1966.

começavam a citar as pesquisas de Kinsey e seu famoso relatório, de 1948, que indicava uma transformação das práticas sexuais dos “adolescentes”.⁴⁷

Kinsey dissertara sobre a importância das carícias íntimas para o sucesso do matrimônio, sobre o orgasmo masculino e feminino, e sobre as práticas homoeróticas, temas que anteriormente estavam inscritos na esfera das ‘patologias’ e ‘perversões’. Mesmo depois da ‘sexologia’ e dos sexólogos, que indicaram as transformações das práticas sexuais, a “sexualidade adolescente” continuou a ser abordada como uma esfera de tensões e problemas na linguagem dos manuais de psicopedagogia, por causa do descompasso entre maturidade sexual e social.⁴⁸ O ‘sexo’ continuava a representar o lugar do conflito e da ‘crise’, pois ele “alvoroça e inebria, perturba e desconcerta, convida e desaponta, atrai e intimida.”⁴⁹ Ao mesmo tempo em que os autores apontavam a necessidade do controle do desejo na “adolescência”, também percebiam o crescimento das estatísticas sobre o aumento das ‘relações sexuais’ nessa fase da vida, demandando uma teorização mais explícita sobre a perda da virgindade, o ‘amor livre’ e a gravidez na “adolescência.”⁵⁰

Mesmo empreendendo um caminho inverso em relação ao repetitivo discurso sobre a sexualidade na “adolescência”, a pesquisa dos psicólogos J. A. Gaiarsa e D. Pacheco, que consistiu de um inquérito sobre o comportamento sexual dos jovens no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda permanece inserida no mesmo dispositivo da incitação ao discurso sobre o sexo. Enquanto psicoterapeutas, os autores acreditaram poder resgatá-la das malhas da repressão e curá-la de seus males por meio da fala. As questões respondidas pelos mil entrevistados, jovens de 18 à 21 anos, referiam-se às mais variadas práticas sexuais, versando ainda sobre as suas idéias a respeito do sexo. Ao final de quase 500 páginas os autores afirmaram, decepcionados, que a sexualidade juvenil ainda

⁴⁷ Cf. PFROMM NETTO, S.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., p.246: “Não obstante a falta de informações relativas aos jovens brasileiros, é óbvio que estes geralmente experimentam, durante o namoro e o noivado, graus variáveis de intimidade sexual - carícias, beijos, carícias profundas e, em alguns casos, até mesmo congresso sexual. De acordo com as respostas dadas a um questionário por 1000 adolescentes das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, (...) mais da metade dos jovens enamoram-se realmente uma a duas vezes, os que tiveram quatro ou mais casos de namoro ‘sério’ não foram superiores a 6%, e 11% dos sujeitos nunca se enamoram. (...) Dois terços das jovens paulistanas e 91% das cariocas informaram que já foram beijadas pelo namorado; 14% das paulistas e 25% das cariocas informaram que já receberam carícias diretas em partes íntimas do corpo, e mais de um quarto das moças chegaram a experimentar orgasmo, durante as carícias.”

⁴⁸ Cf. WALL, W. D.: *The Adolescent Child*, op. cit., passim.

⁴⁹ Cf. FERRAZ, J. S.: *Psicologia da Adolescência*, op. cit., p.83.

⁵⁰ Cf. VINOVISKIS, M.A.: (1981) “An ‘epidemic’ of Adolescent Pregnancy? Some Historical Considerations” in *Journal of Family History*, vol. 6, n.2, p.208 e passim.

permanecia tristemente reprimida e ‘miserável’, o que constituiria um verdadeiro problema, posto que eles também compreendiam a “adolescência” a partir da ‘verdade’ de suas práticas sexuais.⁵¹

Gaiarsa e Pacheco produziram um discurso sobre a necessidade de retirar a sexualidade da esfera da repressão, por meio da incitação ao discurso sobre o sexo, enfatizando a necessidade de desvincular a atividade sexual da sua função matrimonial e reprodutiva. A ‘moderna’ sexologia, com seus supostos ‘contra-discursos’ em relação à repressão sexual, continuou encerrada no interior do ‘dispositivo da sexualidade’, e seus discursos e prescrições foram imediatamente incorporados à uma nova especialidade terapêutica, tão normalizadora quanto o haviam sido as pregações sobre a higiene sexual, vigentes durante a primeira metade do século XX.

Mesmo se ela reverteu os antigos parâmetros higiênicos e as velhas considerações valorativas a respeito do comportamento sexual dos “adolescentes”, a sexologia ainda aprisiona o ‘sexo’, os prazeres e as práticas sexuais dentro de um discurso da ‘normalidade’. Se é verdade que ela contribuiu para retirar o caráter perverso das práticas sexuais, por outro lado, ela aprisionou o sexo em novas formas hegemônicas, tais como a ‘ditadura do orgasmo’, entre outras.⁵² Ao caracterizar a “adolescência” como o ‘despertar do sexo’, como a ‘eclosão dos instintos sexuais’, e em termos da ‘explosão dos hormônios’, psicopedagogos e sexólogos indicaram que o ‘conflito’ e a ‘crise’ estão centrados na urgência da necessidade sexual da “adolescência”, pouco importando se eles consideram relevante permitir, incitar ou barrar a satisfação daqueles impulsos.⁵³ É interessante observar como o discurso que combate a repressão da “sexualidade

⁵¹ Cf. GAIARSA, J. A.: (1967) *A juventude diante do sexo*, SP, ed. Brasiliense, *passim*. O número da Revista *Realidade* em que os resultados da pesquisa foram publicados foi censurado e recolhido das bancas de jornal.

⁵² Cf. BÉJIN, A.: (1983) “O poder dos sexólogos e a democracia sexual”, in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, p.243: “(...) a difusão de informações ‘descritivas’ (em relação às quais todos se sentem coagidos a ‘situar-se’) ou explicitamente normativos (os *vade-mecum* do orgasmo...) contribuem simultaneamente para fazer baixar o nível de tolerância dos disfuncionamentos e para elevar o nível de aspiração em matéria de êxito sexual. Deste modo, aumentam, nos falhados mais benignos, a sensibilidade e a insatisfação por não atingirem, sempre que o desejam, o acme ideal.”

⁵³ Cf. GUÉRIN, D.: (1980) *Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey*, SP, Ed. Brasiliense, p.73: “A moderna intensificação do puritanismo lesou particularmente os jovens e indicou, para surpresa de muita gente, que a adolescência é precisamente a idade em que a capacidade sexual bate todos os recordes. (...) Quase todos os adolescentes foram excitados até o ponto de ereção numerosas vezes por semana e muitos deles um certo número de vezes por dia. Devido a este constante ardor e por não poderem prolongá-lo até o orgasmo, sofrem sérios distúrbios nervosos. (...) A sociedade, entretanto, cerra impiedosamente as portas da sexualidade, em um momento da vida em que os seres humanos teriam a maior necessidade dela.”

adolescente” sequer parece se dar conta de que o sexo e a sexualidade foram justamente aqueles aspectos de que mais se falou em todos os manuais de conduta sexual juvenil.

O pensamento de W. Reich foi um importante suporte teórico e base de inspiração para a moderna sexologia e o movimento de ‘libertação do sexo’, a chamada ‘revolução sexual’, a partir dos anos sessenta. Já em um texto de 1913, escrito para a juventude socialista alemã, Reich defendera a ‘liberdade sexual’ como sinônimo de uma liberdade dos indivíduos, afirmando que a revolução socialista, para os jovens, se iniciaria por meio da liberdade sexual, a ser instaurada contra os padrões da ‘sexualidade burguesa’.⁵⁴

Reich inspirou os discursos sobre a ‘liberdade sexual’ que estão na base dos movimentos de ‘contra-cultura’ dos anos sessenta e setenta, marcados pelo ‘amor livre’, o *love power*, o *slogan* contra a guerra do Vietnã, ‘faça amor, não faça a guerra.’ O musical *Hair*, posteriormente transformado em filme pelo diretor Milos Forman, foi a tradução desse discurso libertário no teatro, ganhando imediatamente os palcos de todo o mundo, demarcando as subculturas dos jovens que dançavam, amavam, faziam sexo, política e ‘viajavam’ nos campos cor-de-rosa dos ‘*strawberry fields forever*’. Para o contra-discurso político-sexual dos anos sessenta e setenta, ‘fazer a revolução’, protestar contra regimes políticos e, principalmente, contra o discurso hegemônico da sexualidade burguesa, não estava separado de ‘fazer amor’, dado que a ‘revolução’ também era sexual.⁵⁵ Esse vínculo entre sexo e revolução contribuiu fortemente para um despertar público em relação às ‘sexualidades periféricas’: gays, lésbicas e bissexuais começaram a lutar por um lugar ao sol, por uma identidade reconhecida e respeitada.⁵⁶

⁵⁴ Cf. REICH, W.: (1975) *O combate sexual da juventude*, Porto, Textos Marginais. Cf. também GUÉRIN, D.: *Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey*, op cit., p.74: “Reich é da opinião que a supressão da sexualidade do adolescente tem igualmente por objetivo manter os jovens em um estado de submissão aos pais e aos adultos em geral. Na realidade, se esta é sua intenção, ela freqüentemente apresenta o resultado oposto, pois torna os jovens anti-sociais, revoltados e algumas vezes delinquentes e criminosos. Mas de quem é a culpa?”

⁵⁵ Cf. HOBSBAWN, E.: (1995) *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*, SP, Companhia das Letras, p. 326: “O *slogan* de maio de 1968, ‘Quando penso em revolução quero fazer amor’, teria intrigado não só Lenin ... (...) Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução. Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção.”

⁵⁶ Cf. HOBSBAWN, E.: *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*, op. cit., p.327: “O recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a freqüência do comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade. Assim, nos EUA, o surgimento público de uma subcultura homossexual abertamente praticada, mesmo nas duas cidades que determinavam tendências, San Francisco e Nova York, e se influenciavam uma à outra, só ocorreu quando já bem avançados os anos 60, e sua influência como grupo de pressão política só nos 70. Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam.”

A tão temida “sexualidade adolescente” nunca deixou de ser constituída como ‘objeto’ de uma ‘curiosidade’ incessante por parte dos especialistas, que sempre ressaltaram a necessidade de se conhecer os “adolescentes” e sua “sexualidade”, isto é, os seus hábitos e práticas sexuais, colocando o ‘sexo’ em um lugar privilegiado de suas investigações. Obter um saber sobre o ‘sexo’ dos “adolescentes” sempre foi uma questão central para o desenvolvimento da psicologia do desenvolvimento. Ao fazer com que o ‘sexo’ “adolescente” falasse, os pesquisadores pensavam descobrir a ‘verdade’ desses ‘sujeitos’, o que se deixa transparecer na afirmação do influente psicopedagogo Maurice Debesse:

“O sexo ainda pode apresentar-se envolvido de outras maneiras com as atitudes que o adolescente tem para consigo próprio e para com outras pessoas. O comportamento sexual de uma pessoa (inclusive as suas fantasias) pode refletir outros traços ou tendências de sua personalidade: a tendência a ser atencioso, ponderado e amável nas relações com os outros, ou a tendência a ser empedernido, a tendência a mostrar-se conformado ou rebelde.”⁵⁷

O discurso da psicologia da adolescência configura um exemplo privilegiado da utilização do chamado ‘dispositivo da sexualidade’, tal como Michel Foucault o denominou em sua *História da Sexualidade*. A idade moderna, delimitada entre o século XIX até os nossos dias, foi caracterizada por Foucault como a era da culminação do ‘sexo rei’, tempo em que a ‘verdade’ do ‘sujeito’ deveria ser produzida e extraída da esfera da sexualidade por meio de dispositivos científicos. Tendo em vista este raciocínio, o século XX foi prolífico em produzir ‘sujeitos’, em particular, os ‘sujeitos da sexualidade’, visto que o ‘sexo’ apareceu como o depósito das suas ‘verdades’ profundas, aquelas que os definiriam, ou melhor, os constituiriam. Da perspectiva da psicopedagogia da adolescência, tais ‘verdades’ somente poderiam ser reveladas por meio de uma ‘escavação’ científica capaz de desobstruir as camadas que encobriam o ‘sexo’ do ‘ser’ e o ‘ser’ do ‘sexo’, aperfeiçoando as técnicas que colocaram o ‘sexo’ para falar e criaram diversos ouvidos treinados para escutá-lo:

⁵⁷ Cf. DEBESSE, M.: *A Adolescência*, op. cit., p.137.

“Dentre seus emblemas, nossa sociedade carrega o do sexo que fala. Do sexo que pode ser surpreendido e interrogado e que, contraído e volúvel ao mesmo tempo, responde ininterruptamente. Foi, um dia, capturado por um certo mecanismo, bastante feérico a ponto de se tornar invisível. E que o faz dizer a verdade de si e dos outros num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e o consentimento à inquisição. Vivemos todos, há muitos anos, no reino do príncipe Mangoggul: presa de uma imensa curiosidade pelo sexo, obstinados em questioná-lo, insaciáveis a ouvi-lo e ouvir falar nele, prontos a inventar todos os anéis mágicos que possam forçar sua descrição. Como se fosse essencial podermos tirar desse pequeno fragmento de nós mesmos, não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber (...).”⁵⁸

⁵⁸ Cf. FOUCAULT, M.: *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, op. cit., p.75.

***Kids*: Fragmentos de uma ‘morte’ anunciada (?)**

A ‘morte’ e o ‘fantasma’

O filme *Kids*, lançado no verão novaiorquino de 1995, contribuiu para acentuar nos indivíduos ‘maduros’ um sentimento de desconforto, em especial nos que constituíram família ou que, de alguma forma, relacionam-se com os jovens. Mesmo antes de seu lançamento, *Kids* já fora matéria de discussão, e os adormecidos órgãos de censura classificaram-no com a sigla *NC 17*, o que, na terra do liberalismo e do *free-market*, foi considerado como ‘comercialmente danoso’, na medida em que o filme foi restringido quase que exclusivamente ao público ‘adulto’.

Após seu lançamento, *Kids* foi matéria extensiva nos principais jornais e revistas, e a opinião pública dividiu-se entre resguardar os “adolescentes” das ‘cruzas’ retratadas pelo filme, ‘sexo, drogas, rock&roll, violência e AIDS’, ou aproveitá-las para mais uma lição de ‘boa conduta’: *adolescentes, se vocês não seguirem os nossos bons ensinamentos, vocês se tornarão aqueles kids*. Desta forma, vários setores da sociedade defenderam a idéia de que o filme representava um ‘alerta geral’, dirigido aos pais e aos próprios “adolescentes”, para os ‘problemas’ da “adolescência” do final dos anos noventa.

Kids foi dirigido pelo fotógrafo Larry Clark, de 55 anos, que vem retratando a chamada “geração X”, ou a ‘geração perdida’ dos jovens dos anos 90. Para redigir o roteiro, Clark convidou Harmony Corine, um garoto de 19 anos. O trabalho de Clark não é apenas um exemplo acabado e definitivo do discurso estabelecido sobre a “adolescência”, mas também, e principalmente, apresenta um conjunto de imagens que possibilita demonstrar os limites desse mesmo discurso que constituiu a “adolescência”, e que criou e fortaleceu as instituições que, de algum modo, ainda insistem em reproduzir os seus ‘problemas’. *Kids* traz consigo uma sobreposição de textos, que ora confirmam, ora desmontam as caracterizações tradicionais sobre a “adolescência”.

Os *kids* já não se assemelham mais aos ‘perigosos’ “delinquentes juvenis” das primeiras décadas deste século, aos ‘angustiados’ “rebeldes sem causa” dos anos cinquenta, nem aos jovens ‘subversivos’ dos anos sessenta e setenta, que desejavam a revolução social e sexual. O aparecimento dos *kids*, nos anos noventa, demonstra que a “adolescência”, tal como enunciada desde o início deste século, enquanto ‘objeto’ privilegiado de preocupação dos médicos, psicólogos do desenvolvimento e pedagogos, ‘morreu’. Não obstante, os *kids* ainda permanecem como um ‘fantasma’ da “adolescência”, assombrando aqueles que insistem em preservar os elos de sustentação institucional de uma sociedade, e de um modelo ideal de vida, que também já deram seus últimos suspiros. Trata-se daqueles que lamentam a perda dos ‘valores’, da ‘moral’, do ‘respeito’ e do ‘amor’. Pais e educadores confessam-se ‘perdidos’ em relação à educação de jovens e crianças. Entretanto, foi justamente esse sentimento de ‘impotência’ diante da educação de ‘jovens’ e ‘crianças’, o elemento constitutivo para que a “família”, a “infância” e a “adolescência” se tornassem ‘objetos’ de investigação e intervenção.

Esgotamento e reinvenção de um discurso

A partir de meados dos anos 70, o tema da “adolescência”, tal como vinha sendo tratado nos ‘grandes’ manuais de psicopedagogia, sofreu deslocamentos que tornaram esse tipo de bibliografia um tanto obsoleta, muito embora ela tenha permanecido presente na formação de educadores e pedagogos, reproduzindo modelos e imagens há muito estabelecidas. O esgotamento da produção dos antigos manuais de psicopedagogia, com suas pretensões enciclopédicas e suas antigas ginásticas epistemológicas, não significa a demarcação de uma ruptura na interpretação dessa ‘fase da vida’, visto que as caracterizações da “adolescência” realizadas e reproduzidas à exaustão pelo discurso psicopedagógico, não foram de todo abandonadas, permanecendo nas entrelinhas das novas pesquisas, bem como orientando as intervenções realizadas no presente.

Deste modo, observa-se que as teses propostas pelos psicopedagogos das primeiras décadas deste século, ainda subsistem nos textos contemporâneos, que

continuam a relacionar a “adolescência” à uma ‘crise’ orgânica, psíquica e social, permanecendo, deste modo, enredados na produção discursiva da imagem ideal da “adolescência” e da maturidade:

“Nas últimas décadas, contudo, a adolescência vem sendo considerada o momento crucial do desenvolvimento do indivíduo, aquele que marca não só a aquisição da imagem corporal definitiva como também a estruturação final da personalidade. (...) O adolescente não pode ser estudado apenas sob a ótica de suas modificações corporais, pois se é verdade que nelas se radicam as angústias básicas da puberdade, não é menos certo, contudo, que sem o adequado entendimento da crise dos valores por que passa o jovem jamais lograremos compreender o real significado da transformação da criança em adulto.”¹

Ou ainda:

“Só quando a sua maturidade biológica está acompanhada por uma maturidade afetiva e intelectual, que lhe possibilite a entrada no mundo do adulto, estará munido de uma sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde a rejeição a determinadas situações cumpre-se numa crítica construtiva. [O adulto] confronta suas teorias políticas e sociais e se posiciona, defendendo um ideal. Sua idéia de reforma do mundo se traduz em ação. Tem uma resposta às dificuldades e desordens da vida. Adquire teorias estéticas e éticas. Confronta e soluciona suas idéias sobre a existência ou inexistência de Deus e a sua posição não é acompanhada pela exigência de um submeter-se, nem pela necessidade de submeter. (...) A problemática do adolescente começa com as mudanças corporais, como a definição do seu papel na procriação e segue-se com mudanças psicológicas.”²

Entretanto, mais importante do que a permanência extemporânea das velhas caracterizações da “adolescência”, nos textos do presente, é o surgimento, a partir dos anos oitenta, de discursos marcados por outras formas narrativas, orientados por um ‘novo’ modelo de busca da ‘felicidade’:

¹ Cf. OSORIO, L. C.: (1989) *Adolescente Hoje*, Porto Alegre, Artes Médicas, p.10.

² Cf. ABERASTURY, A ; KNOBEL, M. (1989, 8ª. ed.) *Adolescência Normal*, Porto Alegre, Artes Médias, p.15-6.

“Ao educar seus filhos, é claro que os pais não cometem erros conscientemente. Amam suas crianças e desejam para elas um futuro de total felicidade. Tomam atitudes erradas simplesmente porque aprenderam que são certas, não dispõem de informações que digam o contrário. Por essa razão, é tão importante saber como surge a sexualidade na vida de seus filhos. Poderão, assim, ser solidários em suas inseguranças, esclarecedores em suas dúvidas, e servir de farol para que os pequenos aventureiros empreendam sua viagem rumo à vida adulta, plena e realizada.”³

A problemática em torno da busca da felicidade já aparecera no discurso psicopedagógico dos anos sessenta, determinando a transformação da rigidez dos dispositivos educacionais e familiares, de inspiração higienista, com a introdução de novos elementos de controle e normalização dos indivíduos, mais refinados e sutis, tais como a ‘compreensão’, a ‘amizade’, o ‘amor’ e a noção de ‘medida’. Estes foram os instrumentos por meio dos quais as instituições familiar e educacional visaram um ideal de ‘felicidade’, que seria alcançado com a plena adequação do indivíduo às regras sociais vigentes. Simultaneamente, o contra-discurso produzido pelos jovens, nos anos sessenta, contestava justamente a estabilidade das instituições e o modelo burguês de ‘felicidade’.

Os anos setenta demarcariam o esgotamento do antigo discurso psicopedagógico, no contexto da dissolução das fronteiras entre adultos e “adolescentes”, e do próprio modelo de felicidade madura, amparado pelas instituições, que também dava claros sinais de esfacelamento com a popularização da pílula, do divórcio, com o questionamento dos projetos familiares centrados na monogamia e na procriação, entre outros fatores. A partir do esgotamento do registro discursivo da psicopedagogia, que inventara a “adolescência” como fase preparatória para a consumação de um modelo ideal de adulto, plenamente integrado em instituições sociais estáveis, fortalece-se, particularmente a partir dos anos oitenta, uma nova formação discursiva, a literatura de auto-ajuda, orientada pelo individualismo, pela busca instantânea da ‘felicidade’ a partir de si mesmo, e pela aquisição dos fetiches de consumo.

³ Cf. TIBA, I.: (1994, 2ª ed.) *Adolescência, o despertar do sexo. Um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações*, SP, Editora Gente, p. 130.

Ao lado das novas coletâneas ‘científicas’, que substituíram, nos anos oitenta, os antigos manuais de psicopedagogia, e que se voltam especificamente para os profissionais que ‘tratam’ da “adolescência”, começam a surgir, também, textos redigidos de forma mais simples e direta, em que os autores não precisam mais recorrer, prioritariamente, a argumentos de autoridade científica, dado que o material se destina ao público em geral. Nesse novo formato discursivo, os livros sobre a “adolescência” dos anos oitenta e noventa assumem uma linguagem fluida, cuja legitimação não depende mais apenas do recurso a conceitos ‘científicos’, mas também, e fundamentalmente, de sua capacidade para ‘esclarecer’ os interessados e permitir que eles mesmos resolvam os ‘problemas’ que os afligem, sejam eles os próprios “adolescentes”, ou a sua família.

Estes textos assumem uma forma ‘popular’ e passam a ‘falar’ imediatamente para o público concernido, abrindo mão, em certa medida, da antiga intermediação profissional: está dada a possibilidade de que os “adolescentes” e/ou seus pais possam resolver, por si mesmos, os conflitos que essa etapa da vida apresenta por ‘natureza’. Anuncia-se aqui, também, o surgimento da literatura sobre a “adolescência” na modalidade dos guias de ‘auto-ajuda’. Facilita-se o acesso ao texto, os conceitos são simplificados e a leitura se torna mais ‘agradável’. Nesse registro, os ‘problemas’ da “adolescência” são tratados mediante a sugestão de soluções que pressupõem a necessidade de uma maior cumplicidade e comprometimento entre os “adolescentes” e os adultos que os circundam. Estes textos deixam entrever um projeto de reconstituição da instituição familiar, segundo o seu modelo burguês, incorporando-se as mudanças necessárias para a sua adequação às exigências do presente:

“Como qualquer diálogo, o sexual envolve saber falar e saber ouvir. Estar preparado para o diálogo significa estar aberto para modificar seu próprio ponto de vista; o sucesso enriquece as duas partes. Não adianta um falar sem o outro ouvir, tampouco querer ouvir de quem não fala. A clareza é fundamental. (...) O melhor guia para o pai saber se a sua conversa está tendo o efeito desejado é perceber se o filho está atento e em seguida perguntar o que ele achou do que foi dito. (...) Outra dica valiosa: um diálogo é aproveitável quando não há constrangimento, seja de quem fala, seja de quem ouve. (...) O clima

afetivo, o bom humor, a verdade e a entrega garantem um bom diálogo. O amor se encarrega do resto.”⁴

O resgate da felicidade perdida

A literatura sobre a “adolescência” dos anos oitenta e noventa, isto é, as novas coletâneas ‘científicas’ dirigidas aos especialistas, e as suas versões simplificadas e direcionadas aos próprios interessados, a família e o “adolescente”, ocupou o lugar deixado vazio pelo desaparecimento dos antigos manuais. Os propósitos dessa nova literatura podem ser interpretados a partir de duas perspectivas. Tanto no sentido do resgate das instituições, a despeito de sua falência, numa última tentativa de restabelecimento da ordenação do espaço privado da família burguesa e da escola; quanto no sentido do resgate e preservação da própria “adolescência”, concebida agora enquanto projeção da ‘felicidade’ perdida dos próprios adultos.

Mesmo se os textos dos anos oitenta e noventa mantêm as antigas preocupações e caracterizações essencialistas sobre a “adolescência”, o traço que melhor os define, em relação aos seus antepassados, é o de que a “adolescência” deixou de ser considerada como aquela fase da vida que deveria sofrer as intervenções da ‘ortopedia disciplinar’. A “adolescência” deixa de ser pensada a partir da constituição de ‘adultos ideais’, para se transformar na fase da vida que concentra, em si mesma, a possibilidade da alegria e do prazer sem compromissos, segundo as projeções dos adultos, aos quais tal felicidade aparece agora como barrada e impossível.

Ao velho ideal da integração e adaptação social, se acrescenta agora o imperativo da felicidade individual a qualquer custo, aqui e agora. A “adolescência” torna-se assim o último espaço possível de ‘felicidade’ e prazer, mediado pelos fetiches da sociedade de consumo, em relação à morosidade da idade adulta: é por isso que ela tem de ser preservada e resgatada dos perigos que a rondam constantemente. Não é por acaso que o tema da gravidez na “adolescência” assumiu uma importância crucial nas últimas

⁴ Cf. TIBA, I.: *Adolescência, o despertar do sexo. Um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas*

décadas: não se trata mais de uma obsessão em torno do exercício ilícito da sexualidade, mas da ‘trágica’ interrupção da ‘melhor época da vida’. As práticas médicas e educativas que visam a prevenção da gravidez na “adolescência”, comumente fazem uso do discurso da preservação da “adolescência”, como se ela estivesse sendo ‘roubada’: a jovem grávida deixaria para trás uma promessa de felicidade, na medida em que assumiria um *status* adulto.

Nos anos oitenta e noventa, persiste ainda o nó paradoxal e insolúvel no coração da literatura sobre a “adolescência”, que continua a caracterizá-la como a idade das ‘crises’ e ‘tempestades’, ao mesmo tempo em que a investe de um ideal de extrema positividade. Se no início do século este ideal positivo se caracterizava em termos da energia renovadora e do frescor da “adolescência”, oitenta anos depois ele aparece sob a forma de um imperativo de ‘felicidade’ instantânea e total, que opera como a compensação da ‘infelicidade’ adulta.

Mas o deslocamento é profundo: a antiga “adolescência”, enquanto projeto de normalização do adulto futuro, dá espaço para uma “adolescência” que se constitui como a encarnação de uma ‘felicidade’ que tem de ser vivida no presente, devendo ser preservada, estimulada e prolongada ao máximo pelos adultos. A “adolescência” passa a guardar consigo a idealização adulta das possibilidades da aventura, da experiência, do descompromisso, das pequenas transgressões; mas qualquer descuido poderá quebrar o seu frágil encanto. Se a “adolescência” não for bem tratada, protegida e compreendida, o seu suposto potencial para a ‘felicidade’ será recoberto por crises e desajustes que se prolongarão até a idade adulta, reproduzindo-se nas novas gerações:

“O que se constata ... é um número assustador de adultos *infelizes*. Muitos deles, não receberam orientação adequada na adolescência e, portanto, tiveram seu desenvolvimento emocional bloqueado. Isso gera insatisfações, angústias, comportamentos anti-sociais e sérios conflitos que vão prejudicar os seus relacionamentos em geral. O adolescente recebe essa carga negativa - seja através da educação repressiva ou da indiferença - e acaba por sua vez, tendo o aprendizado semelhante ao dos adultos mais próximos. É bem verdade que muitos adultos reconhecem suas próprias limitações e o quanto

elas podem ser prejudiciais à criança e ao adolescente, mas se sentem ainda incapazes de modificar essa situação.”⁵

Essa ‘nova’ literatura parte da constatação da disfuncionalidade familiar, e tenta preservar a possibilidade da ‘felicidade adolescente’ como um modelo ideal para a compensação dessas disfunções e infelicidades manifestas na idade adulta. É preciso preservar a ‘felicidade adolescente’ para que o adulto tenha em quem projetar seu desejo de ‘felicidade’ impossível, em meio ao seu cotidiano monótono. Contardo Calligaris observou que os pais contemporâneos costumam vestir e educar suas crianças e “adolescentes” como se eles fossem pequenos adultos de férias: bermuda, tênis, camiseta e boné, símbolos de uma vida sem fardos e compromissos. Do mesmo modo, pode-se pensar que os adultos de férias vestem-se e comportam-se como crianças e “adolescentes”. Sugere-se assim a lógica da projeção de um desejo e de um ideal de ‘felicidade’ que, para os adultos, estaria perdido, mas que poderia ser constantemente reanimado nos próprios filhos:

“Somos loucamente necessitados de contemplar nossa própria felicidade, ao ponto de querer encontrar sua imagem em nossas crianças e adolescentes. Isso é regra em nossa cultura há tempo. Por isso, se quer saber por onde anda nosso desejo, é só olhar para os adolescentes, pois sua aspiração à diferença se resolve sempre, em última instância, em uma respeitosa identificação ao que nós gostaríamos de ser. Mesmo que eventualmente não queiramos sabê-lo. A imagem um pouco bovina dos novos consumidores que não trabalham é o nosso sonho. Se nos parece caricatura, é porque salienta os traços menos confessáveis: a droga é caricatura (apenas) de nossos prozaques, a ignorância é caricatura de nossos esquecimentos, a desenvoltura é caricatura de nossa malandragem.”⁶

O recente investimento afetivo e econômico, em suma, o intenso investimento egóico dos adultos em relação às crianças e aos “adolescentes”, que se vêem colocados na posição de cumprir os ideais de ‘felicidade’ dos próprios pais, tem também as suas conseqüências reflexas. Em uma recente pesquisa realizada com os “*teens* do Mercosul”,

⁵ Cf. COSTA, M.: (1986, 4ª. ed.) *Sexualidade na Adolescência dilemas e crescimento*, Porto Alegre, L&PM, p.8, grifos meus.

verificou-se que no Brasil da classe média em ascensão o “adolescente” tornou-se o grande ditador dentro de instituições em frangalhos: a família e a escola. Segundo a autora da pesquisa,

(...) as relações mais fluidas e desestruturadas redundaram numa *overdose* de democracia, produzindo a FILHOCRACIA, que é a escravidão voluntária dos pais pelos sentimentos de culpa. Os filhos dominam os pais com as suas vontades e os sentem como se fossem uma extensão de si mesmos, verdadeiros “braços” que levam os jovens a alcançar tudo no mundo e na vida, da mesma forma como os bebês sentem as mães.⁷

A ‘filhocracia’ é a constatação do crescente individualismo egoísta e narcísico, que justifica preconceitos, intolerâncias e falta de solidariedade política em nome do interesse próprio. O desejo do ditador *teen*, representante ou funcionário do próprio desejo dos pais, demonstra o narcisismo que ronda as relações familiares e a exclusão absoluta do outro. A ‘filhocracia’, como o próprio termo sugere, constitui o momento em que as tradicionais relações entre pais e filhos, entre o “adolescente” e as instituições, se subvertem, concentrando grande quantidade de poder nas mãos de crianças e “adolescentes”, que agora controlam e subjagam os adultos, a partir do seu próprio desejo de ‘felicidade’.

A ‘filhocracia’ representa o esgarçamento limite do modelo de “adolescência”, tal como construído pelos manuais de psicopedagogia, e ‘reformado’ pela nova literatura dos anos oitenta e noventa. Enquanto a imagem da “adolescência” foi constituída segundo os moldes dos manuais de psicopedagogia, as características que demarcavam esta ‘fase’ da vida estavam sempre vinculadas a modelos ideais de conformidade e dependência, criados pelas instituições e a elas subordinados. A partir do momento em que se percebe mais claramente a fragilidade e o esfacelamento das instituições, o modelo de “adolescência” construído pela ‘nova’ literatura desloca-se para o plano da intimidade, estimulando um narcisismo que perpassa todas as relações em que o “adolescente” está

⁶ Cf. CALLIGARIS, C.: (1996) “Adolescente Profissional” in *Crônicas do Individualismo Cotidiano*, SP, Ática, p. 228.

⁷ Cf. COUTO, K.: (1997) “Teens do mercosul: o futuro tem dono” in JERUSALINSKY, A. *et alii*, *Adolescência: entre o passado e o futuro*, Porto Alegre, Artes e Ofícios, p.262.

envolvido: com seus pais, com a escola, e com seus pares.⁸ Foi neste contexto contemporâneo, em que se anunciava a ‘dissolução’ da figura do “adolescente”, que surgiu a ‘filhocracia’ e, no seu rastro, os *kids*.

O que aconteceu com os “adolescentes” ?

Os *kids* transbordaram das telas do cinema e demonstraram um destino da “adolescência” nos anos noventa: a dialética entre a ‘extrema marginalidade’ e a sua ‘morte’ anunciada. A AIDS, fio condutor do filme, pode ser interpretada como metáfora de dois subtextos. Um deles é sintetizado na fala final do personagem *Casper* - “*Jesus, what happened ...*” -, ao acordar em um apartamento onde aconteceu tudo aquilo que as instituições tentaram impedir que acontecesse: drogas, sexo, estupro e uma possível contaminação pela AIDS. Esta é a fala das instituições: *o que aconteceu com os adolescentes?* Em uma segunda interpretação, a AIDS pode representar o fim metafórico da “adolescência” como uma etapa para a vida adulta, e como um projeto dos próprios adultos. Os *kids* já simbolizam a ausência de projeto, anunciando a ‘morte’ simbólica da “adolescência” com o rompimento da cadeia de retroalimentação narcísica do ‘modelo de felicidade’ engendrado pelo desejo do adulto.⁹

Os *kids* são o retorno dos *living-deads*, imagem recorrente nas narrativas dos filmes de terror que tanto os fascina. Eles representam o fantasma da “adolescência” que ‘sobreviveu’, são os ‘mortos-vivos’ entre os escombros do desmoronamento efetivo das instituições: “família”, “escola”, “saúde”. Vistos a partir desta perspectiva, os *kids* são os ultra ‘transgressores’ e ‘delinquentes’, os ‘hipersexuados’ e ‘drogados’, os ‘contaminados pelo vírus da AIDS’, última das figuras ‘negativas’ criadas neste século,

⁸ Nesse sentido, Contardo Calligaris observou que “Nossa pedagogia é, assim, uma valsa entre instruções para a felicidade adulta e prescrições para a felicidade infantil; seu ideal impossível seriam instruções que não comprometam a felicidade infantil: aprender cantando, cantar errado: um *curriculum* de estudos e aprendizagem leve e jocoso, como um eterno jardim-de-infância, mas eficiente como um cursinho.” Cf. CALLIGARIS, C.: “Essas crianças que amamos demais” in *Crônicas do Individualismo Cotidiano*, op. cit., p.216.

⁹ Segundo Calligaris, “Os clássicos filmes americanos sobre a adolescência, desde *Rebel without cause* (de 1955), sempre insistiram sobre o caráter inadaptado do adolescente, deixando-lhe a escolha: morrer ou se tornar adulto. No filme de Clarke, os adolescentes morrerão eventualmente. Mas de ‘se tornar adulto’, nem se fala.” Cf. CALLIGARIS, C.: “*Kids*” in *Crônicas do Individualismo Cotidiano*, op. cit., p. 235.

depois da ‘gravidez’ na “adolescência”. Tanto gravidez quanto a contaminação constituem imagens-limite da “adolescência”, das quais ela não pode mais ser resgatada.

No interior dessa leitura, as perguntas feitas pelos intérpretes são: *onde está o problema? quem é o culpado por uma geração desperdiçada, mal-educada, selvagem, drogada, e agora contaminada? Quem falhou ? Foi a família? a escola? as instituições encarregadas de reeducar os jovens-problema?* Próxima etapa deste raciocínio: identificam-se as falhas, distribui-se a culpa e, finalmente, determina-se que a falta disso ou daquilo - de mais educação, de mais controles, de mais amor, de novos valores, de mais compreensão, mais diálogo, mais terapia, mais pesquisas, mais informação, maior sutileza nas técnicas educacionais, e uma infinidade de outros ‘reajustes’ - foi responsável pela catástrofe e pelas estatísticas que demonstram que os ‘problemas’ da “adolescência” aumentaram assustadoramente. Mais uma vez, a resposta imediata está sempre contida em uma idéia de aperfeiçoamento das intervenções, das terapias, dos sistemas educacionais, dos professores e dos pais.

No entanto, as instituições retratadas no filme, já não são mais do que ‘fragmentos’ do esfacelamento de si mesmas, o que fica evidente na ausência quase absoluta do mundo adulto. A ‘família’ surge em uma caricatura da ‘mãe’ amamentando seu bebê diante da TV ligada, ao mesmo tempo em que um cigarro balança na borda do cinzeiro. Seus seios inchados de leite guiam os olhos do desejo do “adolescente” que presencia a cena. É verão, época das férias escolares, e as clássicas cenas de *high school*, símbolo máximo da “adolescência” norte-americana, desapareceram. Não há mais espaço para idealizações, times de basquete, *cheerleaders* balançando seus *pon-pons*, e professores bobocas enganados pelos espertos *teenagers*. A escola não é mais do que as grades que protegem uma piscina, barreira que os *kids* transpõem para refrescar seus corpos quase andróginos no calor escaldante de Nova York.

A instituição de saúde surge no contexto da entrega do resultado de um exame de AIDS, retratadas nos personagens de duas atendentes, uma ‘negra’, de quem a garota latina recebe informações sobre ‘sexo seguro’, e uma ‘loira’, que entrega à garota americana o resultado positivo do seu teste, dizendo apenas: *“I’m sorry Jane, I’m really sorry ...”* Ela se desculpa de quê? Também por ter falhado? *I’m sorry ...*, discurso-síntese: todos sentem muito, a sociedade sente muito, arma-se um grande *mea-culpa*: *nós os*

‘inventamos’ e agora todos sofremos, constatação que encerra o filme na condição de retrato acabado de um projeto falido. Instituição e sujeito criado se dicotomizaram de tal forma, que a coexistência de ambos não mais representa uma possibilidade de conflito, o que poderia representar as prerrogativas para a reconstrução de ambos. No entanto, enquanto um se desculpa, o outro o ignora.

A apresentação do resultado positivo do exame é a peça que desencadeia o jogo dos desencontros, que insufla o filme de medo e movimento. A noção de uma vida vivida no presente é marcante na narrativa proposta: a história é a narração de um dia de verão na vida daqueles *kids*. As teias de contaminação vão sendo construídas no ritmo próprio de uma narrativa de filmes de horror. O “garoto assassino”, sem ter conhecimento de sua própria condição, deseja apenas as virgens: Telly justifica sua preferência dizendo que *elas são limpas*, quer dizer, puras e isentas de contaminação.

Instaura-se um jogo de subversão dos modelos estabelecidos. Entre as garotas que fazem o teste de HIV, a latina decide fazê-lo porque acredita estar em situação de risco, e a americana o faz simplesmente para acompanhar a amiga. A personagem que se encontra na ‘situação de risco’ é aquela que, confessadamente, possuiu vários parceiros, já praticou sexo anal desprotegido e, além do mais, pertence a uma “minorias racial”. No entanto, o seu teste resulta negativo. Jane, a americana branca, que teve um único parceiro, uma única relação sexual vaginal, é justamente quem está contaminada, subvertendo assim a ordem simbólica da “situação de risco”.¹⁰

Com o resultado positivo do seu exame, Jane sai em busca da possibilidade de romper o claustro em que está aprisionada. Ela quer ‘falar’, mas não há ninguém que possa ouvi-la. Quer comunicar ao garoto que ele também está contaminado, acredita poder encerrar a cadeia de contaminação, mas não o encontra. Enquanto Jane sai em uma

¹⁰ A subversão da noção de risco em relação ao que está posto como verdadeiro é uma das questões interessantes apresentadas pelo filme, possibilitando uma interpretação que contemple a noção da construção da idéia de “risco”. Cf. KENDAL, K.: (1995) “Construction of Risk in AIDS Control Program - Theoretical Bases and Popular Response” in PARKER, R.; GAGNOS, J. H. (orgs.): *Conceiving Sexuality - Approaches to Sex Research in a Postmodern World*, NY, Routledge, p.250. Para Kendal, a idéia de risco pertence formalmente aos domínios da epidemiologia, e só pode ser definida em sua multidisciplinaridade, como um conceito socialmente construído e historicamente situado, particularmente em relação ao estudo da sexualidade humana. “À noção de risco encontram-se adicionados uma série de idéias, que perpassam o imaginário da saúde e do bem-estar; essas noções não são passíveis de ser separadas em relação à políticas e à moral vigente. Assim, quanto ao conceito de risco, este se encontra em uma imbricada rede de idéias, provenientes tanto da epidemiologia como da cultura popular, e que,

busca alucinada para encontrar Telly, ele vai calmamente colocando em prática seus toscos artifícios de sedução: naquela noite, ele pretende ‘transar/traçar’ mais uma virgem. A expectativa da platéia é por saber se Jane encontrará Telly antes de uma possível nova contaminação.

No entanto, o tradicional ‘final feliz’ do cinema de massa não tem como se repetir, e quando Jane o encontra a nova ‘vítima’ já foi seduzida. Ela abre a porta do quarto em que eles estão e o ritmo veloz e alucinado de sua busca é transformado no ritmo em ‘câmera-lenta’ que acompanhou toda a trajetória de Telly e seus amigos, em sua jornada pela cidade dormente de calor. O descompasso dos ritmos determina duas temporalidades, uma delas marcada pelo ritmo frenético do desespero e da incerteza, e a outra marcada por uma ‘ginga’ repetitiva que apenas reforça as certezas e previsibilidades de um cotidiano marcado por pequenos delitos: furta-se um pêssego, uma cerveja, espanca-se um passante, fuma-se maconha, e seduz-se uma garota. Jane não só é incapaz de evitar a próxima contaminação como, também, em mais uma situação de inversão de papéis, torna-se ela própria, involuntariamente, agente de uma possível nova contaminação. Subvertendo mais uma vez a ordem dos papéis estabelecidos, ela, que até aquele momento corria para pôr fim à cadeia do contágio, transforma-se em potencial contaminante ao ser estuprada por Casper, outro *kid*, enquanto dorme no sofá da sala, sob o efeito do *ecstasy*.

O filme deixa o público perplexo, e a frase de Casper, que o encerra - *Jesus, what happened?* - permanece reverberando nos ouvidos dos espectadores ‘adultos’, entoando novamente a melodia da culpa: “*Sim, nós falhamos...*” No entanto, gerações e gerações de adultos já vinham ‘falhando’ com seus “adolescentes”, desde há muito tempo, repetindo um ‘erro’ que é justamente o elemento constitutivo desse ‘sujeito’: afinal, o projeto designado para a “adolescência” foi sempre marcado pelo ‘risco’ iminente da falha e de sua impossibilidade.

Até então, as narrativas sobre os “adolescentes” apresentavam suas ‘transgressões’ como um prelúdio de divertimentos e descompromissos, antes que fosse estabelecido um padrão de maturidade. A “adolescência” era apresentada como orientada para a vida

entrelaçadas, estabelecem uma noção de saúde marginal à idéia de essência a ser resgatada; esta apresenta-se como uma noção de saúde compreendida na sua territorialidade e temporalidade.”

adulta, de modo que as suas transgressões seriam passageiras, e o futuro, uma certeza. Os *kids* não mais possuem a mesma orientação temporal da “adolescência”, pois, para eles, não existe passado e muito menos futuro, dado que o ‘amanhã’ representa a estreita repetição de prazeres e atividades que já se encontram sempre no presente.

A perplexidade em relação aos *kids* aparece na medida em que as suas ‘transgressões’ não mais representam a imagem de ‘rebeldia’ que acompanhou a “adolescência” no discurso científico: no filme, a velha ‘transgressão’ aparece quase como um conjunto de ‘reflexos motores’ inconscientes. Os *kids* sequer sonham em conhecer o mundo, pois este já está conhecido e não é mais do que o seu entorno, alterando-se assim, também, a idéia de espacialidade que definia a “adolescência” como o momento das descobertas. Para os *kids*, o mundo é o ‘aqui e agora’; não há mais nada a ser descoberto, tudo já está dado, determinado pela satisfação imediata do desejo.

O profundo desconforto dos adultos em relação aos *kids* pode ser interpretado no sentido de que eles ignoram o seu projeto de ‘felicidade’ para a “adolescência”. A indignação dos adultos pode ser um sinal de que os *kids* mancharam o seu próprio projeto de ‘felicidade’, em vez de executá-lo.

A ‘adolescência’ morreu; viva as *adolescências*!

No campo aberto pelas ilusões perdidas, restaria a alternativa de pensar a *adolescência* não mais como uma ‘fase’ da vida, dotada de características essenciais, mas em termos de múltiplas possibilidades de subjetivação, isto é, como diferentes formas possíveis de se colocar em um mundo que é sempre o mesmo, mas que pode ser reinventado pelas possibilidades humanas. O mundo pode ser vivido e recriado por uma diversidade de ‘sujeitos’, *crianças, jovens, adultos ou velhos*, assumindo-se a possibilidade de um ‘devir’ destituído de projetos, em sua plena abertura.

O psicanalista Peter Paul Perbart, em um texto no qual reflete sobre pacientes psicóticos, sugere que a possibilidade de sua ‘recuperação’ passa pelo questionamento

dos horizontes fechados de um mundo que já está dado, e que se apresenta inóspito. Para Pelbart, a alternativa seria pensar em ‘sujeitos’ que se investem do que ele chamou, refletindo a partir do filme *Asas do Desejo*, de Wim Wenders, de “devir anjo”, isto é, a partir de uma tentativa de colocar-se diante da certeza da finitude, transcendendo a ‘dor’ do existir. Talvez, essa possibilidade resida no brincar com os modelos constituídos, criando novas possibilidades de viver e de se relacionar com os escombros das instituições estabelecidas, rompendo com os modelos estáticos de “família”, “infância”, “adolescência” e “maturidade”, e estabelecendo um jogo de separar, juntar, reorganizar e inventar formas de inserção no mundo que, de alguma maneira, estourem o claustro em que fomos abandonados. Ou talvez, trate-se justamente de “dissolver” todos os modelos, inclusive o de si próprio, e encarar de frente uma realidade que se mostra multifacetada, como o propôs o escritor Italo Calvino:

“Nesse ponto, só resta a Palomar apagar da mente os modelos e os modelos de modelos. Completado também esse passo, eis que ele se depara face a face com a realidade mal padronizável e não homogeneizável, formulando os seus ‘sins’, os seus ‘nãos’, os seus ‘mas’. Para fazer isso, melhor é que a mente permaneça desembaraçada, mobiliada apenas com a memória de fragmentos de experiências e de princípios sub-entendidos e não demonstráveis. Não é uma linha de conduta da qual possa extrair satisfações especiais, mas é a única que lhe parece praticável.”¹¹

Refletir tendo em vista o campo aberto das possibilidades, significa pluralizar as instituições e sujeitos que o mundo apresenta como unidades ou totalidades singulares: contra os modelos estabelecidos, as *adolescências*, as *famílias*, as *maturidades*, as *infâncias*, as *velhices*, sem o quê o risco do sufocamento é iminente. Contra o estreitamento dos modelos institucionais do mundo, a disseminação das possibilidades, como o pensou Pelbart:

“No filme de Wenders, um dia um anjo resolve encarnar: vira mortal de carne e osso, com frio, fome, sede, saudade, sangue e dor, tudo aquilo a que nós temos direito cotidianamente, e que é o nosso quinhão precioso sobre esse planeta. O ex-anjo-recém-encarnado

¹¹ Cf. CALVINO, I.: (1994) *Palomar*, SP, Cia das Letras, p.99.

apaixona-se pela então trapezista solitária, e vive com ela um instante único em que sente ter descoberto, pela primeira vez, a verdadeira eternidade. Não a eternidade vazia dos anjos, mas a eternidade cravada na fugacidade de um devir (...). E o ex-anjo-tornado-mortal, através desse instante diamantino, embarcou no que se poderia chamar de um devir anjo. (...) Necessitamos de muito espírito aventureiro para ir forjando asas, tanto no interior de uma instituição como fora dela, que permitam (...) escapar a essa violência binária, que consiste em ter que optar sempre seja por um precipício abissal, seja pelo suave paraíso asséptico de uma saúde, saúde sem desejo de asas nem um devir-anjo.”¹²

¹² Cf. PELBART, P. P.: (1993) “Um desejo de asas” in *A Nau do Tempo Rei. Sete Ensaios sobre o tempo da loucura*, RJ, Imago, pp.21,27.

Referências Bibliográficas

- ABERASTURY, A.: KNOBEL, M.: (1989, 8^a. ed.) *Adolescência Normal*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- ACLAND, C. R.: (1995) *Youth, Murder, Spectacle. The Cultural Politics of "Youth in Crisis,"* Boulder, Westview Press.
- ALAIMO, K.: (1992) "Shaping Adolescence in the Popular Mileu: Social Policy, Reformers, and French Youth, 1870" in *Journal of Family History*, vol. 17, n. 4, London, JAI Press Inc..
- ALLENDI, R.; LOBSTEIN, H.: (s/d) *Le Probleme Sexuel à L'école*, Paris, Editions Montaigne.
- ALMEIDA JÚNIOR, A.: (1951, 2^a.edição) *A Escola Pitoresca e outros trabalhos*, Companhia Editora Nacional.
- AMORIN, P. H.: (1965) "Como vai a Juventude: o que pensa, o que faz, o que quer, o que teme" in *Fatos e Fotos*, ano 5, n. 253.
- ARAÚJO, R. M. B.: (1993) *A Vocação do Prazer - A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*, RJ, Rocco.
- ARIÈS, P.: (1986, 2^a.ed.) *História Social da Criança e da Família*, RJ, Guanabara.
- ATHANÁSIO, E.: (1988, 10^a. ed.) *Adeus à infância*, Petrópolis, Vozes.
- BARRÁN, J. P.: (1996) "El adolescente, una creación de la modernidad?" in BARRÁN, J. P.; CAETANO, G. e PORZECANSKI, T. (org.) *Histórias de la Vida Privada en el Uruguay. El Nascimento de la Intimidad 1870-1920*, Tomo 2, Montevideo, Ediciones Santillanas.
- BASSANEZI, C.: (1997) "Mulheres dos anos dourados," in PRIORE M. D. (org.) *História das Mulheres no Brasil*, SP, Contexto.
- BÉJIN, A.: (1983) "O poder dos sexólogos e a democracia sexual," in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora.
- BENEDICT, R.: (1934) *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil.
- BIERENT, L.: (1896) *La puberté chez l'homme et chez la femme*, Paris, Société d'editions scientifiques.

BOAS, F.: (1978) "The Aims of Ethnology" in STOCKING, Jr, G. W.: (ed.): *A Franz Boas Reader. The Shaping of American Antropology, 1883-1911*, Chicago, The University of Chicago Press.

BROOKS, D. F.: (1948) *La Psicologia de la Adolescência*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz, S.R.L

BÜHLER, C.: (1950) *La Vida Psiquica del Adolescente*, Buenos Aires, Espasa-Calpe.

CALCANO, A. D.: (1948) "Prólogo de *La Psicologia de la Adolescência*" in BROOKS, D. F.: *La Psicologia de la Adolescência*, Buenos Aires, Editorial Kapelusz, S.R.L

CALLIGARIS, C.: (1998) "Infância roubada," in *Folha de São Paulo. Caderno Mais*, SP, Domingo, 3 de maio.

CALVINO, I. (1994) *Palomar*, SP, Cia. das Letras.

CARDOSO, O. B.: (1968) *O Livro do Adolescente*, RJ, Conquista.

COLEMAN, J. S.: (1961): *The Adolescent Society. The social life of the teenager and its impact on education*, Glecoe, Free Press.

COSTA, J. F.: (1983, 2ª. ed.) *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Graal.

COSTA, M. (1986, 4ª. ed.) *Sexualidade na Adolescência, dilemas de crescimento*, Porto Alegre, LP&M.

COSTA, J. F.: (1992) *A Inocência e o Vício - Estudos sobre o Homoerotismo*. RJ, Relume-Dumará.

COUTO, K. (1997) "Teens do mercosul: o futuro tem dono" in JERUSALINSKY, A. *et alii*, *Adolescência entre o passado e o futuro*, Porto Alegre, Artes e Ofícios.

DEBESSE, M.: (1965, 3ª. edição) *A Adolescência*, Lisboa, Publicação Europa-América.

DONZELOT, J.: (1986, 2ª. ed.) *A Polícia das Famílias*, RJ, Graal.

FAU, R.: (1961, 2ª ed.) *Crianças e Adolescentes: Grupos e Amizades*, RJ, Editora Fundo de Cultura.

FERRAZ, J. S.: (1960) *Psicologia do Adolescente*, Limeira, Edições "Letras da Província".

FOUCAULT, M.: (1984, 3ª ed.) *Vigiar e Punir - Nascimento das Prisões*, RJ, Vozes.

FOUCAULT, M.: (1984, 4ª ed.) "Nietzsche, a Genealogia e a História" in *Microfísica do Poder*, RJ, Graal.

FOUCAULT, M.: (1984, 4ª ed.) “Sobre a História da Sexualidade,” in *Microfísica do Poder*, RJ, Graal.

FOUCAULT, M.: (1984, 4ª ed.) “Não ao Sexo Rei” in *Microfísica do Poder*, RJ, Graal.

FOUCAULT, M.: (1984, 5ª. ed.) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, RJ, Graal.

FOUCAULT, M.: (1997) *As Palavras e as Coisas*, SP, Martins Fontes.

FREITAS, J. I.: (1965) “Jovem Zona Sul: o que pensa e o que faz” in *Fatos e Fotos*, ano 5, n. 249.

FRIEDENBERG, E. Z.: (1972, 2ª. edição) “The image of the Adolescence Minority” in ROGERS, D. *Issues in Adolescent Psychology*, NY, Appleton-Century-Crofts.

GAJARSA, J. A.: (1967) *A juventude diante do sexo*, SP, Brasiliense.

GALLATIN, J.: (1975) *Adolescência e Individualidade*, SP, Harper & Row do Brasil.

GALLI, M.: (1993) “*Antropologia Culturale e Processi Educative*,” Firenze, La Nuova Italia.

GAY, P.: (1991) *FREUD - Uma Vida para o Nosso Temp*, SP, Companhia das Letras.

GESELL, A.; ILG, F. L.; AMES, L. B.: (1956) *Youth: The years from ten to sixteen*, NY, Harpor.

GESELL, A.; ILG, F. L.; AMES, L. B.: (1967, 3ª. ed.) *El niño de 13 y 14 años*, Buenos Aires, Editorial Paidós.

GESELL, A.; ILG, F. L.; AMES, L. B.: (1967, 3ª. ed.) *El niño de 15 y 16 años*, Buenos Aires, Editorial Paidós.

GILLIS, J. R.: (1981) *Youth and History - Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present*, NY, Academic Press.

GOETHE, J. W.: (s/d) *Werther*, Lisboa, Verbo.

GOTTILEB, D.; REEVES, J.: (1968) “A Questão das Subculturas juvenis,” in BRITTO, S.: (org.) *Sociologia da Juventude II: para uma Sociologia diferencial*, RJ, Zahar.

GRAEBNER, W.: (1990) *Coming fo age in Buffalo. Youth and Authority in the Postwar Era*, Philadelphia, Temple University Press.

GRINDER, R. E.; STRICKLAND, C. E.: (1968) "A significação da obra de G. S. Hall," in BRITTO, S.: (org.) *Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*, RJ, Zahar.

GUÉRIN, D.: (1980) *Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey*, SP, Ed. Brasiliense.

HALL, G. S.: (1904) *Adolescence: its psychology and its relation to antropology, sociology, sex, crime, religion and education. Vol. I - II.* N. Y., Appleton.

HEINE, W. S.: (1992) "The Development of Leisure and the transformation of Working-Class Adolescence, Paris, 1830-1940" in *Journal of Family History*, Vol. 17, No. 4, London, JAI Press Inc..

HOBBSAWN, E.: (1995) *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*, SP, Companhia das Letras.

HOLLANDA, S. B.: (1982) *Raízes do Brasil*, RJ, José Olympio.

HOLLINGWORTH, L. S.: (1928) *The Psychology of the Adolescent*, New York, Appleton.

HUMPHRIES, S.: (1984) *Hooligans or Rebels? An Oral History of Working Class Childhood and Youth. 1889-1939*, NY, Basil Blackwell.

JERSILD, A. T.: (1973, 5^a. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, Companhia Editora Nacional.

JOLY, H.: (1894) *Adolescent de treize à dix-huit ans*, Paris, Librairie de la "Nouvelle Revue".

KENDAL, K.: (1995) "Construction of Risk in AIDS Control Program - Theoretical Bases and Popular Response" in PARKER, R.; GAGNOS, J. H. (orgs.) *Conceiving Sexuality - Approaches to Sex Research in a Postmodern World*, NY, Routledge.

KNOBEL, M.: (1981) "Uma visão psicanalítica do adolescente e da adolescência" in KNOBEL, M.; PERESTRELO, M.; UCHOA, D. M. (orgs.) *Adolescência na Família Atual: Visão Psicanalítica*, RJ, Livraria Ateneu.

LAJONQUIÈRE, L.: (1993) *De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens*, Petrópolis, Vozes.

LAJONQUIÈRE, L.: (1996) "A criança, 'sua' (in)disciplina e a psicanálise," in *Indisciplina na Escola - alternativas teóricas e práticas*, SP, Summus Editorial.

LAQUEUR, T.: (1990) *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*, Cambridge Mass., Harvard University Press.

- LEÃO, A. C.: (1950) *A Adolescência e sua Educação*, SP, Companhia Editora Nacional.
- L'Encyclopedie Roger Boussinot du Cinema*, (1989) Paris, Bordas.
- MACHADO, R.: (1988, 2^a ed.) *Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault*, R.J., Graal.
- MALVANO, L.: (1996) "O Mito da Juventude Transmitido pela Imagem: O Facismo italiano" in LEVI, G.; SCHIMITT, J. (org.) *História dos Jovens - Vol. II - Da Antigüidade à Era Moderna*, SP, Companhia das Letras.
- MANHOOD, L.; LITTLEWOOD, B.: (1994) "The Vicious Girl and the Street-Corner Boy: Sexuality and Gendered Delinquent in Scottish Child-Saving Movements, 1850-1940, in *Journal of the History of Sexuality*, Vol. 4, No. 4, april, Chicago, The University of Chicago Press.
- MARCUS, S.: (1975) "Introduction" in FREUD, S.: *Three Essays on the Theory of Sexuality*. NY, Basic Books.
- MARQUES, V. R. B.: (1994) *A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e Discurso Eugênico*, Campinas, Ed. Da Unicamp.
- MARRO, A.: (1899) "Le rôle social de la puberté" in *Revue Philosophique*, 47: juin.
- McDANIEL Jr, C. O.: (1972, 2^a ed.) "Dating Roles and Reasons for Dating" in ROGERS, D. S.: *Issues in Adolescent Psychology*, NY, Appleton-Century-Crofts.
- MEAD, M.: (1988, 3^a ed.) *Sexo e Temperamento*, SP, Perspectiva.
- MELLO, J. P.: (1846) *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento do fluxo catamenial*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- MENDOUSSE, P.: (1955) *L'Âme de l'Adolescente*, Paris, P.U.F.
- MENDOUSSE, P.: (1955, 6^a edição) *L'Âme de l'Adolescent*, Paris, P.U.F.
- MICHAUD, E.: (1996) "Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich" in LEVI, G.; SCHIMITT, J. (org.) *História dos Jovens - vol.II - Da Antigüidade à Era Modern*, SP, Companhia das Letras.
- MILLOT, C.: (1987) *Freud Antipedagogo*, RJ, Jorge Zahar Editor.
- MUCHAIL, S. T.: (1983) "Identidade Normalizada" in *Boletim do Grupo de Pesquisa sobre Identidade Social - "Anais do Primeiro Encontro Interdisciplinar sobre Identidade,"* SP, PUC-SP.

MUCHAIL, S. T.: (1985) “Notas sobre as relações entre a filosofia e as ciências humanas,” in *Epistemologia das ciências sociais - série cadernos Puc*, SP, EDUC.

MUGIATTI, R.: (1966) “O Diálogo Importante entre Filhos e Pais” in *Manchete*, ano 14, n. 753.

MUUSS, R. E.: (1971) “The Philosophical and Historical Roots of Theories of Adolescence” in MUUSS, R. E. (ed.) *Adolescent Behavior and Society: A Book of Readings*. N. Y., Random House.

MYRA Y LOPEZ, E.: (1954, 2ª. ed.) *Psicologia Evolutiva da Criança e do Adolescente*, RJ, Editora Científica.

NÉRICI, I. G.: (1967, 3ª ed.) *Adolescência - O Drama de uma Idade*, RJ, Editora Fundo de Cultura.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. (1986 2ª. edição), 23ª. impressão, SP, ed. Nova Fronteira.

OSÓRIO, L. C.: (1989) *Adolescente Hoje*, Porto Alegre, Artes Médicas.

OUTERAL, J. O.: (1994) *ADOLESCER - Estudos sobre adolescência*, Porto Alegre, Artes Médicas.

PAIVA, V.: (1996) “Sexualidade adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual,” in PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.) *Sexualidades Brasileiras*, RJ, Relume-Dumará.

PASSERINI, L.: (1996) “A Juventude, Metáfora da Mudança Social. Dois Debates sobre os Jovens: A Itália Fascista e os Estados Unidos da Década de 1950” in LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (org.) *História dos Jovens - Vol. II - Da Antigüidade à Era Moderna*, SP, Companhia das Letras.

PELBEART, P. P.: (1993) “Um desejo de asas” in *A Nau do Tempo Rei. Sete Ensaios sobre o tempo da loucura*, RJ, Imago.

PERROT, M.: (1994) “A Juventude Operária. Da Oficina à Fabrica” in LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) *História dos Jovens - Vol. II - Da Antigüidade à Era Moderna*, SP, Companhia das Letras.

PFROMM NETTO, S.: (1976, 5ª. ed.) *Psicologia da Adolescência*, SP, Pioneira/MEC.

RAGO, M.: (1997, 3ª. ed.) *Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*, RJ, Ed. Paz e Terra,

RAGO, M.: (1995) “O efeito Foucault na historiografia brasileira,” in *Tempo Social - Foucault um pensamento desconcertante*, Rev. de Sociol. da USP, vol. 7, n. 1-2, outubro.

- RAGO, M.: (1991) *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo*, RJ, Paz e Terra.
- REICH, W.: (1975) *O combate sexual da juventude*, Porto, Textos Marginais.
- ROUSSEAU, J. J.: (1992) *Emílio ou da Educação*, RJ, Bertrand Brasil.
- RUSSELL, B.: (1938) *Vieja y Nueva Moral Sexual*, Buenos Aires, Editorial Losada.
- SANDSTRÖM, C. E.: (1969) *A Psicologia da Infância e da Adolescência*, RJ, Zahar.
- SANTOS, D.M.: (1962) *Noções de Psicologia do Adolescente*, SP, Cia Editora Nacional,
- SCHINDLER, N.: (1996) “Os tutores da desordem: Rituais da Cultura Juvenil nos Primórdios da Era Moderna” in LEVI, G.; SCHIMITT, J. C. (org.) *História dos Jovens - Vol. I - Da Antigüidade à Era Moderna*, SP, ed. Companhia das Letras.
- SENNET, R.: (1997) *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*, RJ, Record.
- SIMMONS, J.: (1995) “Censoring Rebel” in *Journal of Popular Film and Television*, v. 23, n.2.
- SOARES, C.: (1994) *Educação Física. Raízes européias e Brasil*, Campinas, Autores Associados.
- SOARES, C.: (1998) *Imagens da Educação no Corpo*, Campinas, SP, Editores Associados.
- SPRANGER, E.: (1968, 9ª ed.) *Psicologia de la Edad Juvenil*, Madri, Revista de Occidente.
- TIBA, I.: (1994, 2ª ed.) *Adolescência, o despertar do sexo. Um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações*, SP, Editora Gente.
- THOMPSON, E. P.: (1972) “Rough Music: Le Charvari Anglais” in *Annales Economie Société et Civilisation*, 27 (2), março-abril.
- VALENSIN, G.: (1967) *Adolescence et Sexualité*, Paris, Éditions de la Table Ronde.
- VEIGA-NETO, A. J.: (1995) “Michel Foucault e Educação: Há algo de novo sob o sol?” in VEIGA-NETO, A. J. (org.) *Crítica Pós-Estruturalista e Educação*, Porto Alegre, Sulina.
- VEYNE, P.: (1982) *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*, DF, Cadernos UnB.

VIDAL, D. G.: (1998) “Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930,” in *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*, SP, Plêiade.

VINOVISKIS, M.A.: (1981) “An ‘epidemic’ of Adolescent Pregnancy? Some Historical Considerations” in *Journal of Family History*, vol. 6, n.2, London, JAI Press Inc..

WALKERDINE, V.: (1998) “Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista,” in SILVA, T. T.: (org.) *Liberdades Reguladas - A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*, Petrópolis, Editora Vozes.

WALL, W. D.: (1948) *The Adolescent Child*, London, Methuen & Co.

WEGS, R. J.: (1992) “Working-Class ‘Adolescence’ in Austria, 1890-1930” in *Journal of Family History*, Vol. 17, No. 4, London, JAI Press Inc..

WERTHAN, F.: (1953) *Seduction of the Innocence*, NY, Kennikat Press.